

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação.
Permitida a cópia xerox. A citação deve ser textual, com indicação
de fonte conforme abaixo.

NETO, João Pinheiro. *João Pinheiro Neto (depoimento, 1977)*. Rio
de Janeiro, CPDOC

JOÃO PINHEIRO NETO
(depoimento, 1977)

Rio de Janeiro
1977

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: temática

Entrevistador (es): Aspásia Alcântara de Camargo, Helena Maria Bomeny e Maria Luíza de Amorim Heilborn.

Texto: Paulo César Farah

Índice onomástico: Nara Margareth A. de Brito

Técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes

Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Data: junho de 1977

Páginas: 110

Sumário

1ª Entrevista: origens familiares: os Pinheiros e os Bárbaras; imagem de João Pinheiro; a região de Caeté; imagem da mãe; formação política no seio da família; motivações psicológicas da carreira política; formação em nível primário e secundário; participação no gabinete de Juscelino Kubitschek no governo de Minas Gerais; candidatura a deputado estadual em Minas Gerais; participação no gabinete presidencial de Kubitschek; estágio na Escola Nacional de Administração em Paris; vista à URSS e ingresso no jornalismo; análise do município mineiro; estilo político de Kubitschek e o municipalismo; perfil de Juscelino Kubitschek; repercussão da interventoria Benedito Valadares na família Pinheiro; o sentido da tentativa de reforma agrária no Governo João Goulart; a criação da SUDENE; a visão de Kubitschek sobre o problema agrário; o DNOCS; atuação no Ministério do Trabalho, como subsecretário e ministro; características do movimento sindical durante o Governo João Goulart; luta entre trabalhistas e comunistas no movimento sindical; distribuição de cargos na previdência social; competição entre as clientelas de Goulart, Arrais e Brizola; relação do dispositivo sindical com Goulart; análise do Governo João Goulart; episódio de invasão de terras em Governador Valadares; criação da SUPRA; a superintendência da SUPRA; a Comissão de Sindicalização Rural; o sentido “conservador” da sindicalização rural; a *questão da reforma agrária no Governo João Goulart*.

2ª Entrevista: organização e estrutura da SUPRA: fusão do INIC, SSR e Estabelecimentos Rurais de Tapajós; a Comissão Nacional de Sindicalização Rural; criação da CONTAG; relações do entrevistado com João Goulart; obstáculos à realização da reforma agrária; planos da SUPRA; áreas prioritárias de reforma agrária; problema fundiário em Minas; critérios de desapropriação; industrialização e a necessidade de reforma agrária; sentido econômico, social e político da reforma agrária; consequências imediatas da política de sindicalização; as eleições da CONTAG; o PTB e o problema agrário; o problema agrário em Pernambuco durante o Governo de Miguel Arrais; relações entre Miguel Arrais e João Goulart; o convênio da SUPRA com as Forças Armadas; o decreto sobre terras às margens das rodovias; origens familiares; relações entre João Pinheiro e Francisco Sales; relações entre João Pinheiro e Artur Bernardes; a discussão da reforma agrária no Congresso; a posição do PSD; inadaptação do entrevistado à política pessedista mineira; afastamento da vida pública; os IPMS.

1ª Entrevista: 06/06/1977

A.C. – Inicialmente, eu queria perguntar sobre suas origens familiares, que já são muito conhecidas, mas eu gostaria muito de saber como foi sua vida familiar e quais as influências que o senhor sofreu de um meio que foi sempre tão ligado à política, desde pelo menos o seu avô.

J.P. – É; é verdade. Em primeiro lugar, já que nós estamos aqui cogitando do passado, e já me sinto suficientemente velho por causa disso, eu peço a você que não me chame de senhor.

Pelo lado de meu avô paterno, a minha família é basicamente uma família de políticos. O meu avô foi um dos fundadores da República no Brasil, especialmente em Minas, onde foi o segundo governador. Com a renúncia de Cesário Alvim, de quem ele era secretário do interior, ele assumiu, aos 28 anos, o governo de Minas, pela primeira vez. Mais tarde, foi reeleito, já com 45 anos. Governou três anos e morreu com a idade que eu tenho hoje, 48 anos. Ele foi realmente uma figura extraordinária, que possuía aquilo que eu costumo dizer que ainda era raro nos políticos daquela época: a visão econômica do problema brasileiro. Ele tinha aquilo que o bacharelismo brasileiro daquela época não permitia, nem facilitava: a visão profunda, no sentido econômico, dos problemas políticos do Brasil.

Pelo lado materno, eu descendo de latifundiários, mas latifundiários produtivos. Meu avô, Barbará, foi também uma figura extraordinária, um grande empreendedor. Originariamente, ele era fazendeiro do Rio Grande do Sul, mais especificamente em Uruguaiana, na fronteira, e depois, demonstrando uma visão realmente excepcional para a época, veio para Minas Gerais, onde fundou a Companhia Metalúrgica Barbará, que existe até hoje. Apenas foi mudada de Minas Gerais, de Caeté, cidade do meu pai, para Barra Mansa, onde ela funciona até hoje. Assim é que eu tenho pelo lado dos Pinheiros, uma formação eminentemente política, e, pelo lado Barbará, uma visão, inicialmente de fazendeiro, de homem do campo, que era o meu avô, mas com a preocupação da industrialização do Brasil. Assim, acredito que tenha sido influenciado no sentido da industrialização, de uma visão mais aberta e progressista, mais liberal do Brasil, em virtude das minhas origens familiares. Embora voltadas inicialmente para o campo, não o eram no sentido restrito, do campo como propriedade ociosa, inclusive porque meu avô, Barbará, tinha horror à especulação imobiliária. Ele foi realmente um homem

muito rico, mas podia ter deixado uma fortuna imensa, se, na época que veio para o Rio de Janeiro ou que foi para Minas, quisesse ter investido em especulação imobiliária tudo o que investiu em indústria. Mas ele se recusava, sistematicamente, a retirar dinheiro daquilo que ele considerava mais produtivo que era a tentativa de auxiliar a industrialização do País para especular em imóveis ou em outras coisas no gênero.

Acredito, portanto, que a minha formação tenha sido voltada para esse aspecto de mudança, de transformação, de progresso, de abertura para o País, em virtude da minha própria origem familiar, como você perguntou.

A.C. – Você está identificando o lado latifundiário mais como Barbará, quer dizer, ao mesmo tempo latifundiário e industrial. E o que era o lado Pinheiro?

J.P. – Eu disse lado “latifundiário” mais na base da brincadeira, porque meu avô realmente era um grande fazendeiro, mas fazendeiro de pecuária. E, como eu costumava dizer quando ousava fazer aquelas indigitadas e famigeradas pregações agrárias, de um modo geral, num país como o Brasil, a pecuária exige o latifúndio. A pecuária permite – e não só permite como exige o latifúndio. Deste modo, ele tinha realmente grandes extensões de terras, mas basicamente para a pecuária: criação de ovelha e gado.

O lado Pinheiro, não. O lado Pinheiro é basicamente um lado de bacharéis, engenheiros. Israel Pinheiro, meu tio, que foi governador de Minas há pouco tempo, era engenheiro. Meu pai, que era advogado, foi também um homem voltado para os estudos dos problemas econômicos do Brasil, pertenceu à Constituinte de 34, como representante das indústrias. Você sabia disso?

A.C. – Bancada classista.

J.P. – Mas você sabe mais do que eu... [risos]

A.C. – Eu só sei isso.

J.P. – Bancada classista, representante das indústrias, depois foi do Conselho Nacional de Economia e teve fazendas também no Estado do Rio. A sede do que hoje é a Aldeia, que o Pascoal Carlos Magno organizou, foi nossa. Nós a doamos ao Pascoal para que ele fizesse um centro cultural: a Fundação João Pinheiro Filho. (No Brasil, essas coisas

são muito difíceis de serem amparadas e compreendidas e ele luta com muita dificuldade.) O meu pai teve também fazendas, no Estado do Rio, no Município de Vassouras, mas nunca foi especificamente um fazendeiro. Era um liberal, um intelectual, voltado para as atividades de negócio um pouco a contragosto, por motivos até mesmo de casamento, porque se ligou a uma família de industriais, de homens de negócio, e passou a participar também da vida dessas empresas; mas era basicamente um homem com extraordinário espírito público, voltado para as coisas do Brasil, para as experiências brasileiras, muito preocupado com as idéias de seu pai, João Pinheiro. Enfim, pelo lado Pinheiro, eu vejo a formação eminentemente política. Inclusive, em certa época da minha vida, eu imaginei ser diplomata, e meu pai não me proibiu nada, mas de qualquer maneira, me desencorajando, disse que eu fosse para Minas estudar Direito para prosseguir uma carreira política que ele não havia feito lá. Isto, aliás, não deu resultado nenhum. Eu fui para Minas e passei cinco anos trabalhando com Juscelino, como oficial-de-gabinete, mas a minha carreira política, que foi uma surpresa, ou melhor, que apareceu sem nenhum tipo de esquema, surgiu aqui no Rio de Janeiro, em decorrência da minha atividade basicamente de jornalista.

A.C. – O lado Barbará não era político?

J.P. – Não; o lado Barbará nunca foi político, nunca teve nenhuma ligação com política. Que eu saiba, não teve nenhum político. Uma parte da família Barbará é de origem espanhola, da Catalunha. Eles são de Barcelona. Uma parte veio para a Argentina e se fixou em Buenos Aires, e outra parte (meu avô e um outro irmão) veio para o Rio Grande do Sul, mas todos eles foram homens de grande espírito empreendedor e capacidade de trabalho.

A.C. – Empresários.

J.P. – Empresários típicos da época, mas não políticos. Que eu saiba, nenhum deles foi político. Se bem que eu tenha um primo, _____ Barbará, lá em Buenos Aires, na Argentina, desse ramo que foi para lá, que é político. Foi durante cinco anos ministro da Justiça do Ongania. Que Deus o conserve em paz! É uma excelente figura. Esse foi político, mas já é um Barbará da minha geração.

A.C. – Influência de seu avô em sua infância praticamente não houve, porque ele morreu muito moço.

J.P. – Não, nenhuma; influência pessoal, nenhuma, porque ele morreu muito moço. Ele morreu em 1908, meu pai tinha sete anos.

Houve, de parte do meu avô, uma influência no sentido das minhas idéias, vamos dizer assim, principalmente porque sua morte prematura gerou na família uma certa frustração de ordem psicológica. Achavam, de certo modo, entre aspas, se é que há justiça ou injustiça nessas coisas, que foi uma “injustiça” um homem, com as perspectivas que ele tinha de realização de seu ideário político, ter morrido tão cedo. Então, a família cultivou realmente de modo muito especial as idéias dele, as suas preocupações com os problemas do Brasil. E eu, que já tinha o mesmo nome e era o mais velho dos meus irmãos, me preocupei em cultivar as suas idéias. Eu tenho consciência de que a preocupação com o problema econômico, a intervenção do Estado, a luta contra as desigualdades e os desajustes econômicos, regionais, sociais, etc., tudo isso, que eram idéias de meu avô, me foram transmitidas através dele e de meu pai, pelos seus livros, seus escritos e seus discursos.

Nós, inclusive, em casa, em 1948, passamos a organizar uma sociedade de estudos. Nossa idéia era estudar os homens que tiveram influência na história do Brasil. Nós nos reuníamos de três a quatro vezes por semana, mas uma vez por semana chamávamos uma personalidade ilustre qualquer da época, para nos fazer uma palestra: Osvaldo Aranha, o Senador Aluísio de Carvalho, Hermes Lima, enfim, uma série de professores e políticos foi lá. Nós sempre procurávamos estudar no sentido de cultivar as idéias dos nossos antepassados no sentido familiar e no sentido histórico também.

A.C. – Em Belo Horizonte?

J.P. – Não; já aqui no Rio. Meu pai se mudou de Belo Horizonte para cá em 36.

A.C. – E essa sensibilidade do velho João Pinheiro para os assuntos econômicos se refletiu mais em material escrito, ou foi alguma coisa que marcou sua passagem pelo governo de Minas?

J.P. – Marcou muito, de um certo modo, através de seus escritos, de seus discursos, de sua pregação intensa, mas também pela sua passagem pelo governo de Minas, onde ele procurou, basicamente, reformar o ensino mineiro, dando um cunho eminentemente prático, organizando o que hoje se chama o Instituto João Pinheiro, que é voltado para ensino do trabalho. Ele achava, e eu acho também, que é um erro só formar bacharéis. Considero uma loucura, por exemplo, o que se está passando no Brasil dos nossos dias: a bacharelização do Brasil.

Um parênteses: eu trabalho na *Manchete* também. No ano passado, o Adolfo Bloch deu um jantar para 23 ex-contínuos da *Manchete*, hoje universitários. Ninguém é contra que o contínuo seja universitário, ao contrário, nós queremos as portas abertas para todos, mas não queremos é que todos sejam universitários. Nem todo o mundo pode, nem deve ser universitário, e a preocupação de João Pinheiro era nesse sentido: fortalecer o ensino médio, técnico...

A.C. – Dar mais alternativas?

J.P. - Sim; porque ele considerava, como eu considero, que a bacharelização é uma opção para uma elite. Não uma elite de dinheiro, nem elite de aristocracia de sangue, nem de posição, mas uma elite de preocupação intelectual, porque quem pode fazer o *master*, ou o doutorado, é quem pretende estudar e pode estudar. Em Minas, com a reforma do ensino, ele procurou dotar o Estado de um ensino eminentemente prático, preocupando-se com o ensino médio: ensinar um ofício, ensinar um trabalho; ensinar a ser torneiro, mecânico, eletricitista, ou seja, ensinar aquilo que, no Brasil, o sujeito aprendeu por acaso, sozinho, errando.

Outro parênteses. Eu estive a semana passada com o Mauro Sales, de uma das agências de publicidade mais importantes que nós temos. Ele fez um estudo para o D.N.E.R. Encontrou entre patrulheiros rodoviários — aqueles sujeitos que dirigem motocicleta na estrada, para perseguir e multar motorista — 20 ou 30% formados em universidades, arquitetos, engenheiros, advogados e até médicos. Isso é uma loucura! Primeiro, a qualidade do ensino — e você conhece isso melhor do que eu — é péssima; depois, o mercado de trabalho não consegue absorver essa gente. Então é uma frustração generalizada. O indivíduo não é absorvido, porque não sabe e porque o país não pode.

Neste sentido, a passagem de João Pinheiro pelo governo de Minas foi sempre voltada para a preocupação fundamental com os problemas econômicos. Ele, apesar de formado em Direito, como todo o mundo era na época, não tinha o menor apreço pela bacharelização da vida brasileira no sentido formal, no sentido do juridicismo, no sentido daquele legalismo falso que fez com que, hoje, 60, 70, nem sei quantos anos depois da pregação de Rui Barbosa por *habeas-corpus*, nós não tenhamos *habeas-corpus* no Brasil. De que adiantou aquilo? Não tinha base; não tinha autenticidade.

A.C. – Uma espécie de descompasso.

J.P. – Descompasso total das coisas. Tanto era falso, que hoje nós não temos aquilo que era motivo de pregações as mais radicais e formidáveis por parte da nossa elite de bacharéis. João Pinheiro tinha preocupação com o problema econômico. Já naquela época, ele tinha preocupação com a intervenção do Estado nos setores-chaves da economia. Tinha preocupação com o desenvolvimento econômico, quando, na realidade, aquela nossa elite republicana inicial era formada meramente de bacharéis preocupados com o problema legal — e problema legal sem base, problema legal instituído na base de um formalismo que não resistiu ao tropel das loucuras por que passou o Brasil nesses 70 anos de República.

A.C. – Seu pai também foi muito ligado à política?

J.P. – Meu pai foi um homem que, até certo ponto, iniciou uma carreira política, sendo representante classista. Foi deputado, mas depois aconteceu com ele, ou com a geração dele, aquilo que está acontecendo com a nossa geração: veio o Estado Novo, e truncaram-se as esperanças de realização de uma carreira política normal. Ele se afastou da política e não mais retornou, depois dessa experiência de deputado. Manteve-se, no entanto, sempre ligado à política, principalmente através de seu irmão, o Israel, que sempre foi político. Ele não teve uma atuação política ostensiva, formal, a não ser como deputado federal nessa fase, que eu falei a você, da Constituinte de 34.

A.C. – Antes disso ele foi muito ativo, no período da década de 20.

J.P. – O meu pai era de 1902. Na década de 20, ele ainda era muito moço. Ele foi delegado em Belo Horizonte, na época em que o Antônio Carlos era governador de Minas; foi prefeito de Poços de Caldas também; mas, que eu saiba, não exerceu uma atividade política muito intensa nesta época. Quem exercia atividade política mais intensa, nessa época, era o meu tio mais velho, Paulo Pinheiro, que também foi deputado, prefeito de Caeté, e depois se afastou, com a Revolução de 30. Ele era da Aliança Conservadora, perdeu e se afastou da política.

A.C. – Não tem nada a ver com o Paulo Pinheiro Chagas?

J.P. – Não; é outra família. Quem continuou e permaneceu sempre na política foi o Israel. Este começou como secretário de Agricultura do Benedito Valadares, em Minas, depois foi para Viação e Obras Públicas, depois teve uma longa carreira política, construiu Brasília, etc.

A.C. – Então, essa ligação com a agricultura e a indústria é antiga?

J.P. – O Israel era muito ligado à agricultura. É engraçado! Sobre esse negócio de agricultura, que você está tentando relacionar com a reforma agrária, porque eu vim a exercer muito mais tarde a presidência da SUPRA, há um fato curioso. Não sei se eu devo contar isto agora, mas em certo momento, depois que eu já tinha sido ministro do Trabalho e tinha passado por aquelas confusões todas, o Jango me chamou em Brasília e disse: “Nós acabamos de criar duas superintendências muito importantes. Eu quero dá-las a pessoas que demonstraram que são da minha confiança e que, ao mesmo tempo, tenham capacidade de trabalho”. Uma era a SUNAB, mas eu não quis me meter em negócio de preço, e a outra era a SUPRA, relacionada com reforma agrária e agricultura. E eu disse: “Presidente, negócio de preço, eu não me interesso por isso. Se o senhor quiser, eu estou a sua disposição para essa outra”. Foi assim que eu fui para a SUPRA. Talvez influenciado por essas idéias do Israel, do meu pai, muito ligado à agricultura, e também do meu avô, que se preocupava com aspectos de agricultura. Talvez por esse lado eu tenha, naquele momento, feito uma opção que significou tanto na minha vida, que mudou muito a minha vida.

A.C. – Pode ter tido uma ligação com as mensagens do passado.

J.P. – É; eu aceitei aquilo, achando que era uma opção natural que eu fazia, não uma aventura. Eu me sentia capaz de levar aquilo adiante, por motivos de afinidade de idéias e de temperamento com o assunto.

A.C. – Nessa zona de Caeté, que tipo de atividade se desenvolve lá? Agrícola?

J.P. – A zona de Caeté é uma área sem nenhuma possibilidade de agricultura, porque a terra não é boa, é muito ruim. É uma área de mineração, antiga, tradicional. Hoje, existem indústrias lá: a Ferro Brasileira é de lá; e a Barbará era lá. É uma área tipo Diamantina, tipo Cerro, onde nasceu João Pinheiro. É uma área típica de mineração; não é uma área de agricultura. O João Pinheiro, meu avô, quando se afastou pela primeira vez do governo de Minas, muito moço ainda, com 28 anos, foi para Caeté, e não se sabe por quê. Ele não era de Caeté; ele era de Cerro. Foi para Caeté, onde construiu a Cerâmica João Pinheiro, que existe até hoje. Lá, ele ficou 10 anos, até quando foi chamado para ser candidato a governador de Minas e se elegeu novamente. Em Cerro, nasceram Israel, meu pai e as minhas tias todas, que eram 11 filhas.

A.C. – Quer dizer que dos dois lados você tem a tradição muito forte de empresariado?

J.P. – Sim; no sentido de empresa, no sentido de indústria.

A.C. – E praticamente muito pouco de agricultura tradicional.

J.P. – Sim; porque mesmo o meu pai, quando instalou aqui no Estado do Rio essas fazendas de que eu lhe falei, que hoje estão praticamente terminadas, e cuja sede está entregue ao Pascoal Carlos Magno, não o fez com propósito de agricultura, mas com objetivo de loteamento, de urbanização, por meio de uma empresa que nós temos até hoje. O propósito não era de agricultura tradicional. Ligado à agricultura tradicional, na família, teve o lado Barbará, durante certo período, no Rio Grande do Sul, e que se dedicava ao plantio do arroz, mas principalmente à pecuária. A atividade de terra foi principalmente pecuária. E, mesmo assim, meu avô Barbará, seduzido pelos problemas industriais do Brasil, que emergiam, naquela época, abandonou em grande parte suas

atividades de fazendeiro e concentrou-se em suas atividades industriais. Ele jogou tudo o que tinha — e ele tinha uma fortuna razoável — na organização dessas indústrias.

A.C. – Seu pai morreu muito cedo também, não é?

J.P. – Sim; morreu com 53 anos. João Pinheiro está com uma tradição de morrer cedo.

A.C. – Mas o lado materno...

J.P. – No lado materno, a minha mãe, graças a Deus, está bem. Tem 75 anos e está forte. Ela é uma criatura de formação tipicamente intelectual ao estilo francês. O meu avô Barbará, em Uruguaiana, já demonstrando a clarividência que teve para outras coisas, mandou vir da Suíça uma *institutrice*, como chamavam na época, para educar minha mãe e a irmã dela. São duas irmãs. Foram formadas na escola tradicional francesa, da história francesa, da literatura francesa, dos costumes franceses, da mentalidade francesa, que era o que dominava culturalmente o Brasil naquela época. A minha mãe é tipicamente uma intelectual voltada para a leitura, para cogitações de ordem intelectual, sem ser uma criadora. Nunca escreveu nada, mas tem a preocupação dos problemas intelectuais, pela formação feita toda através desta *institutrice*, que morreu relativamente há pouco tempo. Ela foi importada da Suíça e passou a morar no Rio Grande do Sul com eles. Depois, quando elas, já mais velhas, se casaram, ela voltou para a Suíça.

A.C. – Então, sua mãe é uma pessoa, em certo sentido, muito singular dentro do meio dela. Não era tão comum na época as mulheres se interessarem pela literatura, pelas letras.

J.P. – As mulheres, ao contrário, eram muito atrasadas. Minha tia, irmã dela, ao que eu saiba é uma das pessoas que mais conhece a vida de Napoleão Bonaparte. As duas falam muito bem francês. Agora, no momento, elas estão na Europa, na França. A outra também é viúva. Talvez por temperamento, minha mãe também me incutiu muito a idéia de política, do homem a serviço da causa pública, do bem-comum. Ela colecionava *álbuns* de fotografias do Churchill e Roosevelt, que eram os heróis da nossa infância, de homens da Segunda Guerra e de homens da literatura, como Renan,

Emerson devemos acrescentá-los? e todos esses. Assim, eu tive uma influência muito grande da parte dela, no lado intelectual, pelo fato de ela ser uma mulher inteiramente diferente da maioria das mulheres brasileiras da época. As mulheres brasileiras não tinham cogitação intelectual, a não ser as que eram artistas, intelectuais puras e estudiosas.

A.C. – Ela devia, então, ser muito solidária com o mundo de sua família paterna.

J.P. – Com o lado da família paterna, ela era muito solidária, mas, sob alguns aspectos, até que era mais voltada para o lado intelectual do que a família do meu pai. As irmãs do meu pai. As irmãs do meu pai, e mesmo o Israel que Israel é esse?, tiveram outro tipo de formação, não tão intelectualizada.

A.C. – Mais pragmática?

J.P. – Exato; estavam sempre querendo realizar, querendo fazer, querendo mostrar que eram filhas de João Pinheiro. Todas elas fizeram suas próprias casas. Eles tinham fazendas; queriam realizar; tinham um sentido mais pragmático da vida do que o lado da minha mãe. Este, apesar de ser eminentemente pragmático por parte do meu avô, era, por parte dela, intelectual, como é até hoje. Tanto é que ela acompanhou todos estes movimentos políticos com muita atenção, com muita preocupação, principalmente nos últimos anos.

A.C. – Então, toda sua infância e sua adolescência foram provavelmente cercadas de discussões e conversas em casa?

J.P. – Sim; conversas, debates, discussões, temas polêmicos. Como eu já disse a você, nós tínhamos a sociedade de estudos.

A.C. – Em que ano foi essa sociedade?

J.P. – Foi em 1947. Durou de 47 a 50. Em 50, seguindo a orientação de meu pai, fui para Minas estudar Direito. Foi durante o clássico. Antigamente, havia clássico e científico. Em 47, eu tinha 19 anos mais ou menos. Passaram por esta sociedade figuras

que hoje são importantes: Paulo Hortêncio Pereira Lira, o presidente do Banco Central; Paulo Egídio, que é governador de São Paulo; o Afonsinho Arinos, filho do Afonso Arinos. Além desses, outros rapazes e moças que se destacaram também como empresários: Moacir Gomes de Almeida e outros de quem não me ocorrem no momento. A preocupação exclusiva era sempre a de debater assuntos de interesse público no Brasil, coisa também rara na época. Nesta fase, há 30 anos atrás, ninguém queria nada com essas coisas.

A.C. – Com interesse particular pelos personagens?

J.P. – É; um interesse muito particular pelos personagens. Toda quarta-feira, nós levávamos uma personagem destas que estavam atuando: um Afonso Arinos; um Hermes Lima; um Evandro Lins; um Osvaldo Aranha. O Israel qual Israel? também foi. Reuníamos sempre em torno das personagens que estavam atuando e que nos podiam transmitir alguma coisa. Um de nós saudava esta personalidade, e depois iniciava-se o debate.

Houve sempre essa preocupação de debate, da troca de idéias, do interesse pela coisa pública, pela política. Apesar de o meu pai não ser um militante político, era filho de João Pinheiro, chamava-se João Pinheiro Filho, estava integrado numa família também de políticos. Ele trouxe para casa a preocupação com a política. E eu, ou por temperamento, ou por vocação, ou por me chamar João Pinheiro Neto, também passei a viver e a me interessar profundamente por esses assuntos. O meu outro irmão, que se chama Barbará Pinheiro, não é político, ou, pelo menos, não demonstra sê-lo.

A.C. – Você acha que haveria, inconscientemente, uma carga do nome?

J.P. – Há, muito grande.

A.C. – A pessoa que tem o nome do pai, que é também o nome do avô tem uma espécie de responsabilidade da tradição familiar.

J.P. – Eu acho que existe essa carga. Ela pode ser benéfica e pode ser maléfica. Depende um pouco dos rumos que as circunstâncias derem à sua vida e um pouco também do seu temperamento, mas o fato é que essa carga existe. É uma espécie de responsabilidade

que a pessoa adquire, inconscientemente, passando a acreditar que tem alguma coisa a mais no sentido do bom e que por isso tem alguma coisa a mais também no sentido do dever, da responsabilidade. Eu agia muito nessa base, e ainda ajo assim, achando que é um privilégio pertencer a certa categoria de ordem social, de ordem intelectual, ou até de ordem familiar. Eu achava que tinha obrigação de responder a esta oportunidade de ordem positiva com uma série de responsabilidades para com aqueles que não tiveram esta oportunidade. Em grande parte, este foi o motivo da minha atuação de ordem social, muito pouco compreendida, inclusive pela minha categoria social. Muito pouco compreendida, não pela minha família, que esta compreendeu, mas pela minha categoria social, como você deve ter notado quando acompanhou este período. Um dos motivos que me levou a uma ação de caráter social em tudo que fiz — quer como ministro do Trabalho, quer como presidente da Reforma Agrária — foi o sentido de uma retribuição de ordem social. Isto, no aspecto psicológico mais profundo, que estou tentando interpretar com você.

A.C. – Como se houvesse uma espécie de dívida?

J.P. – Exatamente; não foi muito no sentido ideológico, inclusive porque eu nunca tive muita preocupação ideológica e nem tenho um temperamento ideológico, se é que existe isso. Você, que é socióloga, é quem sabe. Eu não tenho um temperamento ideológico, apegado ao formalismo das idéias na construção de um mundo teórico muito consistente. Não tenho. Se você me perguntar se sou um homem de esquerda ou de direita, eu também não sei. O que passo dizer é que sou um homem de um pensamento de transformação, de mudança, de reformas. Se isto é centro, se é direita, ou se é esquerda, nunca me preocupou. Tinha essa dívida de ordem social, como você interpretou muito bem, e ao mesmo tempo uma preocupação de ordem política, como decorrência destas influências familiares.

A.C. – Você nasceu em Caeté também?

J.P. – Não; eu sou um mineiro romano. Nasci em Roma. Meu pai foi representante do Instituto do Café, em Roma, no Governo Antônio Carlos, durante algum tempo, logo depois que ele se casou. Ele ficou lá dois anos. E eu nasci em Roma, mas fui registrado naturalmente no Consulado brasileiro. Era filho de pai e mãe brasileiros, a serviço do

governo brasileiro. Sou, portanto, brasileiro nato. Posso até ser presidente da República [risos]. Fui registrado no Consulado brasileiro e depois em Belo Horizonte. Por isso, de modo geral, eu me declaro de Belo Horizonte. Sou registrado lá, mas numa tentativa de depoimento mais preciso, mais específico, quero dizer isso a você.

A.C. – Agora, está-me ocorrendo que existe uma cidade em Minas que se chama João Pinheiro.

J.P. – É em homenagem ao meu avô João Pinheiro, mas ele não era de lá. Quando ele morreu, deixando o governo de Minas, o homenagearam, dando o nome dele a uma cidade, que, não sei por que, foi essa. Ela, inclusive, ficou muito conhecida, porque é perto de Brasília.

A.C. – Na rota de Brasília.

J.P. – Meu pai veio da Europa quando eu tinha uns quatro ou cinco meses, e fomos para Belo Horizonte. Lá, eu fiz o meu curso primário. Moramos lá até 35 ou 36 mais ou menos.

A.C. – Em que colégio você fez o curso primário?

J.P. – Em Belo Horizonte, Colégio Arnaldo; depois, estudei no Anglo-Americano, aqui no Rio; depois, no Colégio Melo e Sousa, de onde não saí. Fiquei o ginásio e o clássico todo. Depois, voltei para Belo Horizonte, como eu disse a você, para fazer o meu curso de Direito, na Faculdade de Belo Horizonte.

A.C. – E qual foi o impacto desta volta às origens? Depois dessa passagem longa pelo Rio, eu acho que seu pai tinha essa intenção de restabelecer os elos antigos.

J.P. – Sim; ele tinha esta intenção. Como ele se achava meio frustrado de ter abandonado Belo Horizonte, de não ter seguido a carreira política, de ter vindo para o Rio, levado pelo casamento, de ter-se ligado à indústria, ele quis restabelecer esses vínculos me mandando de volta a Belo Horizonte, a Minas.

Lá, eu fui muito bem acolhido. Ele era amigo do Juscelino. Telefonou para o Juscelino, e eu fui trabalhar com ele, que, na época, era governador de Minas. Foi nos primeiros dias de mandato. Lembro-me até de que eu disse ao Juscelino: “Olha, Governador, quando o senhor tiver um momento de tranqüilidade, vou-lhe explicar o que pretendo, e em que posso ajudá-lo”. Eu era garoto ainda, sem experiência nenhuma de vida, tinha 20 anos nessa época.

A.C. – Antes de entrar para a universidade?

J.P. – Entrando, com 19 ou 20 anos. Entrei com 19 anos para a universidade.

O Juscelino disse: “Olha, se você tem alguma coisa a dizer, diga agora, aqui, imediatamente, porque momento de tranqüilidade em minha vida, eu nunca tive, nem nunca vou ter”. Nunca me esqueci disso, e nós fomos muito amigos. Trabalhei com ele em Minas, depois ele veio para o Rio, como presidente da República, e eu trabalhei com ele aqui, como oficial-de-gabinete.

A.C. – Aí você entrou para a Faculdade de Direito?

J.P. – É; entrei para a Faculdade de Direito e me formei em Belo Horizonte.

A.C. – Ao mesmo tempo que entrou para a Faculdade de Direito...

J.P. – Entrei para o gabinete do Juscelino.

A.C. – Não houve uma passagem pelo gabinete do Otacílio?

J.P. – Houve sim.

A.C. – Isso foi antes?

J.P. – Foi; logo que cheguei, o Juscelino ainda não era governador. Então, eu fui para o gabinete do Otacílio Negrão de Lima, que era prefeito em Belo Horizonte, irmão do Francisco.

A.C. – Esta já era uma atração irresistível por atividade política?

J.P. – Meu pai ia abrindo as portas, e eu ia indo. Havia uma atração grande; havia um interesse pela função pública. Eu era menino quando fui para o gabinete do Otacílio Negrão de Lima e, depois, para o do Juscelino. Quando Juscelino foi para a presidência da República, eu vim com ele. Depois, comecei minha atividade na imprensa, no jornalismo, ligado à *Última Hora* e à televisão. Depois, eu conto, se você quiser como é que eu fui para o Ministério do Trabalho.

A.C. – Eu gostaria de saber um pouco mais sobre seus primeiros passos, suas impressões, o que você aprendeu nessa passagem pelo gabinete do Otacílio, que era prefeito.

J.P. – Com o Otacílio, prefeito de Belo Horizonte, e Juscelino, governador e depois presidente, eu confesso a você que a minha experiência não foi das mais positivas. Eu mesmo não sei explicar por que, mas acho que há necessidade de um temperamento muito especial para fazer parte de um gabinete de governo. O fato é que eu não me senti muito integrado naquilo. Com o Otacílio, foi muito pouco tempo. Eu era menino; tinha 18 ou 19 anos. A experiência foi praticamente muito pequena. No governo de Minas, a experiência já foi um pouco maior. Eu trabalhava no setor de atendimento aos municípios e tive contato com prefeitos, com aquele pessoal do interior, que vinha fazer aquelas reivindicações habituais, e fui tomando conhecimento daqueles problemas rurais, agrários do interior de Minas. Nesse ponto, foi muito importante.

A.C. – Sua função específica no gabinete era atendimento aos municípios?

J.P. – É; e, depois disso, já quase no final do governo do Juscelino, eu me candidatei a deputado estadual pelo P.S.D., mas não me elegi. Fiquei como terceiro suplente. Aí, fiquei na dúvida se permanecia em Minas, esperando uma oportunidade para exercer o mandato, ou se saía de Minas.

A.C. – Você já tinha terminado o curso universitário?

J.P. – Já; o Juscelino já tinha terminado o mandato, era candidato à presidência da República e vinha para cá. Eu tive cerca de 6 300 votos. Fiquei na dúvida se continuava em Minas, mas acabei vindo para o Rio, trabalhar com o Juscelino aqui no Palácio do Catete, o que também foi uma função um pouco frustrante. A minha atividade aqui era a correspondência pessoal dele, Juscelino. Eu trabalhava junto com outras pessoas, naturalmente: Alphonsus de Guimarães Filho, que é poeta; o Autran Dourado, que hoje está com muito êxito na literatura. Era também, não sei por que motivos, uma atividades que não me preenchia totalmente os requisitos. Eu achava que podia ter, que deveria ter uma atuação mais intensa.

Já no final do governo do Juscelino, um ano antes, o Dr. Simões Lopes, presidente da Fundação Getúlio Vargas, que era muito amigo do meu pai me disse: “Há um intercâmbio de professores da França com o Brasil. Você não é professor da Fundação, mas eu o admito. Você vai ser um dos indicados para ir para a França, e virá um professor para cá”. Aí eu larguei aquele negócio de gabinete, com o qual eu já não estava muito satisfeito e, antes mesmo de o Juscelino terminar o mandato, fui para a França. Aí a minha vida mudou inteiramente. Iniciou-se um outro período na minha atividade.

A.C. – Isto foi em 60?

J.P. – Sim; fiz um estágio na Escola Nacional de Administração em Paris. Eu já era casado e tinha uma filha pequena, que estava conosco lá em Paris. No dia 21 de abril, inauguração de Brasília, fui com minha mulher à inauguração de Brasília, na Casa da América Latina. (Estou-lhe contando, porque isso mudou a minha vida inteiramente.) Lá encontrei o deputado José Joffily que voltava da Rússia. Ele me disse: “O que você está fazendo aqui?” Eu lhe respondi: “Estou fazendo um estágio como professor!” Contei isso que eu já disse, que o Dr. Simões me indicou, eu vim para cá...

A.C. – O estágio era exatamente onde?

J.P. – Escola Nacional de Administração Pública – ENAP. E o outro professor fazia estágio aqui na EBAP.

A.C. – Escola Nacional de Administração Pública.

J.P. – É; fica na Rue de Saint Père. Você esteve lá?

A.C. – Morei muitos anos lá.

J.P. – Rue de Saint Pères. Uma ruazinha pequena, uma escola simpática. Rive Gauche, Boulevard Saint Germain — é na esquina. A ENAP fica na esquina dessa rua. Então, o José Joffily me disse: “O que você está fazendo lá?” Respondi: “Estou fazendo um estágio na Escola Nacional de Administração. Sou professor da Fundação Getúlio Vargas.” E ele disse: “Eu estou vindo da Rússia. Vale a pena você ir lá. Você vai passar um ano aqui, e é tão perto que, tendo uma oportunidade, você vá.” Eu disse: “É; vale a pena. Vou pensar. Sou capaz de ir. Tenho o problema da minha mulher com filho pequeno, mas uns 15 dias talvez dê para eu ir.” E fui. Para não me alongar demais, o fato é que eu fui. Fui para a Rússia, onde passei uns dias como turista. Não fui recebido por ninguém. Contratei um guia e vi museus, igrejas. Nada de especial, mas fui também ao Gosplan. Como professor de planejamento, que eu viria a ser aqui da Fundação, me interessei por aqueles problemas econômicos. Tinha uma visão superficial do assunto. Voltei para o Brasil, depois de tudo isso. Conteí isso ao Samuel Wainer, e ele achou muito interessante que um burguês aristocrata brasileiro, naquela época, tivesse ido à Rússia. Então, me pediu para escrever sobre isso. Assim eu iniciei no jornalismo, e minha vida mudou inteiramente. Os artigos foram publicados, depois, em livro: *U.R.S.S.. A grande Advertência*. Aí mudou minha vida inteiramente. Ele perguntou se eu aceitaria fazer a seção econômica do jornal. Eu aceitei, e depois veio a televisão.

A.C. – *Última Hora?*

J.P. – *Última Hora*.

A.C. – E qual era a grande advertência? Eu fiquei muito curiosa em saber.

J.P. – A grande advertência era isso que está acontecendo no Mundo de hoje. É a transformação do Mundo. É a modificação das relações de trabalho, das relações de produção, etc. Um mundo novo, que surgia, inteiramente desconhecido de grande parte da opinião pública da época, especialmente a brasileira. A minha impressão foi positiva.

A.C. – A sua reação foi de impacto pelo lado novo da U.R.S.S.?

J.P. – Sim; pelo lado novo, com referência a uma estrutura econômica, social e política, para mim – não digo inteiramente –, desconhecida no seu aspecto de funcionamento prático. O que eu vi, naquela ocasião, como professor de planejamento, viria a ter influência decisiva nos destinos do Mundo, como está tendo e como terá sempre. Nem sei se existe ainda o livro; acho que ainda tenho lá em casa. Nele, eu previ, em grande parte, o que está acontecendo e o que vai acontecer. O capitalismo daria de si em grande parte, o comunismo também, e haveria uma síntese, que não é outra coisa senão este eurocomunismo que o George Marchais e o Enrico Berlinguer pregam hoje na Europa. Ninguém quer mais ditadura do proletariado. O operário francês não quer mais ter ditadura de ninguém. Ele não é o operário russo de 18. Há uma síntese no Mundo, e esta síntese é inevitável.

A.C. – Há notícia recentíssima de que vai haver uma mudança na constituição soviética com relação a esse item.

J.P. – É; eu dizia o seguinte: sem nunca ter tido simpatia específica pelo comunismo como estrutura de montagem econômica, política ou social, eu via que aquilo veio para ficar. Ele se transformaria, mas não se liquidaria. Eu disse isso naquele meu livro. O capitalismo, cujo fim Marx previu talvez um pouco cedo demais, também terá um desfecho, mas acredito que seja um desfecho de ordem democrática, pacífico, através de uma evolução, de uma síntese para um sistema social mais avançado no sentido econômico. O mal de Marx foi achar que o capitalismo já estava no fim, quando estava apenas começando.

A.C. – Explique-me um pouco mais sobre o Gosplan.

J.P. – Gosplan é o organismo de planejamento da Rússia. Como aqui existe Ministério do Planejamento, como existe na França Commissariat du Plan, existe na União Soviética um negócio chamado Gosplan, que é o Ministério do Planejamento, que controla a vida econômica do País, desde Moscou até o mais perdido dos vilarejos que se encontram na Sibéria, ou em qualquer daqueles lugares. Lá o planejamento é vertical, é centralizado.

Não há iniciativa privada; não há livre empresa. O Estado controla a atividade econômica, através desse plano, que interfere na vida econômica do País, desde o município (não sei se é exatamente um município), mas desde o distrito menor até os grandes ministérios. Essa é a minha cadeira aqui na Fundação Getúlio Vargas, na EBAPE: Planejamento Governamental.

A.C. – Você pôde sentir como funcionava?

J.C. – Pude sentir como funcionava, não só no seu aspecto positivo, como no seu aspecto negativo. O negativo é uma hiperburocracia, que em grande parte emperra também o funcionamento do sistema; o aspecto positivo é que ele é mais perfeito na idealização do que se pretende, na esquematização do trabalho, do que o que se utiliza no capitalismo. Aqui você não tem o controle para lançar, para julgar. Então, eles são melhores na projeção, e talvez piores no controle, na minúcia. Aqui nós somos piores ao projetarmos, porque não temos o controle da situação total do país, e talvez sejamos melhores, no sistema capitalista, no controle da execução, porque entra o interesse individual, privado que faz com que se procure trabalhar melhor. Isto é uma conclusão minha, de ordem pessoal. No Brasil, é difícil planejar, organizar um plano, porque você não tem um controle das forças econômicas do país; na Rússia, você tem o controle das forças econômicas, pois ela é um estado totalitário, onde se controlam as forças econômicas. A execução é mais difícil. Foi o que vi há pouco tempo na Tchecoslováquia. Eu fui convidado, é bom que se diga, pela Pan American e pelo governo americano para um vôo inaugural Praga-Chicago. Existe uma colônia enorme de tchecos em Chicago. Isto foi há uns dois anos. Eu queria explicar aqui por que fui à Tchecoslováquia a esta altura dos acontecimentos. Visitei também os organismos de planejamento. O problema é esse, é acompanhar a execução, é o fazer nos seus detalhes menores, nas suas minúcias. Há um desinteresse inerente à própria pessoa humana, ligado ao fato de que não se tem interesse direto e pessoal, e a pessoa faz porque é do Estado. Você ganha um salário só para fazer. No capitalismo, existe, em grande parte, muitas vezes, um interesse direto em fazer, até por questão de prosperidade pessoal como empresário.

[FINAL DA FITA 1-A]

J.P. – O problema da reforma agrária, por exemplo, que mais tarde eu vim a enfrentar, com tanta dificuldade e incompreensão, é típico do capitalismo. Um dos setores econômicos que se têm mostrado mais frágeis e mais débeis no sistema socialista é a agricultura, porque fazer do agricultor um burocrata rural não é possível.

Como eu dizia, a nossa pregação de reforma agrária era eminentemente capitalista, no sentido de criar proprietários e propriedades. Estava-se lutando contra um sistema medieval, feudal, que existe no Brasil até hoje. Nunca se imaginou, nem se queria a socialização dos campos, à qual sou absolutamente contrário. Acho um absurdo. Se não deu resultado lá, porque nós vamos fazer aqui? O trabalho rural é duro, é sacrificado, é penoso. Só se o indivíduo tiver sua auto-recompensa direta é que ele se interessa pelo problema. Depoimentos nesse sentido eu prestei em I.P.M. e o diabo, quando diziam que a reforma agrária era socialista, era comunista. Não tinha nada disso; ao contrário, ela visava a criar propriedades; criar uma classe média no interior, capaz de enfrentar as aventuras e as oscilações do radicalismo de qualquer espécie.

A.C. – Eu queria perguntar um pouco mais sobre essa experiência no gabinete do Juscelino e seu contato com os municípios. Realmente, deve ter sido uma fonte de aprendizado muito grande. E eu queria, inclusive, lhe pedir ajuda, para que nós pudéssemos entender um pouco mais esse mistério, este fenômeno complexo que é o município mineiro, uma área extremamente complexa e diversificada.

J.P. – Em princípio, sou contra o municipalismo, sou antimunicipalista. Pode parecer um paradoxo, mas justamente por ter lidado com municípios é que eu cheguei à conclusão de que, basicamente, os problemas de um país como o nosso não podem ser resolvidos com base no municipalismo. O município tem as mais precárias possibilidades do Brasil. Os nossos problemas são de ordem nacional, são problemas de tamanha envergadura, que não podem ser entregues ao município, a não ser numa escala muito modesta.

A.C. – Você, então, concorda com esta divisão de rendas União-Estado-Município, em que o município recebe uma parcela muito reduzida?

J.P. – Concordo; porque o município não tem condições, inclusive administrativa, de ter mais responsabilidade. De 1964 para cá, não tenho mais contato com a realidade municipal brasileira, mas até então, o conhecimento que eu tinha era de que a precariedade administrativa era imensa. Não se podia atribuir maiores responsabilidades a quem não tinha condições de gerir estas responsabilidades. Eu sentia, e também era a idéia do Juscelino, que o Estado (governo estadual) era quem devia assumir a responsabilidade maior pela solução destes problemas — de energia, de transporte, de educação —, que não podiam ficar restritos ao município por falta de capacidade financeira, técnica e administrativa. O que se sentia no município era um mero pedinte de pequenos e modestos favores ligados à nomeação de professora e delegado de polícia. O município é isso; era isso, pelo menos, há 20 anos atrás, quando eu o conheci. As solicitações eram meramente de ordem política, no sentido mais modesto e rudimentar possível.

A.C. – Clientela?

J.P. – Sim; acredito que, em Minas, isso ainda seja importantíssimo: saber quem está nomeando o delegado de polícia e a professora.

A.C. – E quem nomeava?

J.P. – No caso, eram os prefeitos ligados ao P.S.D., que por sua vez era o partido do Juscelino. Uma fatia era nomeada pelo Partido Republicano, que apoiou o governo; outra fatia era indicada pelo P.T.B., o partido que apoiou um outro pedaço do governo; a U.D.N. não indicava ninguém, porque era o partido da oposição.

A.C. – Como você sentia a estratificação dos municípios por região?

J.P. – Em que sentido?

A.C. – Imagino que devam haver regiões muito mais prósperas, como o Triângulo, por exemplo, cujas demandas seriam totalmente diferentes das dos municípios mais ao norte, provavelmente mais pobres.

J.P. – De um modo geral, a demanda não era muito diferente. Mesmo em relação a grandes municípios — como Uberaba, Juiz de Fora, Barbacena —, as solicitações básicas, fundamentais, eram mais ou menos as mesmas. Está aí o exemplo de Barbacena: a briga entre José Bonifácio e Bias Fortes. Um não entra no clube do outro; um não quer nomear o delegado do outro. Naturalmente, os municípios mais adiantados também pleiteavam coisas maiores, como uma estrada ou uma fábrica, mas não excluía nunca a idéia de pleitear o delegado e a professora. Quem nomeia o delegado e a professora, é uma questão fundamental. Eu acredito que ainda seja assim até hoje. E o Juscelino rompeu em grande parte com este estilo político. Embora atendesse o delegado e a professora solicitados pelo partido que mandasse no município, na hora de executar a obra, ele era inteiramente apolítico. Quer o município fosse da U.D.N., do P.S.D., do P.R. ou do P.T.B., a estrada que devesse ser a escolhida ou a usina que devesse ser colocada em determinado lugar, isto saía de qualquer maneira, sem a preocupação de ordem política mais mesquinha. Falar do Juscelino, é difícil, porque era uma personalidade muito complexa. Exigiria muito tempo. Era uma figura realmente muito curiosa. Se de um lado era um político mineiro do estilo tradicional, por outro lado, ele não tinha nada de mineiro, também no estilo tradicional. Tinha um sentido mais amplo, mais largo, uma visão maior do problema, nacional. Não tinha o gosto pela política no sentido pequeno, como fim, mas talvez visse a política como meio apenas. Daí ele ter enfrentado muitas dificuldades com o próprio P.S.D., que depois não veio a querer que ele fosse presidente da República. Ele não teve o apoio do P.S.D. para ser presidente da República; conquistou esse apoio indo às bases municipais; a cúpula não queria o Juscelino.

A.C. – E de onde você acha que vem essa dificuldade de ser digerido pelo P.S.D.?

J.P. – De seu estilo político avançado, que contrariava as reivindicações municipalistas mais rotineiras.

A.C. – Você acha que havia uma nítida oposição entre o que seria um Benedito Valadares e o que seria um Juscelino?

J.P. – Total.

H.B. – Entre o Bernardes e o Juscelino, evidentemente.

J.P. – Com o Benedito, mais ainda. O Artur Bernardes, no fim da vida, ainda teve uma conotação ideológica. Mesmo durante o governo de Minas, certo ou errado, ele teve aquela preocupação nacionalista de defender o minério de ferro contra as pretensões daquele _____ e aquelas histórias todas. O Benedito nem isso teve. Era tipicamente um político mineiro clássico, tradicional, preocupado com o binômio delegado/professora. Entrou em choque visceral com o Juscelino. O choque só não foi maior, porque o Benedito gostava do Juscelino, eram amigos, e talvez também por destino. Eu nem sei como o Benedito agüentou tanto tempo o Juscelino.

A.C. – O Juscelino inclusive se forma através do Benedito.

J.P. – Nem sei como se agüentaram tanto tempo. O Benedito não queria que ele fosse candidato a presidente da República, mas já era tarde.

A.C. – Talvez o grande talento do Juscelino tenha sido combinar estes dois elementos: um lado inovador e...

J.P. – Ele era profundamente inovador. Quem deu a primeira obra pública de importância ao Oscar Niemeyer? Foi o Juscelino, na Pampulha. Quem conhecia o Oscar Niemeyer? Tido como comunista, e era mesmo. Niemeyer, era um arquiteto desconhecido. Quem o chamou para fazer a Pampulha? Juscelino. Toda a Pampulha foi feita pelo Oscar Niemeyer. Portinari, também, que era muito controvertido, discutidíssimo na época, há 30 ou 40 anos atrás. Quem o chamou para decorar a Igreja da Pampulha? Juscelino, político mineiro que agüentava o delegado e a professora.

A.C. – Nesse ponto foi o binômio Capanema/Juscelino.

J.P. – É; o que o Capanema fez a nível nacional, o Juscelino acobertou a nível estadual. Mas o Capanema é um intelectual, e não se pode dizer que o Juscelino fosse um intelectual. Ele era um homem eminentemente de ação, mas com a preocupação do grandioso, do moderno, do novo: tinha um lado de inovação. Era um intuitivo total; nunca soube o que fez. Eu disse isto diversas vezes a ele: “Presidente, o senhor não sabe

o que fez. O senhor mudou o Brasil, mas não mudou com o Brasil. O senhor é a mesma pessoa”. Pouco antes de o Juscelino morrer, encontrei-me com ele no elevador. Ele me apresentou a um cidadão e disse: “Este aqui é o rei dos ciganos, não sei de onde; é uma grande figura, etc.”. Depois, eu lhe disse: “Presidente, chato só em regime democrático. Agüentar chato em ditadura não vai render voto nenhum”. [risos] Mas era o espírito dele.

A.C. – Era o temperamento dele.

J.P. – Sim; o que o Juscelino fez, que amanhã, como sociólogas, vocês poderão interpretar maravilhosamente bem, ou o Celso Furtado, como economista, ele não sabe o que foi.

A.C. – Depois podemos fazer até modelos.

J.P. – Você conhece a Míriam Limoeiro?

A.C. – Conheço.

J.P. – Ela fez uma tese sobre a ideologia do governo do Juscelino. Eu ajudei muito. Fui eu que a apresentei ao Juscelino e ao Jânio Quadros. Ela inclusive me cita na tese. Ajudei, também, prestando depoimentos, etc.

O Juscelino fez aquilo tudo, porque tinha que fazer alguma coisa, porque sentiu através de sua formação de menino pobre de Diamantina e de outras coisas, mas sem nenhum sentido ideológico. Vocês é que vão dar o sentido ideológico à obra dele; vão dizer que foi um despontar disso e daquilo, etc. Ele foi um instrumento extraordinário, mas não sabia o que estava fazendo. Não sabia em termos, é claro. Não vamos exagerar. Ele não foi um ideólogo que dissesse: “Vamos industrializar o Brasil”. Não. Quando o Fundo Monetário apertou demais, ele brigou com o Fundo Monetário, porque queria construir Brasília, e não porque era contra o Fundo Monetário. É nessa base!

A.C. – É muito curiosa a sua observação, pois não é por acaso que os dois maiores políticos brasileiros deste século, ou da República, tenham sido Getúlio Vargas e Juscelino. Duas pessoas muito pragmáticas, muito pouco ligadas a uma concepção

ideológica de mundo, e ao mesmo tempo sabendo operar muito bem com as forças políticas.

J.P. – Isso que você disse é muito importante. Todos os dois. O Juscelino sabia operar muito bem com essas forças políticas. Quando saiu da presidência, ele queria entregar o governo à U.D.N. Ele sentiu, por uma questão de sensibilidade, que não era mais possível. Quantas vezes ele me disse isso! Estão aí as memórias do Lacerda contando isso, que pouca gente sabia. Ele chamou o Juraci e disse: “Você vai ser o candidato.” Não dava mais para conter.

A.C. – Ele queria evitar o pior. Era como se dissesse: Eu já consegui com dificuldade.

J.P. – Ele queria, mas o Lacerda conta, nas suas memórias, como impediu, lançando o Jânio Quadros. Não era mais possível; não dava mais para conter. O Juscelino sabia manipular as forças políticas. O Jânio concordaria em apoiar o Juraci. Uma posição eminentemente política, intuitiva, uma questão de sensibilidade.

A.C. – E o aprendizado dele começa também com o contato com os municípios. Eu estou achando muito curioso. Há uma identidade de início de carreira. Eu me lembro de que, na década de 30, Juscelino começa a trabalhar com o Benedito, como chefe de gabinete, justamente fazendo este mesmo tipo de contato que você teve no governo dele.

J.P. – Sim; mas o meu contato foi muito superficial. Eu, basicamente, me situaria mais num sentido nacional, global, pouco preocupado com assuntos de ordem municipal. Aquele não era um contato muito agradável para mim.

A.C. – Nós sentíamos que o Juscelino punha uma certa veemência na coisa. Como você comentou, mesmo nos momentos em que voto não conta para nada, ele estava sempre se interessando.

J.P. – É; estava com o cigano no elevador, dizendo: “Este aqui é o rei dos ciganos”. Qualquer vereador de Diamantina, ele recebia imediatamente; cassado, sem perspectiva de nada, ele também recebia.

A.C. – Era o estilo dele?

J.P. – É; o temperamento dele. O Israel Pinheiro, meu tio, também é de Caeté, e não tinha nenhum temperamento para essas coisas. Ele não cumprimentava ninguém, não sabia o nome de ninguém, tinha horror a agüentar esses munícipes e eleitorados. Fez uma carreira brilhante à custa de outros atributos. Juscelino, não. Era uma paciência de Jô, uma simpatia.

A.C. – Como você definiria o Israel?

J.P. – O Israel basicamente é um grande capitão de obras, um grande construtor, um grande realizador, também sem nenhuma preocupação de ordem ideológica: um pragmata. Muito parecido com o Juscelino em muitos pontos, menos talvez na simpatia pessoal, se bem que, quando o Israel queria, também era simpático; mas o Juscelino era sempre simpático.

H.B. – De que região de Minas é o Israel?

J.P. – Da mesma região: região de mineração. O Juscelino era um cigano. Quando fui à Tchecoslováquia, perguntei se havia Kubitschecks lá. Aliás, a D. Sara já tinha estado lá e visto no catálogo: há centenas de Kubitschecks. Ele era da Boêmia. Daí gostar de violão, de música, de dança, de mulher. Neste ponto, o Israel e ele eram inteiramente diferentes. A nossa origem familiar paterna não é fundamentalmente mineira de Caeté; só é mineira de Caeté muito recentemente. O pai do vovô João Pinheiro era italiano. Ele foi como um fenômeno da natureza, uma explosão política, impresentida, que emergiu com a pequena burguesia, com a Proclamação da República. Os Pinheiros passaram a ser políticos tradicionais mineiros de João Pinheiro para cá. João Pinheiro morreu em 1908. Antes, eram italianos que ninguém sabia direito de onde vieram.

A.C. – É uma tradição forte, mas recente.

J.P. – Acentuadamente forte, mas recente. Por isso, não se pode dizer que o Israel fosse minerador. Pelo lado materno, que foi o que grande influência exerceu sobre ele e meu pai, eles eram de Caeté. A família da minha avó era de Caeté, dessa zona de mineração.

A.C. – Que influência você sofreu do seu avô materno? Você teve contato com ele?

J.P. – Tive; quando ele faleceu, eu tinha 13 anos. Foi um contato relativamente pequeno. Eu o respeitava e admirava como um grande empreendedor. Ele veio do Rio Grande do Sul, como fazendeiro. Era muito rico; para a época, era inclusive riquíssimo. Resolveu fazer indústria e foi para Minas. Não gostou lá de Caeté, por problemas políticos com o Benedito e outros problemas. Veio para o Estado do Rio e escolheu Barra Mansa antes de o General Macedo Soares ter escolhido Volta Redonda, que é ali ao lado, para ser a Siderúrgica. Isto mostra a visão que ele tinha. Escolheu Barra Mansa porque estava próxima de São Paulo e do Rio de Janeiro, e havia facilidade de escoamento da produção.

A.C. – Quase uma premonição.

J.P. – Ele escolheu antes de o General escolher a localização de Volta Redonda. A Barbará é pertinho de Volta Redonda.

H.B. – Que tipo de problema ele tinha com o Benedito?

J.P. – Problema dessa politicagem interiorana, de dificuldade de locomoção. Eu sei que ele não se deu bem. Mudou uma indústria de Caeté para cá!

A.C. – Você falou no Estado Novo. Estado Novo foi um corte, por quê?

J.P. – O Estado Novo foi um corte político para a geração do meu pai, como 64 foi um corte político para a minha geração. Eu tinha 35 anos e estou com 48 hoje; o Afonso Arinos tinha 52 e está com 70. Esses ainda realizaram, mas a minha geração, que na época tinha trinta e poucos anos, está há 13 anos inteiramente marginalizada. Do mesmo modo, a geração do meu pai também foi marginalizada inteiramente durante o período do Estado Novo. Estou falando em termos de geração, e não quanto a ocupar o poder

especificamente, porque política não é apenas o poder. Pode-se estar na vida pública, num jornal, na oposição inclusive. Essas velhas figuras da U.D.N. se fizeram na oposição; mas nos regimes mais fechados não há oposição. Não se pode exercer nenhum tipo de vida pública a não ser no grupo do governo.

A.C. – Então, corta mesmo.

J.P. – É; não se pode exercer outro tipo de atividade política, a não ser no governo. Quem não está no governo não está em nada. E hoje ninguém está no governo, a não ser um grupo pequeno de tecnocratas. Nem a ARENA é governo. Quando se fala em abertura, em entregar o poder para o M.D.B... Não entregaram ainda nem para a ARENA, como é que vão entregar para o M.D.B.? Não se entregou o poder para ninguém.

A.C. – Eu acho que a questão do Benedito é muito importante em 37. O Benedito Valadares era uma espécie de corpo estranho, até onde eu deparei, dentro da política mineira. Minas, como o estado tradicional, com suas grandes famílias políticas, e Benedito um homem modesto, embora um político muito experiente.

J.P. – O Benedito foi escolhido, porque naquela briga do Virgílio com o Capanema o Getúlio, vendo nele o mais neutro, o menos ostensivamente candidato, escolheu o Benedito, que inclusive era parente da D. Darci via Dorneles.

A.C. – Eu lhe pergunto, então, se o seu pai não teria reagido a esta ascensão do Benedito na política mineira, ou se se trataria mais de um problema ideológico.

J.P. – Não; ele reagiu, inclusive por motivos pessoais, mas reagiu passivamente por causa do Israel. Eram irmãos, e ele não queria ficar contra o irmão.

A.C. – O Israel estava na Secretaria de Agricultura?

J.P. – É; o Israel fez todo o início de sua carreira política com o Benedito. Papai, não sendo político, como ia reagir contra o Benedito? Se o Israel era um dos homens do Benedito, ficava difícil. Foi um problema de família e de temperamento também. O

Benedito sufocou inteiramente a atividade política em Minas, naquela época do Estado Novo. O Carlos Lacerda, nessas suas memórias, conta que o Cristiano Machado passou cinco anos sem vir ao Rio, com medo de o Benedito pensar que ele tinha vindo para tratar de sucedê-lo no governo de Minas, de tão desconfiado e possessivo que era o Benedito.

A.C. – Você acha que o seu pai reagiu a essa presença do Benedito mais no sentido pessoal, mais no sentido de lutas políticas locais, ou mais no sentido de que no fundo ele era um empresário e que talvez não houvesse lugar para ele naquele mundo?

J.P. – Não; ele não era empresário. No fundo, ele era um político e um intelectual mesmo. Passou a ser um empresário por circunstâncias até matrimoniais, como eu disse, por ter-se ligado a empresários. Ele guardou ressentimento da atuação política do Benedito, no sentido pessoal inclusive. Como eu guardei um pouco também, quando, depois, na Reforma Agrária, houve aquela hostilidade do P.S.D. Eu reagi a àquela hostilidade, apesar de ter sido candidato pelo P.S.D., em Minas. E reagia um pouco também contra aquilo que eu achava errado no P.S.D. — aquele tradicionalismo, aquele ranço —, coisas que hoje eu retifico em parte. Não ratifico, não. Retifico. Eu acho que o P.S.D. naquele momento brasileiro era o grande partido. Era o partido do possível.

A.C. – Não se tirou proveito de tudo que ele podia dar?

J.P. – É; mas eu pessoalmente reagia contra aquilo, achando que era ranço, conservadorismo excessivo, negócio de professora e delegado, que estava entupindo o Brasil, sufocando, como se diz hoje, a evolução política do País. Reagimos contra isso. A Reforma Agrária era permanentemente obstaculada. Não se podia fazer nada, porque não passava nada no Congresso por causa do P.S.D.; mas muitas vezes, talvez, porque não fosse possível passar mesmo, porque na época ainda não fosse possível fazer aquilo que se imaginava.

H.B. – Quando você começou a falar em reforma agrária, disse que a reforma não tinha de maneira nenhuma o sentido de eliminação das propriedades, e, muito pelo contrário, de criação de propriedade; mas criar proprietários, nesse sentido, seria diminuir a propriedade de alguém.

J.P. – O que se queria era criar proprietários, diminuir a extensão da propriedade de alguém, mas não tirar a posse da propriedade total daquele alguém. O que se dizia era o seguinte: se alguém, eventualmente, estando situado em área estratégica do País, possui mais do que deve, mais do que pode ou mais do que precisa no sentido social, esse alguém tem que abrir mão disso. Vai ser indenizado, naturalmente, como nós queríamos indenizar, com títulos da dívida pública e não em dinheiro, senão seria um negócio agrário e não uma reforma agrária. Esse alguém dividiria sua propriedade ociosa e especulativa com aqueles que precisam e querem trabalhar. Eu não tenho os dados de hoje, mas, no Rio Grande do Sul, naquela época, por exemplo, 45 ou 48% da renda rural era em forma de aluguel de terra. Isso onera tremendamente a produção. Por isso é que nós estamos neste impasse: subutilização e ônus do rendimento agrícola. O indivíduo, ao colher, tem de pagar ao dono da terra, pelo fato de não ser o proprietário, um x em forma de aluguel. O que se queria era evitar esse x em forma de aluguel; era que o indivíduo fosse o proprietário da terra; mas nunca burocratizar a terra, transformar o camponês em funcionário público, como ocorreu lá em Tapajós. Nos estabelecimentos rurais de Tapajós, todo o mundo era letra i, letra j, etc. Pertenciam à SUPRA, e tinham sido da Fundação Ford. Todo o mundo era funcionário público, e ninguém produzia nada. Nós não queríamos isso.

A.C. – O que era exatamente Tapajós?

J.P. – A SUPRA, o Serviço Nacional Rural, o INIC e os Estabelecimentos Rurais Tapajós, antiga Fordlândia. Eu sempre dizia e repetia, cansei de dizer: “Ninguém quer a socialização do campo, da terra, a comunização rural. Não, ao contrário. Queremos criar mais proprietários e mais propriedades, para dar estabilidade à vida rural do Brasil; criar uma classe média rural. Onde for necessário muita terra, que continue muita terra. A terra não é boa, se ela é muito ou pouca; ela é boa, se é mal ou bem aproveitada, só isso”. Mas até hoje nós estamos vivendo esse problema: carestia permanente, inflação, etc. Por quê? A comercialização dos produtos rurais é inteiramente errada; a produção é voltada exclusivamente para exportação. Você abre a televisão e ouve que o saco de feijão chega do Chile, país que eu visitei há um mês, uma nesga de terra gelada no Pacífico. E o Brasil, com oito milhões e meio de quilômetros quadrados, não tem condições de plantar feijão? É um produto da pequena propriedade, da média

propriedade. Quem vai plantar soja ou café para exportar não vai plantar feijão. É por isso que, até hoje, há um impasse rural, um impasse na economia brasileira, do qual nós não sairemos, a não ser que possamos ir realmente às causas fundamentais do problema. É o que eu dizia. Como eu disse a você, naquela rápida conversa da primeira vez, abriram-se muitas frentes ao mesmo tempo, sem a necessária estrutura política.

A.C. – Sobre isso, eu queria voltar ao Governo Juscelino. Ele foi uma pessoa pouco sensibilizada pelos problemas agrários, possivelmente por uma questão de prioridade, porque talvez ele tenha tido este sentido quase intuitivo de que não podia atacar várias frentes ao mesmo tempo. Foi um homem que deu muito maior importância à implantação da indústria do que propriamente ao problema agrário. Eu acho que como o feito mais importante na área agrícola nós teríamos talvez o caso da SUDENE. Não sei se você acompanhou a implantação da SUDENE.

J.P. – Eu acompanhei bem esse assunto. A SUDENE, basicamente, foi criada em função do problema da seca e do DNOCS. Secas violentíssimas e a ineficiência administrativa total do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Neste momento, para resumir, o Embaixador Sete Câmara devemos incluí-lo?, que era chefe da Casa Civil do Juscelino, sugeriu que se convocasse um economista moço, que não era ainda conhecido, mas de grande valor, que organizasse uma superintendência para, em caráter permanente, equacionar os problemas do Nordeste. O Juscelino, na mesma ocasião, foi apresentado ao Celso Furtado, e foi criada a SUDENE. Ele dizia: “Eu não posso me preocupar com problemas de reforma agrária, neste momento. Primeiro, como você disse muito bem, para não abrir duas frentes de luta ao mesmo tempo com todo o mundo; e, em segundo lugar, porque a reforma agrária vai ser uma consequência do meu governo; vai ser necessária, porque eu acelerei a industrialização do País. Antes não era possível fazer reforma agrária, sem uma indústria de tratores, sem um poder aquisitivo razoavelmente melhor e sem as cidades começarem a exigir os produtos alimentícios que os campos precisavam fornecer”. Então, a reforma agrária seria um passo subsequente ao governo do Juscelino. Como entendíamos na época do Governo Goulart, as reformas só eram importantes, porque haviam sido precedidas pelo governo do Juscelino.

Não seria mais possível repetir o Juscelino, como se fez em 64. Eu disse isso à Míriam Limoeiro, e ela achou muito interessante também. A partir de 64, o que se fez

não foi uma revolução, e sim uma reposição, uma reconvenção. Eles disseram: “Vamos fazer o que o Juscelino fez, mas sem tanta alegria”. Então, vieram as grandes obras, as grandes estradas, a ponte Rio - Niterói e uma série de coisas que se superpuseram numa realidade social e econômica, que não mais agüentava esse tipo de providência, que estava a exigir não mais apenas a ponte, mas o cidadão devidamente equipado para poder atravessá-la, devidamente vestido, etc. Isso é o que se costumava dizer. Eu disse certa vez, depois da Revolução, quando voltei a escrever, durante algum período, com o Samuel Wainer lá na *Última Hora*

A.C. – E é certo que o Juscelino tinha intenção de dar ênfase, no que seria sua segunda campanha presidencial, ao problema agrário.

J.P. – Ele queria fazer agrovilas. A sua idéia era criar cidades agrícolas, às margens das grandes estradas, e que ele chamaria de agrovilas. Já tinha até mandado outras pessoas estudarem o assunto. Ao lado da Belém-Brasília, da Brasília-Acre, de todas as grandes estradas criar-se-iam cidades, agrovilas. Ele tinha idéia de se concentrar fundamentalmente no problema da agricultura.

A.C. – Ele, inclusive, lhe encomendou que pensasse nesse problema?

J.P. – É.

A.C. – Seria basicamente isso, ou ele pensava também em dividir a terra, em criar pequenos proprietários?

J.P. – Ele reagia um pouco a essa idéia, dada a sua formação de P.S.D. mineiro; mas em conversa aceitava. Nós chegamos a nos reunir algumas vezes na minha casa, estando presentes o Cândido Mendes, o Hélio Jaguaribe, o Prof. Nélon Melo e Sousa, sociólogos, outros, como o Hélio Sabóia, que trabalhou comigo, e ainda outros, com a presença do Juscelino, para tratar de uma espécie de programa de governo. Depois de ele estar cassado, no período da Revolução, as reuniões não seriam mais sobre o problema de governo, seria uma sociedade de estudos, uma espécie de Fundação Juscelino Kubitschek, mas achamos que iam pensar que era coisa de subversão e política, e a idéia não foi avante. Ele estava preparado para atacar o lado da agricultura.

A.C. – E a questão da SUDENE em relação ao DNOCS? A idéia que se tinha na época, pelo menos a que foi vinculada através da imprensa, era a de que o DNOCS seria uma grande máquina montada para atender o interesse dos latifundiários, sobretudo latifundiários de alguns estados do Nordeste, os chamados industriais da seca.

J.P. – Exatamente; esses foram os que reagiram contra o Celso Furtado e que o levaram a ser cassado. O DNOCS servia nada mais nada menos do que para o atendimento, em termos mais volumosos, daquele tipo de clientela municipal mineira a que eu me referi. O DNOCS atendia, em vésperas de eleição, aos grandes grupos eleitorais do interior do Nordeste. As verbas nunca chegavam realmente aos interessados; perdiam-se nos intermediários. A SUDENE veio para acabar com isso, para dar um sentido racional, um sentido técnico, mais lógico aos investimentos enormes que se faziam no Nordeste, mas que não chegavam ao seu destino.

A.C. – E os interesses destes grupos no Parlamento?

J.P. – Você vai ouvir o Celso Furtado sobre isso, não vai?

A.C. – Já ouvi; não gravei, mas já ouvi.

J.P. – Você deve ouvi-lo sobre a SUDENE. Ele, melhor do que ninguém, pode explicar a luta que deve ter tido para se opor àqueles interesses criados pela clientela que vivia às custas do DNOCS.

A.C. – Os interesses destes grupos dentro do Congresso eram muito grandes?

J.P. – Esses grupos eram representados majoritariamente no Congresso. Assim, qualquer tentativa de reforma agrária via reforma da Constituição seria inviável.

A.C. – Como o Juscelino consegue passar a SUDENE? A SUDENE é aprovada pelo Congresso?

J.P. – Foi aprovada.

A.C. – Você acompanhou esta luta dentro do Congresso?

J.P. – Não; não me lembro como foi; mas sei que o plano-diretor da SUDENE era aprovado pelo Congresso.

A.C. – A SUDENE incorporou o DNOCS?

J.P. – Incorporou.

A.C. – A grande discussão foi essa.

J.P. – E o plano-diretor da SUDENE era aprovado pelo Congresso. Deve ter havido muito problema, muita luta, mas o Juscelino, com a sua habilidade política monumental, conseguia resolver esses problemas. E já foi também no fim do governo dele. Deve ter sido muito difícil.

A.C. – Reconstituindo as suas vinculações partidárias, você começa ligado ao P.S.D., que era tradicionalmente o partido da sua família, do Israel, etc., mas sente-se que, no final do período, você passa por uma transformação: vai um pouco mais para a esquerda do que seria o P.S.D. tradicional, quase se petebiza. Como se deu este processo?

J.P. – Eu não sei se é uma questão de temperamento, mas eu vejo a coisa muito no sentido das circunstâncias da vida. Foram tantas opções que se me ofereceram, mais ou menos como portas abertas que eu não podia deixar de atravessar. Eu estava, nesta época, escrevendo na *Última Hora*, quando o Juscelino terminou seu governo, no início do Governo de Jânio Quadros. Eu ia muito à televisão, quase toda semana, num programa de mesas-redondas, do Gilson Amado. Não sei se vocês alcançaram isso, porque vocês são meninas. Jânio Quadros renunciou, veio o regime parlamentarista, aquele problema todo, Jango toma posse, não toma posse, essas coisas, e o Primeiro-Ministro Tancredo Neves assumiu. Depois do Tancredo Neves veio o Brochado da Rocha. Nessa ocasião, foi convidado para ser Ministro do Trabalho o Prof. Hermes Lima, que tinha sido um dos freqüentadores da minha casa naquela sociedade de estudos que nós tínhamos para debater problemas do Brasil. Por vinculação com um dos

freqüentadores, um amigo meu, ele era um dos mais assíduos nessa sociedade de estudos a que eu já me referi. Assumiu o Ministério do Trabalho, e eu, nesta ocasião, era procurador da Justiça do Trabalho, nomeado pelo Juscelino. Como conseqüência, ou pelo fato de ser amigo do Prof. Hermes Lima e procurador da Justiça do Trabalho, ele me telefonou, para a Tevê Continental, que hoje não existe mais, e disse: “João, venha aqui. Eu sou ministro do Trabalho. Fui nomeado pelo governo parlamentarista, mas não conheço ninguém no Ministério do Trabalho, e quero que você me dê umas sugestões”. Fui ao Ministério do Trabalho. Conversamos um pouco. Eu sugeri alguns nomes para isso e para aquilo, e ele me disse: “E você? Para subsecretário do Trabalho, eu também não tenho ninguém. Tem que ser elemento de toda confiança. Podia ser você?” Eu disse: “Não; acho que não me interessa, vou pensar, etc.” Para resumir, fui para casa do Samuel Wainer, diretor da *Última Hora*, e contei a conversa. Ele disse: “Você é doido. Você tem que aceitar de qualquer maneira. Você tem 31 anos e isto é um passo. Você, amanhã, pode ser ministro de Estado com 32 anos”. Telefonou para o Hermes Lima e, em resumo, eu fui ser subsecretário de Estado, no Ministério do Trabalho.

Era o regime parlamentarista. Estávamos nos últimos meses do parlamentarismo. Quinze ou 20 dias depois, o Brochado da Rocha renunciou, o Hermes Lima foi ser primeiro-ministro, e eu assumi o Ministério do Trabalho. Fui ser ministro do Trabalho com 32 anos, mas não fui porque era P.T.B.; fui por isso que eu estou contando a vocês, porque tinha aquela atuação pública como colunista da *Última Hora*, fazendo a seção de economia. Eu tinha aquela projeção na televisão, nas mesas-redondas, e o Prof. Hermes Lima me chamou para dar conselhos a ele.

A.C. – O que se discutia nessas mesas-redondas?

J.P. – Problemas de economia. Eu falava especificamente sobre economia. Falava de economia, criticava o governo do Jânio Quadros, a Instrução 204, etc.

Aí, fui para o Ministério do Trabalho, fiquei lá uns seis meses. Vieram novas modificações, e eu me afastei.

Houve aquele famoso episódio, quando fui para a televisão com o Gilson Amado, e ele me perguntou o que eu achava das greves, porque ele já estava por aqui, não agüentava mais. Então, eu respondi: “Enquanto houver essa política monetarista e houver liberdade sindical, liberdade de reivindicação, não tem jeito. Enquanto o Roberto Campos for embaixador em Washington e o Prof. Bulhões for presidente da SUMOC,

vai haver greve todo dia. Pode-se reivindicar, pode-se fazer greve, o custo de vida não para de subir, então, a greve é diária”. E fui demitido. Eu estava no Rio Grande do Sul, tinha ido fazer uma conferência na televisão, e quando voltei o Prof. Hermes Lima me chamou e perguntou: “Você disse isso?” Eu tinha que confirmar, porque disse mesmo. Eu era Ministro do Trabalho e fui dizer uma coisa daquela de um embaixador brasileiro. Ele perguntou: “Você pede demissão?” Eu disse: “Está bem.” Fui para o Ministério do Trabalho, mas os sindicatos, que gostavam muito de mim, modéstia à parte, disseram: “Não; você não vai pedir demissão.” E fui demitido.

A.C. – E o C.G.T. lhe deu um grande apoio naquele momento

J.P. – É; eles gostavam muito de mim, me davam um apoio enorme. O Jango sempre dizia: “Agüente essa gente. Eles vão para sua casa, chegam lá, jogam cigarro no tapete, furam seu sofá, derrubam café, mas eles gostam de você. Agüente essa gente, que eles gostam de você, são seus amigos e são gente boa; mas também diga a eles (isso é textual) que parem de exercer demais esse direito de exigência, de reivindicação, porque isso vai dar numa ditadura militar, e eles não vão poder andar nem na rua.” Eu disse isso para esse pessoal do C.G.T. diversas vezes: “Parem com este excesso de reivindicações, porque vai vir uma ditadura militar, e a gente não vai poder nem andar na rua.”

A.C. – Esse momento do Ministério foi muito decisivo. Fazendo um histórico um pouco caricatural do Ministério do Trabalho, nós temos uma primeira fase, a fase Estado Novo, que corresponde mais ou menos também ao Governo Dutra, em que os sindicatos são totalmente controlados, as lideranças sindicais são totalmente escolhidas de cima. Depois, em 54, há uma tentativa, de Getúlio e Jango de estabelecer modificações dentro dos ministérios, e essas modificações se frustram. O Governo Juscelino, até onde eu sei, é um momento em que o P.T.B. cresce muito, pois consolida sua posição dentro do Ministério do Trabalho, ocupa todos os setores de previdência, todos os departamentos, etc., mas, enfim, a situação fica um pouco no impasse, e o momento em que você assume não é exatamente o momento em que o Ministério se abre para as novas lideranças?

J.P. – Exatamente; isso que você disse é muito importante, porque se diz que aquilo era uma pelegada, tudo controlado. Isto não é verdade. Já nessa fase em que eu assumi,

havia uma tentativa de autonomia por parte dessas lideranças. Eu fui procurador da Justiça do Trabalho, e uma das funções do procurador da Justiça do Trabalho é presidir as eleições sindicais. Eu presidia eleições sindicais inteiramente livres. Ninguém me mandava ir lá para forçar alguma chapa. Não; eram inteiramente livres.

A.C. – Como se passavam essas eleições?

J.P. – Eu presidi muitas. Em eleição sindical, nunca houve pressão nenhuma. Eram sempre à noite. Eu chegava em casa tardíssimo. Era um bom “*habeas-corpus*”. O sujeito podia sair, chegar em casa tarde, quase de manhã. As eleições sindicais eram realizadas com duas ou três chapas. Havia assistência do procurador e lavrava-se ata. Antes, se verificava se os candidatos estavam inscritos regularmente, se a chapa tinha sido aprovada. A lisura era total. Nesta fase, no final do Governo Juscelino e no Governo Jânio, como você notou bem, já começou a desabrochar uma autonomia de liderança sindical. No governo do Jango, quando fui para o Ministério do Trabalho, já havia uma tentativa de autonomia de lideranças sindicais muito grande. As eleições eram feitas escrupulosamente, ao menos no meu período, pelos procuradores que as faziam comigo.

A.C. – Eram quantos procuradores?

J.P. – Eram diversos; aqui no Rio, uns 20 mais ou menos. Todo estado tinha uns 10 ou 15. E digo mais: o grande inimigo da infiltração do P.T.B. nos sindicatos eram os comunistas. Não estavam juntos, não. A luta do movimento sindical mais ligado ao P.T.B. era contra os comunistas.

A.C. – Dos mais ligados ao P.T.B. havia o Riani, por exemplo.

J.P. – O Riani não era comunista. O Riani era hostilizado pelos comunistas. Era muito ligado ao Jango. O Dante Pelacani também era do P.T.B. Comunista, daquela época do C.G.T., que eu me lembre, havia o Pacheco, que nunca escondeu isso, tendo sido inclusive deputado comunista. O Roberto Morena, comunista da velha guarda, tradicional e o Hércules Correia. Daquela cúpula, estes eram ostensivamente. Os outros não eram. Os outros lutavam contra esses. E a grande preocupação do Jango.

A.C. – Temperani era P.T.B., ou não?

J.P. – Temperani Pereira. Este eu não me lembro bem.

A.C. – Demistóclides Batista.

J.P. – Esse era terrível; era da Leopoldina. Esse não era P.T.B.; era mais do lado da esquerda mais radical.

A.C. – Naquela época em que você ocupou o Ministério, qual seria o balanço das forças políticas que atuavam dentro do Ministério? Havia 30% de comunista ou havia mais?

J.P. – No meio sindical?

A.C. – Na cúpula.

J.P. – Na cúpula devia haver uns 20%. Entre 20 e 30% na cúpula. O resto era janguista, petebista, remanescente do getulismo. Tanto que o chefe da assessoria sindical era o Gilberto Crocket de Sá, que era um remanescente típico do getulismo sindical.

A.C. – Nessa chapas, os comunistas tinham um candidato e os petebistas tinham outro?

J.P. – É; na eleição sindical, havia correntes em que os comunistas tinham candidatos e correntes em que os petebistas tinham candidatos. Eram os únicos que existiam. Quem mais existia para disputar eleição sindical? Ninguém. E, majoritariamente, as correntes petebistas ganhavam as eleições. O que houve foi uma infiltração minoritária comunista no setor sindical, que deu ênfase à existência do comunismo no setor. Majoritariamente, o setor era P.T.B., era Jango.

A.C. – E as bases não tinham nada a ver com essa cúpula?

J.P. – A composição de cúpula era muito distanciada da composição de base. E na sindicalização rural, que foi feita pela SUPRA (nós fizemos mil e tantos sindicatos rurais), o Jango sempre dizia: “Façam sindicatos com a Igreja, com a ala mais moderada

da Igreja. Cuidado para os comunistas não se infiltrarem nos sindicatos rurais”. Era a recomendação que ele fazia. O grande inimigo do sindicalismo na área trabalhista e rural era o comunismo.

[FINAL DA FITA 1-B]

J.P. – Coisa estranha mesmo, essas circunstâncias da vida. Eu não passei por um processo de radicalização ideológica, em que tivesse do P.S.D. passado a ser P.T.B., adquirindo conotações ideológicas neste sentido. Veio o Ministério do Trabalho, e eu sempre dizia que queria agir como um magistrado no Ministério do Trabalho; atenderia a patrões e empregados, mas que sempre que sentisse que era impossível ser totalmente igual para um e para outro, eu teria que tender mais para o lado do empregado, que era o mais fraco. Eu dizia isso, mas não tinha sentido ideológico.

A.C. – A inspiração do Ministério do Trabalho sempre foi essa. A Justiça do Trabalho sempre foi mais do trabalhador.

J.P. – Sim; a Justiça do Trabalho é isso também. Os empregadores reclamam, mas o trabalhador é muito mais fraco no sistema capitalista. Se, além de tudo, ainda se empurrar a Justiça do Trabalho em cima dele com mais violência, se no Ministério do Trabalho ainda se for mais duro com o trabalhador, aí é impossível. Havia um sentido de fazer com que a coisa fosse a mais equânime possível.

A.C. – O Ministério do Trabalho, naquele momento, era um ministério poderoso do ponto de vista financeiro, com o controle das previdências todas, não é?

J.P. – Mais ou menos; eu me lembro que a famosa Comissão do Fundo Sindical, que diziam que subornava sindicatos, que gastava fortunas em comícios, etc., não tinha verba nenhuma; tinha muito pouca verba. Financeiramente, era um ministério fraco. A previdência vivia num *deficit* permanente naquela época.

A.C. – Como se deu a escolha dos presidentes destes institutos?

J.P. – Isto era importante. E, na época, o Ministério era do Trabalho e da Previdência Social. Eu era Ministro do Trabalho e da Previdência Social. Não era como hoje, desdobrado. Mas os presidentes foram todos indicados pelo Presidente da República. Eu não tinha nem vivência para escolher essa gente.

A.C. – Quem eram essas pessoas?

J.P. – Líderes sindicais de modo geral. O presidente do Departamento Nacional do Trabalho (D.N.T.) era um procurador. Esse, eu escolhi. Era procurador da Justiça do Trabalho, Benjamim Eurico Cruz. O procurador-geral da Justiça do Trabalho também era um procurador, o Professor Rego Monteiro, um homem muito fino. Os institutos todos eram indicados por lideranças sindicais ligadas ao P.T.B. e diretamente ao Presidente da República. Eu não tive nenhuma ingerência na indicação desses.

A.C. – Você vê retrospectivamente essa política como uma política correta, ou foi mais uma política de pura clientela?

J.P. – Eu não digo que se possa julgá-la uma política correta, mas, no momento, dadas as circunstâncias da vida política brasileira, não havia outra solução. Ir-se-ia colocar, naquelas autarquias, técnicos que não existiam? Tinham de ser políticos. E a clientela do P.T.B. se fazia na base da previdência social. Isso é inegável, e não se pode considerar isso certo, mas era o costume político da época. A clientela eleitoral que sustentava o P.T.B. estava, em grande parte, vinculada à previdência social.

A.C. – Isto dava um poder muito grande a eles?

J.P. – Um poder tão grande, que o Jango se elegeu duas vezes vice-presidente da República. E também dava a estes presidentes de autarquia um poder muito grande.

AC. – Era de se esperar que os diretores desses institutos fossem, pelo menos, um advogado, um técnico.

J.P. – Esses presidentes eram líderes sindicais, mas não eram operários. Eram advogados, alguns; no dos bancários, por exemplo, que era mais radicalizado, ideologicamente mais conscientizado, era sempre um bancário; o I.A.P.I.

A.C. – O I.A.P.I. era importantíssimo!

J.P. – É; mas o presidente do I.A.P.I. não era um industrial; também não era um industrial; devia ser algum funcionário público do próprio Instituto. A Previdência Social funcionava muito mal, com sentido de clientela eleitoral. Mas é o que eu disse a você: naquele momento e para aquelas circunstâncias, havia muito pouca alternativa. Passou-se o seguinte com o Jango: ele foi da presidência do P.T.B. para a presidência da República, mas continuou sendo mais coagido e acossado como presidente do P.T.B. do que como presidente da República.

A.C. – Eu me pergunto justamente se o impasse não resultou daí mesmo.

J.P. – Ele não conseguiu deixar de ser presidente do P.T.B. para ser o presidente da República. Não queria entregar o seu dispositivo sindical, seu dispositivo trabalhista a ninguém, e diversas pessoas disputavam esse dispositivo com ele – o Arrais, o Brizola e outros.

A.C. – Como eram estas relações, dentro do Ministério, da clientela do Arrais com a clientela do Brizola, com a clientela do Jango?

J.P. – Eu contemporizava, procurava equilibrar um pouco.

A.C. – Mas havia realmente os representantes de Arrais e os representantes de Brizola dentro do Ministério?

J.P. – Não; no Ministério do Trabalho isso não havia. Onde houve muita pressão nesse sentido foi na SUPRA. Aí, a pressão foi muito grande. No Ministério do Trabalho, não houve pressão; era mesmo o feudo janguista. Ninguém ousava penetrar. Os delegados do Trabalho eram nomeados por indicação do Jango, do P.T.B. local. Agora, na Reforma Agrária, na SUPRA, houve muita pressão, porque havia, já naquela época com

mais intensidade, a presença do Brizola e do Arrais, que disputavam a liderança trabalhista, e cada um queria ser mais radical do que o outro. Então, havia muita pressão no sentido de desapropriação de terras, e eu tive grandes problemas nesse sentido. Até a Cidade das Meninas da Dona Darci invadiram uma vez, e eu tive que ir lá, tirar os sujeitos, explicar que aquilo não podia ser feito assim, etc.

H.B. – Quem radicalizava mais?

J.P. – Naquela época, era o Brizola. Foi o grande responsável pela radicalização do processo político. Ele acuava o Jango de tal maneira, que o Jango, para não perder a sua liderança, achava que tinha que dar sempre um passo à frente, para não ficar atrás.

A.C. – Era uma disputa pessoal com o Brizola?

J.P. – Era; o fato de serem cunhados também atrapalhava mais ainda. Era uma disputa pessoal de liderança. Aquele comício da Central do Brasil foi uma tragédia: vai, não vai; quem é que vai falar; quem fala primeiro, quem fala depois. Eu disse ao Jango: “Presidente, vamos fazer essa assinatura do decreto da SUPRA no Palácio da Alvorada, com pouca gente, sem essa complicação de comício.” E o Jango, que em princípio concordava com tudo que se dizia, mas não fazia nem 50% daquilo com que concordava, concordou, mas mudou e acabou fazendo mesmo o comício, e vieram Brizola e Arrais...

A.C. – Você presenciou ou participou de reuniões de Ministério nesta época em que foi ministro do Trabalho? Houve estas reuniões?

J.P. – Houve, talvez, umas três reuniões.

A.C. – Gostaria que você me fizesse um quadro destas reuniões.

J.P. – A mais importante foi para ver o que se poderia fazer para conter as reivindicações salariais e sindicais excessivas. Eu me lembro de que o General Albino Silva, (ele até já morreu) que era chefe da Casa Militar, propôs que se fosse duro com os sindicatos. O Gilberto Crocket de Sá, que assistia à reunião, pois era o chefe da

Assessoria Sindical do Palácio do Catete dizia: “Mas eu quero saber quem é que vai ser o primeiro a botar o guizo no pescoço do gato?” Ele usava esta expressão para indagar quem iria tomar a iniciativa de ser duro com os sindicatos. E eu, então, usava na época esta imagem: o sindicato exerce contra o Jango a pressão e até a “chantagem”, entre aspas, da amante com o apaixonado. Não adianta. O Jango, por mais que quisesse tomar medidas contra os sindicatos, não podia; e os sindicatos, sabendo que ele não tomava medidas contrárias, aumentavam o seu poder reivindicatório. E o Jango cedia, porque achava que dependia deles. Uma das reuniões foi nesse sentido. Isso foi no regime parlamentarista, com o Professor Hermes Lima como primeiro-ministro. O Jango não participava dessas reuniões, porque ele era presidente parlamentarista, e quem presidia a reunião do Ministério era o primeiro-ministro. Mas havia, como eu já disse, uma preocupação permanente, uma espécie de confronto de ordem até sentimental, que fazia com que o sindicato exigisse tanto, o presidente negasse tanto, mas acabasse cedendo, porque se sentia no dever, ou porque era grato, ou porque dava importância, talvez excessiva, àquele dispositivo que o havia conduzido até a culminância de uma presidência da República.

A.C. – Você entra no Ministério justamente no momento em que o Brizola acaba de sofrer um de seus mais sérios reveses? O Brizola consegue nomear o Brochado, que era uma pessoa ligadíssima a ele, foi secretário do Interior e Justiça, se não me engano, um homem íntegro, mas ele faz muitas restrições à composição do Ministério do Brochado, que me parece que era o Néelson de Melo na pasta da Guerra.

J.P. – O ministro da Guerra era Amauri Krueel, ou não?

A.C. – Acho que era o Néelson de Melo.

J.P. – Quando eu fui ministro do Trabalho, não era o Néelson de Melo; o Néelson de Melo é muito meu amigo.

A.C. – O Krueel foi no Hermes.

J.P. – Está certo; quando fui ministro do Trabalho, era o Krueel, que até é ligado aos Barbarás. Uma irmã do Krueel é casada com um irmão do meu avô; de modo que havia

esta relação de amizade, de intimidade. Quando o Hermes Lima deixou o Ministério, e eu deveria ascender à categoria de ministro, o Krueel influenciou no sentido de que eu fosse consolidado como ministro, etc.

A.C. – Nessa passagem do subsecretariado do Ministério para ministro.

J.P. – É; ele era ministro da Guerra; o chefe da Casa Militar era o General Albino Silva.

A.C. – Minha dúvida é a seguinte: o Brizola tinha conseguido nomear o Brochado, que tinha sido sobretudo indicação sua. Depois, ele pressiona muito, a fim de que o Congresso delegue ao Gabinete Brochado, às chamadas forças populares, poderes para que eles tomem uma série de iniciativas importantes na área econômica. Esses poderes não são dados, o Brochado se demite, e a acusação recai sobre dois ou três nomes que eles criticavam muito, sobretudo o Néelson de Melo; de modo que o Gabinete do Brochado cai.

J.P. – O Brizola ficou muito contra o Krueel, porque ele queria a encampação da Light, e o Krueel não queria. Isso é outra coisa, mas sei que o Brizola atacou muito o Néelson de Melo.

A.C. – Sim; e o Gabinete Hermes Lima, nessas circunstâncias, era um gabinete estável? Aparentemente, não. Primeiro, era um gabinete provisório, não é? Não há um detalhe desses?

J.P. – Bem; não havia nada estável naquela época; tudo era muito instável. Não só a estrutura política era instável, como institucionalmente era instável, porque era parlamentarismo. Mas foi um gabinete – modéstia à parte, não estou me referindo a mim – composto de gente da melhor qualidade. Eliéser Batista da Silva, que hoje é uma das boas figuras da Companhia Vale do Rio Doce, Ministro de Minas e Energia; Otávio Dias Carneiro, Indústria e Comércio; Embaixador Darci Ribeiro, Educação; Hélio de Almeida, Viação; Miguel Calmon, Fazenda.

A.C. – Quanto a essa preocupação com a situação financeira, que você disse que era muito presente naquele momento, o Miguel Calmon tinha alguns instrumentos que pudessem fazê-lo operar no sentido de um reequilíbrio?

J.P. – Eu acho que não.

A.C. – Tenho a impressão de que houve uma guinada aí, não é? Até aquele momento, nós tínhamos tido Valter Moreira Sales, que era uma pessoa muito ligada ao mundo das finanças. Não sei se o Miguel Calmon era...

J.P. – Eu acho que ele não tinha, não. Quem teve alguma condição, o último que teve alguma condição foi o Carvalho Pinto.

A.C. – Foi destruído pelo Brizola também.

J.P. – Foi liquidado pelo Brizola e pelo Serpa, esse Serpa da Mannesmann, que era uma espécie de eminência parda do Governo Jango. Aí, é um problema muito complicado, mas o fato é que eles se conluiaram e puseram o Nei Galvão no lugar do Carvalho Pinto, porque ele, por ser amigo pessoal do Jango, era um homem de mais confiança, etc. Com a saída do Carvalho Pinto, foram liquidadas as últimas esperanças de uma consolidação econômico-financeira nos termos possíveis na época.

A.C. – Houve duas grandes tentativas; a outra foi com o San Tiago.

J.P. – É; este foi liquidado também; depois, o Miguel Calmon, muito pouco, com muita fragilidade; e depois, o Carvalho Pinto.

A.C. – Afora esta questão do problema financeiro, quais os outros problemas que foram discutidos na área ministerial naquele momento?

J.P. – Os dois mais importantes, de que eu me lembro, eram estes: a tentativa de contenção da inflação, que era um grande problema, e as reivindicações salariais – o problema financeiro e o problema sindical.

A.C. – Quais eram as posições dentro do Ministério? Presumo que o Kruel era favorável a uma contenção mais séria.

J.P. – O Kruel era favorável a uma contenção mais séria; o Prof. Hermes Lima também; o Ministro da Fazenda também, obviamente. O Ministério todo, de modo geral, era favorável a uma contenção mais séria. Inclusive eu, como ministro do Trabalho, mas sempre alegava que havia uma contradição entre permitir um exercício de uma política nitidamente monetarista e ao mesmo tempo uma contenção salarial.

A.C. – Você acha que aquela política era monetarista? Isto me choca terrivelmente.

J.P. – Era nitidamente monetarista: a política financeira e econômica do Governo Jango foi nitidamente monetarista.

A.C. – Como é isso? Os monetaristas estavam descontentíssimos.

J.P. – O plano trienal, organizado pelo Celso Furtado, basicamente, em seu miolo financeiro, veio a ser depois o plano do Roberto Campos. A única diferença é que o monetarismo se resume, ou se limita, na ação da moeda, dos dispositivos monetários de contenção inflacionária, e o Furtado ia também para o campo das reformas institucionais.

A.C. – Seria possível controlar a inflação sem medidas monetaristas?

J.P. – Não; não é possível. Mas é indispensável que, ao lado das medidas monetaristas, acionem-se também dispositivos econômicos.

A.C. – O que você acha que faltou naquele momento quanto à política financeira?

J.P. – Basicamente, faltou comando; faltou um comando firme; faltou unidade de orientação, de direção, de liderança; faltou continuidade administrativa e estabilidade política. Era totalmente inviável qualquer plano naquele sentido. Houve uma espécie de congestão ideológica no País, verbal, porque de fato não se fez nada. Se fala em subversão naquele tempo, mas não havia subversão nenhuma; havia conversa, havia

uma intoxicação ideológico-verbal-retórica-latino-americana, com conotação marxista, do tipo Allende para pior. Deu no que deu, lá também. Havia apenas uma fragilidade administrativa, política e institucional, que não permitia que se tomasse medida alguma, em sentido algum.

A.C. – Qualquer medida que se tomasse, o adversário vetava!

J.P. – Se você tentasse uma contenção violenta da inflação, via contenção do crédito, as indústrias automobilísticas de São Paulo dispensavam todo o mundo, ameaçavam fechar, e havia um pânico financeiro, etc.; via contenção sindical, era impossível, porque o dispositivo do Governo, o único que ele dizia que existia, era o sindical: também era impossível.

A.C. – Era a base de apoio do próprio Governo, não é?

J.P. – Assim é que aquela situação veio cambaleante, até que tropeçou em si mesma e caiu. Não houve uma deposição; houve uma decomposição, da qual nós todos participamos mal ou bem. O que se queria era alguma coisa mais firme, mais objetiva, mais reta, mais racional; mas não houve liderança nem por parte daqueles pobres, que foram primeiros-ministros, que não tinham condições institucionais para nada, nem por parte do Presidente Goulart, que tinha do poder o apreço, vamos dizer, caudilhesco. Ele gostava do poder pelo poder, no sentido da manipulação dos favores, das amizades, etc. Não estou querendo falar mal dele; estou fazendo apenas uma análise. Ele não tinha a sedução da problemática do poder, o desafio do problema. Disso, ele não gostava; gostava de nomear um amigo...

A.C. – Num certo sentido foi um antijuscelino?

J.P. – É; o Juscelino já gostava do desafio do poder; o Jango não gostava do poder como desafio. Ele se entediava com um problema que se levasse a ele, se fosse uma coisa muito complexa.

A.C. – Ao mesmo tempo, há dados que são terrivelmente surpreendentes. Se examinamos a composição dos ministérios, vemos que o melhor em termos de

competência e inclusive de brilhantismo estava presente nestes ministérios. Eu considero, não sei se com razão ou não, que alguns deles, como por exemplo, o Tancredo, numa fase parlamentarista, e a composição com o San Tiago Dantas, já no presidencialismo, são composições brilhantes inclusive politicamente. Por exemplo, Gabinete Tancredo Neves; San Tiago Dantas no Exterior; Ulisses Guimarães e Franco Montoro, que depois mostraram que são pessoas de alto gabarito; o Oliveira Brito, um dos elementos mais brilhantes da ala nova do P.S.D.; Gabriel Passos; Virgílio Távora. Realmente, eu acho que foi uma composição politicamente muito equilibrada. Segadas Viana, na área militar. Enfim, há esse elemento que eu acho que é um elemento importante. O outro seria o seguinte: o problema do Plano. Juscelino teve as metas e definiu muito bem as suas prioridades, mas o Jango também, porque quando iniciou ele definiu as chamadas Reformas de Base.

J.P. – O Jango teve o Plano Trienal, organizado pelo Furtado, e as Reformas de Base.

A.C. – Ele tinha um grande apelo, um apelo carismático no seu programa, que poderia funcionar.

J.P. – O que a gente sente que faltou à situação não foi homens de gabarito, nem de visão, que pudessem trabalhar, mas uma institucionalização daquele processo, daquele sistema, daquele esquema. O que havia de mais tradicional, de mais composto no País, se recusou a aceitar aquele pacote de idéias que se procurava lançar. Conjecturando sociologicamente (eu vou ter esta ousadia com vocês), o que se podia querer, o que, no fundo, estavam querendo, ao menos os que pensavam em alguma coisa mais profunda? Um remanejamento de ordem social da sociedade brasileira, uma abertura social no Brasil. Era o que se estava querendo. Abertura no campo, abertura no processo salarial, no processo sindical. Uma higienização da sociedade, um capitalismo mais estável, ao menos no meu modo de pensar, mais seguro, mais aberto. Qualquer coisa como Roosevelt fez nos Estados Unidos depois da Crise de 29/30. Mas esse remanejamento implicava, de algum modo, alijar algumas situações de algumas posições. E essas situações que não queriam ser alijadas de nenhuma dessas posições passaram a ter no governo um inimigo permanente e uma desconfiança total. Quando eu disse que houve uma intoxicação de ordem ideológica, é que se falava tanto, que era como se você chegasse num cinema e dissesse: Podem entrar, ninguém paga! Hoje não se paga! A

porta está aberta! E não se organizou uma fila para entrar; o sujeito entrava de qualquer maneira. As diversas categorias sociais – que começaram a emergir naquele momento e que hoje, como se diz aqui no Brasil, “sabem qual é o seu lugar” – pensaram naquela época que poderiam ascender socialmente. O homem do campo, através da sindicalização, achou que ia ter salário melhor; o trabalhador achou que ia ter acesso a uma moradia melhor, a um I.N.P.S. melhor; a reforma agrária levaria à quebra ostensiva da armadura latifundiária. Isso foi um movimento muito empírico, muito frágil, muito tênue, mas despertou um processo de reativação da vida social do País. E contra isso é que se voltaram as camadas tradicionais. Agora, houve erro de nossa parte? Muitos, porque talvez não tenhamos conseguido dar a entender que era apenas isso e não mais do que isso o que se queria.

A.C. – E, no fundo, as expectativas destas diferentes camadas da população cresceram geometricamente, enquanto a capacidade de atendimento cresceu aritmeticamente.

J.P. – Perfeito; por isso é que eu digo que houve essa instigação ideológica. Falava-se muito, mas não se dava ao sujeito nem metade, nem um terço do que se prometia. Então, começou a haver uma ebulição. Já estava difícil conter a invasão de terra. Era um problema. Quando cheguei em Governador Valadares, naquele famoso episódio que houve lá, tinham invadido a fazenda da Duquesa de Luxemburgo. Fui procurado pelo Embaixador da Holanda. Um negócio muito complicado. Tive que chegar para o sujeito e dizer: “Isto aqui não é nem nosso. É da Holanda, de um país estrangeiro”. O indivíduo, como você disse muito bem, ao ver deflagrado um processo verbal de transformação revolucionária, achou que no dia seguinte ele se mudava da vizinhança miserável em que ele morava para a fazenda da Duquesa de Luxemburgo.

A.C. – Você presenciou isso?

J.P. – Eu que fui lá para retirar os sujeitos da fazenda da Duquesa de Luxemburgo. E só não me mataram lá, porque era neto de João Pinheiro, porque era Pinheiro. Outro qualquer, mais incauto, teria sido liquidado. Havia certos elementos do P.S.D., amigos do Israel, que me deram certa cobertura. Você quer que eu conte este episódio rapidamente?

A.C. – Quero.

J.P. – Houve uma invasão de terras lá e o Jango mandou o Ministro da Agricultura.

A.C. – Isso foi perto de Governador Valadares?

J.P. – Não; foi em Governador Valadares.

A.C. – Este é aquele episódio.

J.P. – É; é aquele famoso episódio.

A.C. – Há um outro em que esteve envolvido o Chicão.

J.P. – É este. Foi em Governador Valadares. O Jango me chamou e disse: “Olha, você vai a Governador Valadares, porque houve uma invasão de terra lá. Eu já mandei o Ministro da Agricultura, mas ele não resolveu nada. Você vai lá, vê o que é. É um negócio meio complicado, parece que a terra é da Belgo Mineira”. Eu respondi: “Está bem”. Quando passei em Belo Horizonte, o Israelzinho, meu primo, filho do Israel, que era deputado estadual nessa época e um grupo de deputados me disseram: “Não; não vá a Governador Valadares, porque vão te matar lá. É loucura. Você não sabe o que é Governador Valadares numa hora dessas, com esse negócio de reforma agrária”. Eu disse: “O que posso fazer? Eu tenho de ir”. Fomos eu, um fotógrafo da SUPRA e o delegado da SUPRA em Minas. Chegamos lá, descemos do avião e não tinha ninguém esperando, não tinha nada. Tinha um carro com um cidadão que nos levou para a cidade. Na cidade, o primeiro que apareceu foi o Chicão. Ele era um pobre coitado, um sapateiro transformado em líder sindical rural lá em Governador Valadares. Fomos almoçar, ele me explicou que tinham invadido a fazenda, e eu disse: “Não; isso não pode ser. Isto pertence à Duquesa de Luxemburgo, vai dar uma complicação danada, vocês têm de sair daí”. Ele disse: “Não; isso não tem problema. Nós damos um jeito”.

Nesse meio tempo, apareceu o Coronel Altino Machado, figura tradicional na cidade, amigo do Israel. Foi ele que me salvou. Ele disse: “O pessoal está preocupadíssimo com a sua presença aqui em Governador Valadares e quer que você faça uma palestra na Sociedade dos Fazendeiros sobre o que você pretende, o que você

veio fazer aqui”. E eu, na maior ingenuidade, disse: “Perfeitamente, pode marcar”. E fui lá para a Sociedade dos Fazendeiros, que estava apinhada de gente.

Era uma sala relativamente pequena. O Israelzinho, meu primo, tinha ido comigo. Eu me levantei para falar, e um cidadão se levantou e disse: “O senhor sabe que Governador Valadares está de luto pela presença do comunista João Pinheiro Neto na cidade?” Foi uma ovação tremenda. Eu pensei: “Estou perdido, não saio vivo daqui”. Pedi calma, e comecei a falar; comecei a explicar o que se pretendia com a reforma agrária, disse que ia retirar aqueles invasores da fazenda da Duquesa de Luxemburgo e tal. Eles me perguntaram se eu podia deixar por escrito que a reforma agrária não admitia invasões, que era pacífica, democrática, que não tinha nada de comunista. Eu tive essa sorte e disse: “Perfeitamente”. Sentei à mesa e escrevi numa folha de papel que a reforma agrária era isso e aquilo, pacífica, democrática, que eu me responsabilizava pela retirada dos cidadãos da fazenda da Duquesa de Luxemburgo, etc.

Consegui sair daquele recinto, que estava ultra agitado, com esse Coronel Altino, seguindo para o campo de aviação e peguei o avião. Lá dentro, ficou uma confusão enorme; eu nem sei mais o que aconteceu lá dentro. E vim embora. Mais tarde, quando eu estava preso aqui na Fortaleza de Santa Cruz, o General Moraes Barros (quem presidiu o meu inquérito foi um general) me disse: “O senhor foi a Valadares fazer agitação, nem pôde falar, etc.” Eu disse: “Não; pelo contrário, eu fui lá acalmar a situação, retirar invasores de fazenda.” E ele perguntou: “O senhor pode provar isso”. Respondi: “Posso; talvez possa. Eu deixei lá, com o Coronel Altino Machado, um manifesto dizendo exatamente isto que lhe estou dizendo aqui. Se existir ainda este manifesto...” E não é que o Coronel tinha o manifesto guardado! Veio aqui, depôs no Forte de Copacabana e entregou este manifesto ao General. Isto me ajudou muito.

A.C. – Houve um fato, que eu não sei se é verdadeiro ou se é pura ficção, mas que algumas pessoas alegam. Eu me refiro particularmente ao livro de Alberto Deodato, não sei se você chegou a ler, *Nos Tempos de João Goulart*. Ele alega que um dos fatos mais chocantes com relação a este episódio de Governador Valadares é que o célebre Chicão e os invasores haviam sido homenageados pelo Governo de Minas com um almoço.

J.P. – Não; isso não podia ser porque o governador era o Magalhães Pinto. O Magalhães Pinto era revolucionário, já estava conspirando a favor da Revolução. O que ele deve ter

alegado é que eu homenageei o Chicão com um almoço. Eu almocei com o Chicão lá em Governador Valadares. Era um líder sindical rural de lá.

A.C. – Ele disse que deste almoço teriam participado o representante do Secretário de Segurança ou o Secretário de Segurança.

J.P. – Teria sido a minha sorte se tivesse participado.

A.C. – Não havia o Secretário de Segurança presente?

J.P. – Não; o Chicão era execrado pelo Secretário de Segurança da época. Ele almoçou conosco numa churrascaria qualquer.

A.C. – Você estava realmente sozinho?

J.P. – Eu, o delegado da SUPRA em Minas Gerais e um fotógrafo.

A.C. – Quem era o delegado da SUPRA?

J.P. – Não me lembro mais do nome dele agora. Era um sujeito muito bom. O Chicão almoçou conosco. Sentou lá e almoçou. Daí eu fui fazer a tal conferência lá na Sociedade dos Fazendeiros.

A.C. – Por que essa região de Governador Valadares foi uma região tão efervescente?

J.P. – É muito simples; porque ninguém é dono de terra ali; são todos invasores de terra. É gente que veio da Bahia e de todos os lugares do Brasil e se apossou da terra, mas ninguém tem título de terra. Quando se fala em reforma agrária num lugar onde ninguém tem título de terra, onde ninguém pode provar que é dono da terra, então eles teriam de matar para continuar lá. Este é o problema de Governador Valadares: titulação de terra. Todos são donos de fato, mas não de direito. Se eu quisesse chegar lá e dizer: Vamos ver quem são os proprietários, para ver o que está sendo aproveitado, ninguém poderia exhibir um título autêntico. A mesma coisa que eu fiz quando mandei fazer o levantamento dos proprietários de terras às margens da Belém-Brasília, da São Paulo-

Paraná: só tinha deputado, governador, que receberam a terra de graça, a um cruzeiro o alqueire.

A.C. – E foi por essa razão que se deu ênfase às rodovias?

J.P. – Se foi por essa razão eu não sei; eu sei é que os sujeitos, ao saberem do traçado das rodovias, iam lá e se apropriavam das margens das rodovias.

A.C. – Mas agora eu estou invertendo a questão. Até que ponto esta decisão do Governo Goulart, da qual provavelmente você participou, de desapropriação das terras à beira das rodovias foi tomada em função do caráter ilegal das propriedades da beira das estradas?

J.P. – Em grande parte foi. O que se queria era que ao lado das grandes estradas, dos grandes açudes e ferrovias houvesse ou terra aproveitada, ou terra a ser aproveitada, mas nunca terra para especulação. Daí o decreto da SUPRA ter sido o primeiro a ser revogado depois da Revolução, porque atingia toda essa gente.

A.C. – Mas atingia também os pequenos proprietários. Parece que nessas zonas do Estado do Rio, na Rio-Petrópolis...

J.P. – Não; havia um limite. Se fosse pequeno, ficaria. Só seria desapropriado acima de uma certa extensão.

A.C. – Quanto era esta extensão?

J.P. – De cabeça, não me lembro, mas eu tenho uma cópia do decreto, que eu te trago.

A.C. – Eu acho que houve uma discussão em torno de 300, ou coisa assim.

J.P. – Depois que estiver desligado isso, eu vou-te contar um episódio. Desliga um pouquinho.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

A.C. – Sobre o problema da criação da SUPRA: uma vez demitido do Ministério...

J.P. – Eu acho até que foi no dia do meu aniversário, 4 de dezembro de 1962. Eu fui para a SUPRA em julho de 63 e fiquei até março de 64.

A.C. – Antes da SUPRA, havia sido criado um Conselho Nacional de Reforma Agrária?

J.P. – Disso eu não me lembro; sei que durante o Gabinete Brochado ou Tancredo, em que o Ministro da Agricultura foi o Renato Costa Lima... Você se lembra de qual ele foi Ministro da Agricultura?

A.C. – Do Brochado.

J.P. – No Gabinete Brochado foram criadas, através de leis delegadas, as SUNABs, as SUPRAs e outras. A SUPRA foi criada aí, no Gabinete Brochado, e ocupado por um candidato do Brizola, João Caruso, durante muito pouco tempo. Candidato do Brizola não podia ficar muito tempo, porque vinha com idéias de radicalização violenta.

A.C. – O que ele queria fazer com a SUPRA?

J.P. – Você sabe que eu encontrei, na mesa da presidência da SUPRA, pastas enormes de fazendas a serem desapropriadas no Rio Grande do Sul, inclusive algumas dos Barbarás, parentes nossos.

A.C. – Quer dizer, o plano de desapropriação estava em marcha?

J.P. – Eu levei ao Presidente e mostrei. Ele disse: “Não; isso é uma loucura, de maneira nenhuma”. A fazenda era aproveitada, não é porque fosse ligada a parente meu, mas eram todas fazendas aproveitadas, com açudes, no Rio Grande do Sul. O Presidente disse: “Não vamos desapropriar nada disso”. Mas eu encontrei estas pastas. Os donos eram ligados ao Krueel. Ele, João Caruso, queria dar início violento a uma reforma agrária, pagar não se sabe como, porque tinha de ser previamente, à vista e em dinheiro.

Não havia reforma constitucional que permitisse pagar em títulos. Então, nós devolvemos todas. O Jango me entregou todas e disse: “Examina isto”. E nós partimos para examinar, para estudar o problema.

A.C. – Quando você assume a superintendência da SUPRA já haviam sido tomadas medidas muito importantes na área rural? Por exemplo, uma medida que não tinha relação direta com a SUPRA, mas que eu imagino que deve ter afetado num certo sentido, foi o problema da sindicalização rural.

J.P. – É; eles começaram a dar início ao problema da sindicalização, mas nós demos muita ênfase também, criando a Comissão Nacional de Sindicalização Rural, ligada à SUPRA e ao Ministério do Trabalho.

A.C. – A SUPRA era ligada ao Ministério da Agricultura?

J.P. – É; nós criamos uma comissão vinculada ao Ministério do Trabalho para fazer a sindicalização rural. E a preocupação inicial da SUPRA não foi tanto desapropriação de terras, mas a sindicalização rural. Eu achava que nós devíamos dar um instrumento de reivindicação ao homem do campo, para ele criar um mínimo de consciência política dos seus direitos, dos seus deveres, das suas obrigações, para que pudesse partir daí, através dele mesmo e não do tradicional pelego, um esforço, uma reivindicação no sentido de uma reforma agrária mais autêntica. A idéia era a sindicalização rural.

A.C. – Com isso, houve uma aceleração enorme na criação de sindicatos, não é?

J.P. – Chegamos a criar mil e tantos sindicatos. Dávamos ao sindicato uma caminhonete, um advogado, um contador e pagávamos a sede do sindicato, mais nada. Em muitas e muitas reuniões eu dizia: “Virem-se, movimentem-se, ajam por conta própria. Não queremos pelegos rurais. Queremos um autêntico movimento sindical no campo”. Auxiliado pelo poder público, evidentemente, porque a pauperização em que vivia e vive aquela gente não dava para fazer nada. Eu dizia: “Está aí um contador, um advogado, agora vocês se movimentem”. O objetivo era iniciar um processo de reivindicação democrática no campo que levasse a uma conscientização da vida rural brasileira.

A.C. – Mas, na verdade, a disputa pelo controle destes sindicatos era muito grande, não é? Havia de um lado os grupos católicos...

J.P. – Era grande, porque inclusive a preocupação do Presidente era de que se fizessem os sindicatos com os grupos católicos. O Brizola estava mais vinculado aos grupos de esquerda radical. Havia alguns grupos católicos também radicais, como a A.P., Ação Popular, e outros.

A.C. – A Ação Popular não estava ligada ao Jango?

J.P. – Não; estes queriam uma sindicalização mais radical.

A.C. – A que área estaria o Jango ligado?

J.P. – O Jango queria ligar-se a uma área mais moderada, à Igreja. Queria fazer a sindicalização com o padre, com o elemento local mais conservador, para evitar um impacto de reivindicações excessivas no meio rural.

A.C. – Mas, na verdade, o que se vê é que essa Comissão estava muito mais controlada pelos grupos de esquerda do que pelos grupos moderados.

J.P. – Talvez; aliás, um amigo meu é que era presidente da Comissão, o Veloso, mas na comissão tinha aquele grupo A.P. de São Paulo, aquele Padre Laje também, de Minas, o Padre Alípio.

A.C. – O Padre Laje não estava na SUPRA?

J.P. – Não; eles não estavam na SUPRA. Eram da Comissão de Sindicalização Rural, mas não eram funcionários da SUPRA. Eles eram representantes do Ministério do Trabalho, se não me engano, na Comissão de Sindicalização Rural.

A.C. – Eles foram escolhidos pelo Ministro do Trabalho?

J.P. – Eu não sei se foi o próprio presidente da Comissão de Sindicalização Rural que os escolheu, ou se eles foram indicados pelo Ministro do Trabalho. Uma parte foi indicada pela SUPRA e outra parte pelo Ministro do Trabalho. O presidente foi indicado pela SUPRA; era um advogado, um amigo pessoal meu, Sérgio Veloso. Hoje ele é funcionário da O.E.A., está em Washington.

A.C. – Então, foi ele que se encarregou de formar o grupo?

J.P. – Pelo que eu me lembro, foi ele que se encarregou de formar o grupo, mas com elementos já entrosados no processo de sindicalização. Ele não criou nenhum elemento, nem trouxe elementos que não tivessem alguma experiência neste sentido. Estes elementos já estavam atuando na sindicalização e passaram para a Comissão.

A.C. – O Aldo Arantes foi um elemento muito ativo?

J.P. – Foi, mas não estava na Comissão. Este não fazia parte da Comissão.

A.C. – Mas, uma vez, o Alberto Deodato cita-o como membro da SUPRA.

J.P. – Não; ele nunca fez parte da SUPRA. Ele era presidente da UNE, se não me engano, na época.

A.C. – Antes um pouco.

J.P. – Mas nunca fez parte da SUPRA. Há pouco tempo, numa entrevista, o General Guedes falou isso também, mas ele nunca foi funcionário da SUPRA. No momento, que eu me lembre, nunca foi. Ele era presidente da UNE, quando eu estava na SUPRA.

A.C. – Ele foi presidente da UNE umas duas gestões antes, eu acho.

J.P. – Duas gestões antes ele foi presidente da UNE?

A.C. – É.

J.P. – Mas não teve nenhuma interferência lá na SUPRA. O movimento estudantil não teve quase interferência nenhuma na SUPRA. Eu fiz uma conferência na Faculdade de Direito, e tentei fazer uma lá em São Paulo, o que não foi possível. O Centro Acadêmico XI de Agosto me convidou, mas criou-se um tumulto tremendo, e não foi possível.

A.C. – Houve uma ênfase especial na sindicalização do Nordeste, ou foi por mera coincidência que esta sindicalização se concentrou tanto lá?

J.P. – Concentrou-se lá, porque nós achávamos que lá o problema agrário era o mais agudo, o mais violento. Então, achávamos que devíamos começar dando ênfase ao problema de sindicalização rural no Nordeste.

A.C. – No Nordeste, a Ação Popular, o Partido Comunista e sobretudo grupos estudantis muito fortes controlam esta sindicalização, não é?

J.P. – Pois é; mas o que se tentou, o que se tentava fazer com a sindicalização rural nossa, da SUPRA, era conter o domínio da sindicalização por parte destes grupos mais extremistas. Daí, a preocupação do presidente em dizer sempre: “Cuidado, eu sei o que eles estão fazendo”. Ele não queria entregar o controle da sindicalização rural aos grupos mais extremistas.

A.C. – Eles seriam os chamados trotskistas, aqueles que muitas vezes eram identificados com o trotskismo?

J.P. – É.

A.C. – Eles não eram muito vistos como brizolistas.

J.P. – Mas o Brizola se infiltrava um pouco nessa sindicalização rural também, e o Jango não queria; queria evitar.

A.C. – E a participação do Arrais nisso?

J.P. – Eu conheci o Arrais quando ele foi Secretário da Fazenda do Governador Barbosa Lima Sobrinho. Eu era garoto, estudante, nesta época, e fui para Pernambuco passar uns tempos com um amigo e o conheci lá. Assim é que, quando ele era governador de Pernambuco e eu presidente da SUPRA, fui a Recife uma ou duas vezes e tivemos contatos meramente formais. Ele não teve contato maior, nem ingerência maior nos trabalhos da SUPRA. Ele já tinha muitos problemas com a Liga Camponesa e outras coisas.

A.C. – Não havia uma clientela, um grupo de líderes camponeses identificados com ele?

J.P. – Talvez houvesse, mas não estavam ligados à SUPRA. O próprio delegado da SUPRA em Pernambuco não foi indicado pelo Arrais; foi indicado pelo próprio Jango, dentro daquele esquema que eu conversei com vocês de disputas de liderança na área trabalhista. Ele não foi indicado pelo Arrais. E o do Rio Grande do Sul foi indicado pelo Brizola, mas ficou pouco tempo. Não me lembro muito bem se ele ficou pouco tempo, ou se aderiu ao Jango. Acho que aderiu ao Jango. Tinha sido indicado pelo Brizola, mas aderiu.

Eu tenho a impressão de que aquelas ligas camponesas do Julião também estavam muito contra o processo de sindicalização. Não sei se estavam ligadas a outros esquemas. Os esquemas eram diversos, era muito confuso o problema, muito heterogêneo. Inclusive, na Câmara, onde fui convocado pela comissão de Agricultura para depor. Fiquei mais de oito horas com a U.D.N. inteira me inquirindo, Pedro Aleixo, Bilac Pinto, Herbert Levy. O Pedro Aleixo citava o meu avô, João Pinheiro, não sei com que sentido, porque liberal bacharelesco ele nunca foi, e eu já disse a você. E o Julião se apresentou para dizer que a SUPRA estava numa posição capitalista, dentro disso que eu estou dizendo a vocês, que o que se impunha era a socialização da terra. Isso não é mistério, porque existe nos Anais da Câmara. Assim é que o movimento sindical foi muito trabalhado em diversos sentidos, em orientações muito diversas, muito diferentes. A nossa era no sentido de uma sindicalização a mais moderada possível para evitar que de repente se incendiasse o campo com reivindicações absurdas e impossíveis de serem atendidas.

A.C. – Estas medidas de sindicalização eram basicamente complementares ao Estatuto do Trabalhador Rural?

J.P. – Eram complementares; eram no sentido de dar vida ao Estatuto do Trabalhador Rural, que só podia ganhar vida através da própria reivindicação do trabalhador rural, não por uma imposição de cúpula.

A.C. – Quais eram as suas relações com o Ministro da Agricultura, que era o Renato Costa Lima, se não me engano?

J.P. – Não; era o Osvaldo Lima Filho. As nossas relações eram muito boas porque ele estava preocupado em ser governador de Pernambuco e não se interessava muito por esses problemas de reforma agrária. Era um homem do P.T.B. moderado e nós tínhamos poucas relações, porque, dada a importância do problema reforma agrária, eu me entendia diretamente com o Presidente da República. Despachava diretamente com ele, me entendia diretamente com ele.

A.C. – Você estava numa posição de força?

J.P. – Eu era uma espécie de superministro da reforma agrária até esse tempo.

A.C. – E você notou, da parte do Presidente João Goulart, um especial interesse pela reforma agrária, com relação a outros problemas graves? Não me refiro diretamente à questão econômico-financeira, porque essa devia ser a prioridade número um, mas quanto a outras questões.

J.P. – Eu não sei se ele tinha interesse especial pessoal ou se as circunstâncias o faziam assumir um grande interesse. No caso do decreto da SUPRA, por exemplo, eu não sei de quem foi a idéia. Quem teve a idéia original do decreto eu não sei. Eu sei que o Presidente me chamou e disse: “Olha, nós vamos fazer isso e isso, desapropriar faixas de terra...”

A.C. – Partiu dele?

J.P. – Partiu dele. Quem sugeriu a ele ou se foi ele mesmo é que teve a idéia, não sei.

[FINAL DA FITA 2-A]

J.P. – Ele fez questão inclusive de incluir uma fazenda que ele tinha no Rio Grande do Sul, que era à beira de uma estrada. Ela também seria incluída no Decreto. Uma vez que tomou a medida, ele passou a esticar a execução da medida, talvez até por bom senso, por achar que aquilo fosse agravar o problema.

A.C. – E não foi nesse meio tempo que o P.S.D. retirou o apoio dele, a partir da reforma agrária?

J.P. – O P.S.D. vinha naquele meio apoio há muito tempo. Nesse meio tempo, ele retirou de fato.

A.C. – E o que eles alegavam era que as medidas propostas pelo Jango eram completamente irrealistas, no sentido de não realizarem o pagamento prévio.

J.P. – O pagamento prévio, à vista e em dinheiro é impossível. Não existe, em lugar algum do Mundo, uma reforma agrária que tenha sido feita assim. Inclusive no Japão, o General MacArthur fez uma reforma agrária, pagou em títulos da dívida pública em 20 anos. Eu incluí esse trecho no discurso que o Jango fez na Central do Brasil. Aquele discurso foi feito por três ou quatro pessoas. Eu fui um dos que incluíram isto. Era impossível pagar terra daquela maneira. Assim se estaria vendendo a terra. O que eu consegui fazer foi o seguinte: o pagamento teria de ser previamente, à vista e em dinheiro, porque pela Constituição não se pode pagar de outro modo. Então, o que foi feito foi o seguinte: perguntava-se ao proprietário: “Quanto é que o senhor declarou que a sua terra vale para efeito de imposto territorial?” Em geral, a pessoa sempre declara que não vale nada. Então pagava-se aquilo. Aqui no Estado do Rio, uma grande quantidade de terras foi desapropriada desta forma. Eu perguntava: “Quanto foi que o dono pagou de imposto?” E me respondiam: “Uma ninharia.” E eu dizia: “Então está aqui o dinheiro”.

A.C. – Então, houve desapropriação?

J.P. – Diversas; aqui no Estado do Rio, desapropriei diversas fazendas.

A.C. – Como era a situação no Estado do Rio? Era bastante quente, não é?

J.P. – Era muito difícil, nessa região de Itaguaí, Macacu, nessa região superpovoada, havia muita invasão de terras.

A.C. – E qual era a situação econômica da área em termos de distribuição de terras?

J.P. – A situação econômica da área é péssima, porque ou se tem loteamento, na Baixada Fluminense, que é a área-dormitório do Rio, ou se tem terra para especulação imobiliária. Só não existe terra para plantio. O que se queria era desapropriar o que pudesse ser aproveitado, em Campos e em outros lugares, para transformar em terra para plantio de gênero de primeira necessidade.

A.C. – Em Governador Valadares, você pensou em fazer algum plano de desapropriação?

J.P. – Nem sei, porque aquilo não era área prioritária. Nós só fomos para lá, porque houve esta invasão da fazenda da Duquesa de Luxemburgo, mas não era área prioritária. Áreas prioritárias, inicialmente conjecturadas, eram as áreas de terras abandonadas próximas dos grandes centros, que se pudessem aproveitar para fazer cooperativas de pequeno e médio agricultor, para aliviar o problema alimentar das grandes metrópoles. Este é que era o plano. Baixada Fluminense, áreas próximas a Porto Alegre, a Belo Horizonte, ao Grande São Paulo, por aí; o que adianta desapropriar uma fazenda no Amazonas, ou lá no interior de Mato Grosso? Não adianta nada. Para quê? Não tem nem gente para trabalhar. Tem de ser aqui, onde tem esta superpopulação, essa urbanização maluca que leva a intranquilidade à vida de todos nós e em que o indivíduo não tem trabalho. Então, queríamos criar o pequeno e o médio proprietário, cooperativados, às margens das grandes rodovias, das ferrovias e perto das grandes cidades, pois tem de haver transporte para a produção. Então, diziam: “Primeiro tem de haver educação, primeiro tem de haver crédito, primeiro tem de haver uma série de coisas, e depois a terra”. Eu dizia: “Tudo isto está certo, mas sem a terra não adianta

nada ter tudo isto. A primeira coisa é a terra, junto com sementes, que nós distribuímos, com tentativas de formar cooperativas para mecanizar a lavoura e uma série de problemas”.

H.B. – Onde mais se deu esta experiência, além do Estado do Rio?

J.P. – Desapropriou-se alguma coisa em São Paulo, alguma coisa no Estado do Rio Grande do Sul, na Paraíba, se não me engano, alguma coisa. Havia umas regiões muito tensas ali, perto de Sapé, onde havia as ligas camponesas, mas foram desapropriadas muito poucas.

A.C. – Você chegou a ir lá?

J.P. – Fui; fizeram uma concentração, eu falei. Embora presente um deputado, que depois veio a ser deputado estadual. Você se lembra do nome dele?

A.C. – Assis Lemos.

J.P. – Você sabe de tudo; não precisa de depoimento nenhum. Assis Lemos. Sofreu depois.

A.C. – Era um moderado!

J.P. – Era um moderado, que tentava conter aquelas loucuras.

A.C. – Ali a disputa era entre ele e o Julião?

J.P. – Ele e o Julião. Ele era um moderado. Assis Lemos, lembro-me dele.

A.C. – Dentista?

J.P. – Uma coisa assim; organizou uma concentração, eu falei. Há pouco tempo o Hélio Silva me pediu um depoimento, queria umas fotografias, etc., eu fui ao arquivo da

Manchete e vi lá uma fotografia de Sapé; aquele pessoal todo reunido, eu falando, de chapéu de palha, aquela coisa toda... Na Paraíba.

A.C. – Naquela região não se tratava muito de problema de sindicalização, era muito mais uma região de pequenos proprietários, de foreiros.

J.P. – Sim; o problema era dar posse à terra. No Rio Grande do Sul a situação também era muito tensa.

A.C. – O Osvaldo Lima Filho não se envolveu muito?

J.P. – Não; ele quase não se envolveu no problema de reforma agrária. Envolveu-se muito pouco.

A.C. – Quem era Renato Costa Lima?

J.P. – Foi ministro da Agricultura. Era amigo pessoal do Jango, representante daquele grupo Abcar, o Rockefeller no Brasil, e ainda é, eu acho. Há pouco tempo foi escolhido o homem de visão pela revista *Visão*. Era ministro da Agricultura. Um homem ligado ao setor do café.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

2ª Entrevista: 13.06.1977

A.C. – Nós conversamos um pouco rápido sobre a SUPRA, na última entrevista, e eu queria saber de você detalhes sobre a organização dela.

J.P. – A organização da autarquia, como eu acho que já disse a você da outra vez, é produto de uma lei delegada, votada no gabinete Brochado da Rocha, se não me engano, por iniciativa do Ministério da Agricultura, cujo titular era o Renato Costa Lima, na

época. Ele propôs a criação de algumas autarquias que enfrentassem problemas específicos da economia, quais sejam a Reforma Agrária, por exemplo, e a SUNAB, que seria voltada para o problema de abastecimento dos grandes centros. Mas a SUPRA já veio, vamos dizer, com certos vícios de origem, porque não partiu da estaca zero. Ela foi a reunião de três organismos estatais já existentes, já funcionando, inclusive precariamente, que eram o Serviço Rural, o INIC (Instituto Nacional de Imigração e Colonização) e Estabelecimentos Rurais de Tapajós. Os três reunidos, criou-se então a SUPRA que seria Superintendência de Política Agrária. Não era da reforma agrária, não. Era dirigida por um colegiado de quatro diretores, com um presidente, que fui eu.

A.C. – Esses diretores eram nomeados pelo presidente da República?

J.P. – É; quando assumi a presidência, já encontrei lá três diretores: Clélio Lemos, de Pernambuco; o Paiva Muniz, do Estado do Rio, irmão do Deputado Paiva Muniz; e o terceiro era um rapaz de São Paulo, Francisco Whitaker. Acho que ele era ligado à A.P.

A.C. – É.

J.P. – Você conhece ele?

A.C. – Conheci, de nome.

J.P. – Um bom rapaz; e o quarto, o Presidente da República nomeou, por sugestão minha. Ele foi o diretor jurídico: Modesto Aparecido de Oliveira, irmão do José Aparecido de Oliveira. É mineiro. Deste modo, ficou constituída a cúpula da administração, com os seus diversos departamentos e divisões, para os quais eu fui chamando pessoas, inclusive algumas aqui da Fundação Getúlio Vargas.

A.C. – Ainda sobre os diretores, houve uma certa distribuição regional?

J.P. – Houve; um pernambucano, um mineiro, um paulista e um fluminense.

A.C. – Que tipo de pessoas eram?

J.P. – O Clélio Lemos era um político. Tinha sido deputado em Pernambuco, pelo P.S.D. Todos eles tinham tendência nitidamente conservadora, com exceção do Francisco Whitaker, que talvez tivesse uma posição mais liberal. Mas os outros todos eram homens de posição mais conservadora.

A.C. – O representante do Estado do Rio era do P.S.D. também?

J.P. – Era do P.T.B.; era ligado ao P.T.B. Não Sei se era do P.T.B., mas era irmão de um deputado do P.T.B., que era o Deputado Paiva Muniz. O de Minas era irmão do Deputado José Aparecido, tinha uma ligação mais ou menos udenista.

A.C. – Ele era técnico, ou especializado em algum aspecto?

J.P. – Este do departamento jurídico?

A.C. – É.

J.P. – Ele era advogado.

A.C. – Não, o outro. O Paiva Muniz.

J.P. – O Paiva Muniz era agrônomo; era técnico em problemas da terra.

A.C. – Qual era então a composição profissional?

J.P. – Um advogado, um agrônomo, um economista, que era o Francisco Whitaker. Aliás, não sei se este é economista ou sociólogo, não tenho muita certeza, acho que era economista. E havia um político. Este político tinha sido secretário de Administração e, depois da Revolução, foi secretário de Administração de um dos governos de Pernambuco: Clélio Lemos, secretário de Administração. Não me lembro a qual dos governos de Pernambuco ele serviu depois da Revolução. A composição era esta.

A.C. – O fato de três dos cargos de maior confiança terem sido escolhidos pelo Presidente não lhe atrapalhou um pouco?

J.P. – Não; não atrapalhou, porque nós nos demos bem, criou-se um clima de harmonia de trabalho, e não houve problemas maiores no sentido da rotina do trabalho. E a verdade é que eu assumi a responsabilidade do problema, e eles ficaram mais com a parte burocrática. Como reforma agrária era – e eu considero que ainda seja – um problema eminentemente político, de decisão política, coube à presidência a decisão política do problema, a orientação política, os contatos com o Presidente da República, e eles ficaram com a parte administrativa, mas que era muito complexa também. Tratava-se de conjugar os esforços de três organismos que já vinham funcionando mais ou menos mal e que deveriam adquirir um formato novo, sintetizando aqueles três organismos antigos e criando a SUPRA. Um deles se encarregava de migrações internas (de cabeça, eu não sei mais quem era), o outro, de colonização... Isto não é difícil de verificar, mas de cabeça eu não me lembro mais. Eu sei que cada um tinha um setor. E havia um cargo muito importante, que foi entregue a um advogado, que já tinha sido meu chefe de gabinete no Ministério do Trabalho, o Dr. Hélio Sabóia. Ele era o secretário administrativo, encarregado da fusão destes organismos administrativos na SUPRA.

A.C. – O pessoal humano que vinha desses organismos devia ser um pessoal extremamente inflexível, no sentido de responder às necessidades da instituição.

J.P. – Eu não tenho maiores queixas desse material humano que veio desses organismos.

A.C. – O INIC não era muito burocratizado?

J.P. – Não; de um modo geral, não deu para caracterizá-los como burocratizados; deu para caracterizar o pessoal do INIC como sendo muito ligado, ideologicamente, à corrente integralista. O INIC havia sido entregue, por injunções políticas, ao Plínio Salgado. E esse pessoal do INIC era um pessoal ligado ao Plínio Salgado, Partido de Representação Popular, mas mesmo desses eu não tenho queixa.

A.C. – Como eles reagiam diante da idéia da reforma agrária?

J.P. – Reagiram bem; os cargos de chefia foram substituídos por pessoas da nossa confiança, e os outros que se adaptaram, como alguns que permaneceram, cumpriram com seu dever muito bem, sem nenhum problema.

A.C. – Houve muitas demissões nesse momento?

J.P. – Houve algumas substituições, mas demissões, não. Eram funções gratificadas, exercício de chefias, e algumas foram substituídas, mas não se demitiu ninguém nos quadros da companhia. Apenas substituíram-se e alteraram-se chefias.

A.C. – Houve recrutamento? Aparentemente, pelo que se lê desse problema, tem-se a impressão de que os quadros se ampliaram muito.

J.P. – Não; não se ampliaram muito. Houve muito pouco recrutamento. O que se precisava mais era de técnicos, como agrônomos e outros, e assim mesmo não houve tempo para se fazer um programa de recrutamento mais intenso. Os quadros não se ampliaram. Que eu me lembre, não se ampliaram tanto assim. Houve muito pouco recrutamento.

A.C. – E o Serviço Social Rural?

J.P. – O Serviço Social Rural era um serviço bastante burocratizado, voltado para as conseqüências dos problemas rurais, e não para as suas causas; preocupado em dar assistência social para o homem do campo, ensinar a cozinhar, a costurar, organizar festas de São João, essas coisas com sentido paternalista burocrático. Funcionava ligado à Confederação Rural Brasileira. Mas não funcionou em grande amplitude, porque vivia muito na superfície dos problemas sem se ater às suas profundidades maiores. O INIC tinha como filosofia básica a colonização, que era uma anti-reforma agrária. Tinha o sentido de uma tentativa, talvez até certo ponto válida, mas que na prática não deu resultado, de levar assistência ao homem rural através de colônias agrícolas. Não se preocupava com problemas de desapropriação de terras, nem de distribuição de terras, nem de racionalização da propriedade, e sim de criar colônias agrícolas. Estas colônias agrícolas eram quase sempre criadas no papel, no gabinete dos técnicos. Na realidade, não deram resultado nenhum, e eram altamente onerosas.

A.C. – O número de colônias que eles criaram era grande?

J.P. – O INIC chegou a criar umas quatro, cinco ou seis colônias agrícolas, espalhadas por diversos lugares do Brasil. E os Estabelecimentos Rurais de Tapajós eram a antiga Fordlândia, uma experiência americana de plantação de borracha na Amazônia, que vingou durante o período da guerra, porque havia necessidade desta matéria-prima, mas depois fracassou, em virtude justamente de uma burocratização rural muito grande, em que todos os trabalhadores rurais passavam a ser funcionários públicos e perdiam toda a eficiência. Foi uma tentativa de burocratização rural que não deu resultado. E a SUPRA foi o resultado da conjugação desses três organismos, funcionando mais ou menos precariamente. Assim é que nós, em nove meses de gestão (no caso é gestão mesmo), não tínhamos possibilidade, administrativamente, de fazer grande coisa, porque nós ficamos no período de uniformização burocrática desses órgãos, de integração desses órgãos, no sentido da criação de um quarto, de um único órgão que seria a SUPRA.

A.C. – Por isso é que eu perguntei a você quais são os sintomas na prática dessa dificuldade inicial de formação?

J.P. – Os sintomas, na prática eram esses: estes órgãos já vinham bastante viciados, esclerosados, emperrados, mas eu confesso que o problema não era administrativo. A impressão que me ficou do problema não é a de que o órgão não funcionasse, mas sim de que o problema, no seu sentido global, não estava podendo ser equacionado. A eficiência ou ineficiência da SUPRA era um detalhe. O mais importante era conseguir, através das medidas políticas que se pretendiam obter, a reforma constitucional para o pagamento em título de dívida pública, bem como equacionar um programa racional de assistência ao trabalhador rural através da criação dos sindicatos, equacionar um esquema racional de desapropriação de terras não-proveitadas. Nada disso tinha muito a ver com o funcionamento específico do organismo, que estava entregue a seus técnicos no sentido de ser ajustado. O nosso problema era político com pê maiúsculo, com sentido de equacionar os problemas, de dar sentido a esses problemas, e não apenas saber por que o funcionário *x*, da repartição tal, do lugar tal, não estava assinando o ponto. Isto não tinha muita importância naquele momento. O problema era fundamentalmente administrativo. Agora, à infra-estrutura administrativa, estava

entregue o problema de integração dos três organismos, a sua eficiência, organização de orçamentos. E tudo isso foi feito.

A.C. – A minha dúvida é a seguinte: uma pessoa que trabalha como funcionária do Serviço Social Rural, com o espírito que você descreveu há pouco, o que se faz com ela, quando se quer implantar uma reforma agrária, ou desapropriar uma terra, ou incentivar um sindicato. O que se faz com este material humano?

J.P. – Com esse material humano, pouco. Realmente pouco.

A.C. – Quer dizer que tudo o que a SUPRA fez neste período foi em função daqueles quadros superiores que constituíam o corpo central...

J.P. – Exato; em função da cúpula. A Comissão de Sindicalização Rural fazendo sindicatos, e a presidência especificamente e seu colegiado administrativo voltados para a pregação da reforma e da necessidade da revogação de certos óbices institucionais que não a permitiriam.

A.C. – Como é que essa Comissão de Sindicalização Rural se enquadrava na SUPRA?

J.P. – Ela foi criada autonomamente, como eu acho que já disse da outra vez, através de um convênio feito entre a SUPRA e o Ministério do Trabalho. Foi criada a Comissão Nacional de Sindicalização Rural. E nós, inclusive, criamos, quando estávamos na SUPRA, a CONTAG, Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, que existe até hoje.

A.C. – Quem criou foi a SUPRA?

J.P. – Foi a SUPRA que a criou, como órgão de cúpula do sindicalismo.

A.C. – Seria a contrapartida da Confederação Rural?

J.P. – Exato; o que se queria, fundamentalmente, como eu disse a você, e repito, porque é um problema controvertido, era dar peso reivindicatório ao meio rural brasileiro, ao

trabalhador rural brasileiro. A impressão que eu tinha e que ainda tenho é de que a reforma agrária não poderá nunca ser outorgada na base apenas da sensibilidade maior ou menor de alguns homens da área urbana, de uma elite urbana; ela tem de ser também a necessidade fundamental do trabalhador rural, e é preciso que ele possa exprimir essa necessidade. Exprimir esta necessidade através de quê? Sociologicamente, através de uma posição de classe, de categoria. Mas através de que instrumento? Do sindicato. O sindicato seria o porta-voz dessas necessidades junto às elites urbanas do País. Por quê se faz uma reforma agrária? Quando se sente que há reivindicação nesse sentido, há necessidade disso. Porque de uns anos para cá parou-se de falar nisso, parece que o assunto encerrou-se, que não há mais necessidade alguma. O meio rural não tem capacidade reivindicatória de espécie alguma, e a elite urbana entendeu de encerrar o assunto, então acabou. Parece que o assunto foi encerrado.

A.C. – E a idéia da Comissão de Sindicalização partiu de quem?

J.P. – Eu tenho a impressão que foi da SUPRA que partiu a idéia de se organizar uma Comissão de Sindicalização Rural para acelerar o processo. Foi da SUPRA mesmo.

A.C. – Como eram as relações com o Presidente? Você mostrou da última vez que havia uma relação muito direta sua com o Jango.

J.P. – Eram totais; eu estava vinculado ao Ministério do Trabalho, mas de fato a minha vinculação única era com o Presidente da República. Dada a importância que ele conferia ao problema, eu passei a me entender diretamente com o Presidente da República, nesse sentido.

A.C. – A SUPRA era vinculada ao Ministério do Trabalho ou da Agricultura?

J.P. – Só ao da Agricultura. Se falei Trabalho, me enganei.

Eu me entendia diretamente com o Presidente sobre todos estes problemas, dado o interesse que despertava o assunto e a importância que ele deu ao problema.

A.C. – Eu tenho a impressão de que a reforma agrária é um tema que ele aborda praticamente desde a posse. Se não a reforma agrária, pelo menos as famosas reformas

de base. Mas eu tenho a impressão de que à medida que as coisas evoluem, ele vai atribuindo cada vez maior importância à mudança no campo.

J.P. – Inclusive, em certo momento, ele imaginou até transformar a SUPRA num ministério. Seria o Ministério da Reforma Agrária, com um ministro especial para a Reforma Agrária.

A.C. – Não teria sido naquele momento em que ele criou aquele ministro da reforma administrativa?

J.P. – É; naquele momento, ele cogitou disso, mas depois os problemas se avolumaram muito, e não se deu seqüência a isso. Tudo isso era para dar realce ao problema.

A.C. – Qual era a freqüência dos seus contatos com o Jango?

J.P. – Duas ou três vezes por semana, no mínimo.

A.C. – Eu gostaria que você nos contasse, com a maior riqueza de detalhes possível, os obstáculos políticos que foram aparecendo à execução do plano da reforma agrária.

J.P. – O obstáculo fundamental à execução do plano da reforma agrária era a existência no Congresso de uma força majoritária contrária a esta medida. O que se entendia por reforma agrária era a necessidade de uma racionalização da propriedade da terra. Não é que se vá estancar nisso a solução do problema. Não. O problema tem outras implicações muito mais complexas, mas o primeiro passo é racionalizar a propriedade da terra, é dar acesso à terra a quem trabalha a terra alheia, pagando aluguel, a título de inquilinato rural, como eu dizia, ou como trabalhador assalariado, etc. Mas o importante era dar acesso a quem estivesse trabalhando a terra. O primeiro obstáculo político, quase que o único e permanente, que continuou durante todo este período, foi que não havia possibilidade de reformar a Constituição para que o pagamento da indenização da terra desapropriada, se fizesse em títulos da dívida pública, evidentemente com juros, etc. Tinha de ser feito previamente, à vista e em dinheiro. Isto transformava-se, para a reforma agrária, num obstáculo impossível de ser vencido. As pressões eram nesse sentido, de não ceder naquilo que era fundamental para quem quisesse fazer a reforma

agrária, que era a possibilidade de pagar em títulos da dívida pública e a prazo. A principal pressão contra a reforma agrária era no Congresso.

Eu noto também o seguinte: no Governo Goulart, atacaram-se diversas áreas ao mesmo tempo. Lei de remessa de lucros, reforma agrária, reforma urbana, enfim, diversos problemas foram atacados ao mesmo tempo, numa tentativa, como eu já disse, de abertura social no País. O que se queria era nada mais nada menos do que uma racionalização do sistema capitalista. A idéia era esta. Senão, não sealaria em reforma agrária em termos capitalistas, como eu falava, reforma agrária em termos de dar a posse da terra, de criar proprietários, de criar propriedades. A reforma agrária era capitalista. O que se queria era isso. Mas eu noto também que, como era um assunto passível de ser distorcido, de se dizer que se iria tirar a propriedade de todo o mundo, que ninguém ia ser dono de nada, que aquilo era comunista, etc., eu acredito também que muitas forças vieram tumultuar o problema, não a serviço específico de uma reação contra a reforma agrária, mas de uma reação global contra tudo que se queria fazer naquele sentido.

A.C. – Como se as reações se somassem...

J.P. – Exatamente; aquele que era contra outra coisa passava, também, automaticamente, a ser contra a reforma agrária, porque era mais fácil vender o peixe para um indivíduo que estivesse assustado com a reforma agrária do que dizer que não era bom regulamentar a remessa de lucros ou encampar as refinarias. Então, a reforma agrária passou a ser um grande bode expiatório, porque era fácil de ser configurada como atentatória ao direito de propriedade, etc.

M.H. – No Congresso, quem mais aparecia nesta tentativa de combate à reforma agrária? Que grupos?

J.P. – Os grupos principais, evidentemente, eram do P.S.D., e houve uma resistência muito grande do P.S.D. mineiro; como nós já conversamos, a presença do meio rural em Minas é gigantesca. Minas é um mundo rural, e um mundo rural não da base rural, inteiramente amorfa, mas um mundo rural do coronelato rural, dos donos de terra, daqueles que, inclusive, em diversos lugares, como em Governador Valadares, não tinham a posse da terra, mas apenas a ocupação de fato e temiam que se fizesse um

levantamento para ver quem eram realmente os proprietários. Em São Paulo, também houve muita reação.

A.C. – Mas houve alguns que se destacaram, como por exemplo, Último de Carvalho.

J.P. – Pessoalmente, sim. O Armando Falcão, que hoje é ministro da Justiça, também se destacou muito. Era do Ceará. Em São Paulo, também, houve bastante reação contra a reforma agrária. Como eu disse, usou-se o tema reforma agrária para criar um estado de espírito contrário a todas as outras reformas, e esta era mais fácil de ser manipulada, mais fácil de ser jogada. É mais fácil temer uma reforma agrária do que a regulamentação da remessa de lucros, por exemplo.

A.C. – Reforma agrária é um pouco anarquia na cabeça de todo o mundo.

J.P. – Não; é como se alguém fosse se apropriar da sua propriedade, fosse tirar a sua terra, quando você estivesse vivendo dela, com ela, ou por ela. Em terra, sempre foi assim. Maquiavel já dizia: mexa na honra, na mulher, em qualquer coisa do sujeito, mas não mexa na terra, não mexa na propriedade.

M.H. – Havia outra ordem de fatores que estes grupos opositores à idéia de reforma agrária opunham ao projeto além da propriedade exclusivamente? Por exemplo, em termos de uma racionalidade econômica, em criar propriedades pequenas. Havia alguém que defendesse este tipo de idéia, de que a reforma não seria benéfica para a racionalidade da economia?

J.P. – Não; fundamentalmente, ninguém se dizia contra a reforma agrária. Todo o mundo era a favor, mas ninguém queria que se mexesse no Estatuto da Terra, no sentido de poder modificar este tipo de propriedade da terra, isto é, no sentido de poder desapropriar a terra de um modo mais fácil. Ninguém negava a existência do problema rural no Brasil. Tanto é que, logo após 64, veio o Governo Castelo Branco com idéia de reforma agrária imediata. Apenas não se fez.

A.C. – IBRA, Estatuto da Terra.

J.P. – É; IBRA, Estatuto da Terra, tudo isto. Não havia uma idéia frontal; ninguém se opunha a reforma agrária. Eles alegavam que era preciso primeiro dar educação, sementes, mecanização da lavoura, uma série de coisas que deixassem a realidade rural, a realidade fundiária brasileira, intocada. Na verdade, o que não se queria era mexer em nenhuma das propriedades. Na verdade, o temor era de que aquilo levasse à desapropriação de terras aproveitadas, etc.

A.C. – Houve reações surpreendentemente simpáticas à reforma agrária, como por exemplo a do Magalhães Pinto.

J.P. – É; Magalhães Pinto teve uma abertura grande em relação a isto, porque ele cortejava muito as áreas esquerdistas, politicamente, achando que poderia vir a ser um candidato do governo numa eventualidade.

A.C. – Parece que a proposta, se não me engano dele, teria sido no sentido de que os planos da reforma agrária passariam pelo crivo dos governos estaduais.

J.P. – Houve isto, sim; inclusive, eu estive com o Magalhães duas vezes, nesse período, e uma das propostas era nesse sentido. Era que a reforma agrária fosse equacionada de um modo global por parte do executivo, mas a sua aplicação fosse delegada aos governos estaduais.

A.C. – Como você reagiu a esta proposta?

J.P. – Em princípio não seria mau, porque a realidade econômica brasileira é muito diversa. Assim, se poderia fazer uma reforma agrária para Pernambuco, uma para Minas, uma para São Paulo, que são problemas diferentes. Agora, o pressuposto fundamental era de que era preciso um dispositivo que permitisse a redistribuição melhor da propriedade da terra no Brasil. E nesse ponto é que o carro atolou definitivamente.

A.C. – Quais eram os seus planos? Quando você assume a superintendência da SUPRA, nessas condições que nós sabemos (os três órgãos, cada um com seus problemas, etc.), qual foi o plano geral que orientou esses meses de montagem?

J.P. – Basicamente, duas preocupações fundamentais. Uma, com a sindicalização rural, cujos motivos fundamentais eu já expliquei; outra obter um dispositivo que permitisse a desapropriação da terra mediante o pagamento com títulos da dívida pública e iniciar, então, uma série de desapropriações em locais situados próximo aos grandes centros urbanos, tipo Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre. Como já expliquei da outra vez, não interessa reforma agrária lá nos perdidos de Mato Grosso ou da Amazônia; interessa justamente onde há pressão demográfica violenta, onde há problemas alimentares e onde há problemas de subemprego. Estes são os lugares onde precisaria haver reforma agrária. Então, nós iríamos partir para desapropriações em áreas como Campos, Baixada Fluminense, (onde chegamos a fazer algumas desapropriações) para organizar cooperativas de pequenos e médios proprietários, que pudessem contribuir para facilitar a solução do problema do abastecimento dos grandes centros. Isto era o fundamental.

A.C. – Foi nessa área que apareceram ligas também, não foi? Nesta região da Baixada, onde houve desapropriação.

J.P. – Não me lembro bem. Ligas camponesas?

A.C. – É.

J.P. – Havia lá um movimento do Tenório Cavalcânti. Criavam-nos problemas; às vezes invadiam terras; exigiam desapropriações muitas vezes desaconselháveis.

A.C. – Era um grupo ligado ao Tenório Cavalcanti?

J.P. – É; ligado ao Tenório Cavalcânti. Era um tal de Paulo Valente, que eu acho que está no Uruguai hoje. Eu não sei se está aqui, se já voltou para o Brasil. Ele trabalhava na *Luta Democrática* e mexia com aquele submundo de Caxias, aquelas coisas.

A.C. – Eu estou pensando agora em que esta idéia de realizar desapropriações em locais altamente concentrados demograficamente tem implicações políticas muito sérias, porque é um estopim, pois uma vez que haja alguns eleitos que vão receber a terra, a pressão aumenta muito.

J.P. – Isto não foi um plano abstrato, oriundo de uma cogitação intelectual ou teórica; foi um produto da realidade, da constatação da realidade. Verificou-se que os lugares onde estava-se agravando cada vez mais o problema da terra, eram lugares densamente povoados, com excesso de mão-de-obra desocupada, com marginalização crescente da população, e que precisava ser integrada à posse da terra, através do sistema de cooperativas de pequeno e médio proprietário, para facilitar o abastecimento dos grandes centros e dar emprego a essa gente.

A.C. – E quais eram as áreas prioritárias?

J.P. – Chegou-se a organizar um esquema de áreas prioritárias, que seriam no Rio Grande do Sul, próximas a Porto Alegre, na Baixada Fluminense e no Nordeste, Pernambuco e Paraíba. Em Minas, não se mexeu neste primeiro plano.

A.C. – Em Pernambuco, seria a Zona da Mata?

J.P. – É.

M.H. – Qual a razão de Minas não ter sido tocada como área prioritária?

J.P. – Não me lembro bem; mas o problema é que nós estávamos raciocinando em termos dos problemas que se revelavam mais agudos. Onde a questão se mostrava mais aguda, onde havia mais tentativa de invasão de terras, onde havia mais pressão social, para lá se dirigia a SUPRA para realizar a sua reforma agrária. Em Minas, não é que não tenha problema agrário; Minas tem um problema agrário gravíssimo. Mas, até o episódio de Governador Valadares, o Estado estava mais ou menos sossegado. Por isso, foi deixado para uma segunda etapa.

A.C. – Por que você considera o problema de Minas gravíssimo?

J.P. – O problema de Minas é muito grave. Eu não tenho aqui os dados, mas os dados de concentração de terra em Minas são terríveis. Só no Sul de Minas é que há uma situação de propriedade de terras bastante razoável, com pequenos e médios proprietários.

M.H. – O Sul de Minas não se dedicava a café?

J.P. – Dedicava-se a café, e ainda se dedica, mas há uma faixa grande de pequenos e médios proprietários nessa área de frutas cítricas e exploração de pequenas fazendas de criação de gado. O Sul de Minas é a área, regionalmente falando, muito bem dividida em termos de propriedade de terras.

M.H. – Onde o senhor caracterizaria, em termos de regiões mineiras, a presença mais aguda da concentração de terra? No Sudoeste, no Triângulo, no Norte Mineiro?

J.P. – Eu acho que, de um modo geral, o Estado todo é super-concentrado. O Triângulo, por exemplo, é concentrado, mas justifica-se até certo ponto essa concentração, porque é zona de pecuária. Em zona de pecuária extensiva, como é o caso do Brasil, tem de haver concentração de terra. Nós não somos contra, nem éramos contra a grande propriedade; éramos contra a grande propriedade abandonada, inadequadamente aproveitada no sentido social. De modo geral, a concentração de terra em Minas é enorme em todas as regiões.

M.H. – Onde haveria uma baixa produtividade da terra?

J.P. – Baixa produtividade da terra existe em quase todos os setores de Minas Gerais. Minas, inclusive, para agricultura, é muito ruim. Minas tem subsolo, não tem solo, costumava-se dizer. Em termos de qualidade de solo, Minas tem subsolo e não tem solo. Tem muito minério, muito subsolo, muita riqueza de subsolo, mas tem pouca riqueza de solo, no sentido da agricultura.

A.C. – Isto é um pouco paradoxal, porque nós estamos vendo justamente que o problema rural é extremamente relevante para Minas.

J.P. – No aspecto da propriedade da terra, no sentido também da pecuária. Mas é uma agricultura precária, uma agricultura fraca.

A.C. – A cultura de subsistência em Minas é muito difundida?

J.P. – A cultura de subsistência é bastante difundida, mas de alguns anos para cá tem caído muito também.

A.C. – É esta cultura, no fundo, que alimenta estas cidades, os grandes centros?

J.P. – É; a idéia era justamente estimular esta cultura no sentido mais do mercado interno, e menos da exportação.

M.H. – O senhor veria alguma vinculação entre a figura do Último de Carvalho, que é um político vindo da Zona da Mata, com a situação fundiária da Zona da Mata propriamente? Haveria alguma relação mais direta?

J.P. – Provavelmente.

M.H. – A Zona da Mata apresentaria problemas também graves?

J.P. – Bastante graves; o problema da Zona da Mata é bem grave, e acredito que houvesse uma vinculação política; mas ali houve também um problema político no sentido de exacerbação de ânimos. Eu fiz um levantamento da propriedade da terra às margens da Belém-Brasília, e apurou-se que uma dezena de favorecidos, inclusive deputados, tinha conseguido terras às margens da estrada a um cruzeiro o alqueire, uma coisa assim. Um deles era o Deputado Último de Carvalho, que eu citei nominalmente, e ele, que era até meu amigo, ficou zangado com isso, é claro, e exacerbou a sua luta contra a reforma agrária também. Mas não fui eu que inventei; estava no *Diário Oficial* concedendo a terra.

A.C. – E a questão da produtividade da terra? Isto é um problema técnico muito complicado. O IBRA depois dedicou muita energia a isso, mas não sei a que chegou.

J.P. – É um problema muito complicado. A nossa idéia fundamental era a propriedade da terra. Mas não cessariam aí as providências de reforma agrária. E o problema da produtividade da terra era um deles; o problema da mecanização da lavoura era outro; o problema do ensino rural era outro. Tudo isso se faria de um modo coordenado e

conjugado, visando à melhoria geral do trabalho rural no Brasil. Mas com o lavrador, com o camponês sendo proprietário da sua terra.

A.C. – Quais seriam os critérios utilizados para a desapropriação.

J.P. – Este é um problema bastante complexo. O primeiro deles seria o da terra, situada estrategicamente, como eu já disse, próximo aos grandes centros, ou próximo a lugares de escoamento fácil da produção, e abandonadas. O critério de abandonadas foi muito estudado, e agora, de cabeça, eu não conseguiria repetir, mas era um problema eminentemente técnico: como seria medido o abandono. Isto é importante. Se a terra está abandonada, tem de se definir porquê. Senão, o proprietário diz: “Não está abandonada. Você não está vendo aquela vaquinha ali? Não, isto não está abandonado.” É um problema complexo, mas foi examinado e a ocupação foi medida por hectares: se fosse pecuária, tantos hectares; se fosse agricultura, tantos hectares.

A.C. – Como era isso? Isto me interessa demais.

J.P. – Isso eu não consigo dizer a você em detalhes. Eu não sou muito de detalhes, e isto foi feito por técnicos, por agrônomos, para poder situar o problema do abandono da terra. Eu só posso dizer a vocês que haveria um critério de abandono, de terra desocupada, de terra abandonada, mas eu não sei qual era este critério especificamente.

A.C. – No caso do abandono, se desapropriava a terra toda ou se desapropriava uma parte?

J.P. – Desapropriar-se-ia a parte da terra que não estivesse sendo aproveitada e que tivesse condições de vir a ser aproveitada. Um parênteses muito importante é o seguinte: de um modo geral, a idéia era desapropriar terras que já viessem sendo trabalhadas pelos chamados inquilinos rurais, com certo grau de produtividade. Então, dar-se-ia apenas àquele indivíduo a posse de uma coisa que já era dele de fato, na qual ele já vinha trabalhando há muitos anos, pagando aluguel. Então, indenizar-se-ia o proprietário absenteísta, que não queria, ou não podia, ou não devia trabalhar naquela terra e daria a posse daquela terra ao trabalhador ou fazendeiro que já estivesse nela produzindo, nela trabalhando.

A.C. – Simplesmente, diminuiria o ônus da terra?

J.P. – Sim; você retiraria do custo da propriedade no Brasil o ônus x que seria a parte do aluguel. No Rio Grande do Sul, naquela época, 30 ou 35% do custo da terra era de aluguel.

A.C. – A reação conservadora na época era a seguinte: uma vez que se facilitem as condições de produção, o trabalhador, em vez de produzir mais e melhor, ele simplesmente diminuiria a parte do tempo que ele dedica ao trabalho, porque o trabalhador é preguiçoso.

J.P. – Isto são preconceitos; por que é que o trabalhador é preguiçoso e o patrão é trabalhador? Isto é relativo. O que há é falta de educação, ignorância e atraso. Isto há mesmo. Havia mesmo e ainda há. Em muitos casos, poderia haver queda de produtividade inclusive da produção agrícola, através de uma reforma agrária. No início pode haver, e é previsto porque é uma ação eminentemente política no seu início. Quer-se inclusive deslocar certas categorias sociais de certa predominância que não mais podem ter na organização social do país e atribuir esta categoria a outras pessoas, como o pequeno e o médio proprietário de terra, por exemplo, e não mais ao latifundiário, não mais ao grande proprietário, com a terra ociosa, com a pecuária extensiva e com a preocupação única de exportação. É um problema eminentemente político no seu início que pode acarretar ônus e danos econômicos. Mas muito mais ônus e danos econômicos acarreta uma situação cristalizada em torno de um estado de coisas superado. Acarreta inflação permanente, custo de vida alto, comida cara, alimentação exorbitante, tudo isso. Tudo isso é parte de uma estrutura agrária obsoleta, errada, irracional, que não funciona, que não consegue alimentar 110 milhões de habitantes.

A.C. – A idéia, na época, era de que não se poderia avançar num processo de desenvolvimento econômico sem tocar na estrutura agrária?

J.P. – Exatamente; o processo de desenvolvimento econômico chegou a um ponto, através inclusive da aceleração da industrialização feita no governo do Juscelino, que passou a exigir a reforma agrária, para poder se auto-abastecer. Criaram-se maiores solicitações de emprego; criou-se uma urbanização vertiginosa do país através do êxodo

rural permanente; e não se criaram condições de alimentar esta gente. O que é isso? É inflação; é vida cara.

A.C. – Inclusive o feijão, agora, não é?

J.P. – No Brasil, depois destes 13 anos, o que acontece? Está exportando soja, exportando trigo, etc., e importando feijão.

A.C. – Que é uma cultura muito de subsistência.

J.P. – Sim; o que se queria era dar vitalidade ao mercado interno para que ele pudesse começar a poder solicitar do país aquilo que o país pode dar a este mercado interno, que é produção.

A.C. – Essas desapropriações que a SUPRA coordenou seriam desapropriações legais, com indenização, esperando o momento em que uma mudança Constitucional pudesse permitir o pagamento em títulos.

J.P. – E eram poucas desapropriações; mas aí usou-se uma artimanha jurídica. É que nós passamos a pagar ao proprietário da terra aquilo que ele declarava para efeito de imposto territorial. Como em geral o indivíduo, para não pagar imposto, declara que a terra não vale nada, ele também recebia pouquinho para efeito de pagamento de indenização. Muitos proprietários recorreram à Justiça e, depois de terminada a atividade da SUPRA, já depois de 64, em muitos casos a Justiça nos deu ganho de causa.

[FINAL DA FITA 2-B]

A.C. – Ganharam no Tribunal de Recursos?

J.P. – É; agora, a maioria das terras desapropriadas pela SUPRA, antes de 1964, se não me engano, foi devolvida a seus proprietários, depois.

A.C. – Depois, foram anuladas?

J.P. – É; foram anuladas; a maioria dessas desapropriações foi anulada depois. Muita gente me solicitava a desapropriação. Não vou citar os nomes, porque são pessoas muito conhecidas, mas vinham-me solicitar: “O senhor não quer desapropriar uma fazenda, que eu tenho, formidável”? Um me oferecia em Goiás; outro em Ilhéus; outro lá não sei onde. E eu respondia: “Está certo, podemos estudar o assunto. Se for conveniente, se for tecnicamente válido, pode-se estudar o assunto. Agora, o senhor, já de antemão, fique sabendo que nós vamo-lhe pagar o que o senhor declarou que vale para efeito de imposto”. Aí, os sujeitos, evidentemente, desanimavam. No dia que eu desapropriasse uma terra em qualquer lugar e pagasse segundo um critério qualquer, eu estava perdido, liquidado. A esta hora, eu não estava nem aqui dando esse depoimento.

A.C. – Um outro critério curioso, que apareceu em algumas comissões de reforma agrária, que foram criadas na década de 50, era de pagar o preço de compra da terra com a correção dos juros.

J.P. – Uma espécie de correção monetária, o que você quer falar?

A.C. – É; o termo que eles usavam era correção de juros, mas o que eu entendi foi isso: que simplesmente se faria um reajuste do preço. E, como a terra não foi usada, então, o proprietário, pelo menos, não perderia o seu investimento atualizado, vamos dizer assim.

J.P. – É; a idéia que se tinha era a de que o proprietário não perdesse o seu investimento. Ele receberia títulos do governo, com juros, apenas a prazo mais longo. A idéia era essa.

A.C. – Mas aí, com a inflação como estava...

J.P. – A inflação e, além disso, o sujeito, no fundo, queria receber à vista, previamente e em dinheiro.

A.C. – Eu fico-me perguntando se o Presidente João Goulart não foi um pouco rígido nesta questão das negociações das condições da reforma agrária. Se, ao invés de uma medida como essa, que você mencionou há pouco, do pagamento pelo que foi declarado para efeito de imposto territorial, tivessem sido utilizados outros tipos de recursos, talvez, se tivesse suscitado menos reação. Isto dava a impressão de que o Estado estava lesando o proprietário.

J.P. – Não há outra possibilidade de se fazer reforma agrária; ou, então se faz uma reforma agrária muito pequenininha, uma coisa muito tímida, com duas ou três propriedades. Aí pode-se pagar à vista e em dinheiro, que não tem problema. Mas num país com esta extensão e com estes problemas, a única saída seria o pagamento em títulos. De algum modo, o indivíduo estaria sendo lesado, mas ele também estava lesando socialmente o país, porque não estava aproveitando uma propriedade que deveria aproveitar.

A.C. – A idéia, então, era fazer uma reforma agrária generalizada?

J.P. – Generalizada, mas diversificada também. Ela não seria igual em todos os lugares. As necessidades de Pernambuco não são iguais às necessidades do Rio Grande do Sul, nem às de Minas. Agora, com toda certeza, nós iríamos a estes pontos-chaves, escolheríamos as regiões mais conflagradas, demograficamente mais perturbadas, socialmente mais atingidas e iniciariamos o processo de cooperativização, digamos assim, da propriedade. O indivíduo seria proprietário, seria o dono da sua terra, pequena ou média, se congregaria em cooperativas de produção, e depois, inclusive, organizaríamos cooperativas de consumo junto a esses locais, para poder iniciar um processo de reforma agrária, que não se resolveria evidentemente em um ou dois anos. Seria um longo processo através de uma série de medidas que se concatenariam e se sucederiam através dos tempos. Não seria um processo de dois anos.

A.C. – O Jango tinha intenções políticas muito definidas com essas medidas de criação de uma nova camada social no campo. Ao mesmo tempo em que se pretendia uma reforma agrária, se pretendia também uma mudança constitucional relativa ao voto do analfabeto. Essas duas medidas, juntando-se uma à outra, será que não provocaram uma

reação política? Ao mesmo tempo em que ele dá a terra, dá também a possibilidade de voto. É uma garantia de uma clientela política vastíssima.

J.P. – Se ele estava pensando nisto especificamente, eu não sei, mas você tem razão na sua dedução. Realmente, acrescentar-se-ia ao panorama político do país uma camada nova de proprietários pequenos e médios. Como eu disse em outros depoimentos que prestei, não deste caráter, deste teor, essa propriedade da terra, essa classe média rural viria dar estabilidade ao país, como deu em outros lugares, como tem dado a outros países. O que cria essa instabilidade é que nós estamos contendo um processo de emancipação social de quase 80% do País. Enquanto houver isso, não se pode ter estabilidade. Realmente, como você disse muito bem, dar a propriedade da terra e através do sindicato criar a reivindicação rural, tudo isso seria a transformação do País. Contra isto é que se avolumaram os protestos. O que se queria era uma transformação social do País, uma racionalização do processo capitalista, aquilo que se chamaria de um neocapitalismo, ou qualquer coisa nesse sentido, através de uma intervenção do Estado.

A.C. – Mas pela via da redistribuição de recursos pela base.

J.P. – Não tanto pela via de redistribuição de recursos no sentido econômico e financeiro, mas pela via de redistribuição do acesso às possibilidades desses recursos.

A.C. – A tese que acabou vingando foi justamente a tese contrária. No fundo, prevaleceu a idéia de que se poderia transformar o latifundiário num capitalista, num empresário. Eu acho que foi muito mais isto do que qualquer outra coisa.

J.P. – E pode-se transformar o latifundiário num empresário. Inclusive, a grande empresa rural não é inimiga do progresso. A grande empresa rural tem o seu sentido, desde que dinamicamente organizada. Desde que racionalmente estruturada, no sentido de empresa, como nos Estados Unidos, ou em outros lugares, ela tem o seu sentido. O que não tem sentido é a terra abandonada apenas para especulação imobiliária. E contra isto é que se assestavam as baterias.

A.C. – Então, supunha-se que esta questão da redistribuição incentivasse os próprios proprietários a desenvolver, a aplicar mais racionalmente os seus recursos?

J.P. – Exatamente.

A.C. – Isso teria...

J.P. – Pelo aparte que você deu, pela conclusão, mais importante do que aparte, no sentido do que se pretendia, do que se queria, pode-se também calcular que tipo de reação se formou contra isso. Se se cria o sindicato rural, se se dá ao homem rural o poder de reivindicação e, ao mesmo tempo, dá-se a ele o acesso à propriedade, moderniza-se a sociedade. Mas, se alguém ganha num sentido, alguém perde no outro. Então, de algum modo, a reação se fez não especificamente contra a reforma agrária; a reação se fez especificamente contra aquilo que se chamaria uma tentativa de modernizar o País, de reformar o País. Agora, se tudo isso foi bem apresentado, bem equacionado, ou eficientemente sugerido, aí, eu já ponho as minhas dúvidas; não entro no mérito deste problema específico. Pode ser que se tenha encaminhado mal o problema, mas o que se queria especificamente era esta modernização capitalista do país através da ascensão de novas categorias sociais ao panorama político, econômico e social do país. Era exatamente isso o que se queria.

A.C. – É; de fato, o que ocorreu foi um clima de grande insatisfação. Mesmo nas áreas em que o trabalhador estava sendo mobilizado, sindicalizado, etc., essas medidas de sindicalização, longe de enquadrar o trabalhador numa estrutura sindical, pareciam, ao contrário, estimular mais reivindicações, não é? Este processo talvez tenha sido inesperado para as pessoas que tomaram as decisões, que orientaram as decisões daquele momento. No momento em que se abre uma comporta, talvez, a represa ficasse também comprometida.

J.P. – É um processo muito complexo, e este foi um dos argumentos que se usavam também: “Que seria um primeiro passo para as transformações que não interessariam ao País, etc.” E sufocar e impedir essas transformações, resolve? Então, a idéia era de que isso viesse paulatinamente. Mas, naturalmente, no início, o processo de sindicalização, por exemplo, por exemplo, levou a uma série de exageros, a uma série de excessos

reivindicatórios, mas o que havia era muita conjetura de ordem verbal, muita excitação ideológica, vamos dizer assim.

A.C. – A intenção era a de sindicalizar aquelas áreas que estavam mais conflagradas e, nesse sentido, esvaziar um pouco a ação das Ligas e esses grupos...

J.P. – É; exatamente. Sindicalizar as áreas mais conflagradas, esvaziar as Ligas Camponesas, que eram consideradas instrumentos radicais, instrumentos à margem do processo.

M.H. – De certa maneira, nós poderíamos entender essas tentativas de sindicalização como uma espécie de controle, por parte do Estado, destas tentativas de rebelião contra a ordem social estabelecida.

J.P. – Perfeito; mas também há um sentido até reacionário nesta conclusão [rindo], como aquilo que dizia Antônio Carlos, presidente de Minas: “Vamos fazer a revolução antes que o povo a faça”. Talvez o que se quisesse era racionalizar aquele processo reivindicatório, e entendeu-se justamente o contrário; entendeu-se que se queria estimular o processo reivindicatório, no mau sentido, quando o que se queria era, não digo aprisioná-lo, mas contê-lo, enquadrá-lo, uniformizá-lo, regulamentá-lo, discipliná-lo. Mas no início há uma debandada.

A.C. – Mas, na verdade, o que ocorreu foi que essas tentativas de contenção foram muito menos eficazes do que se podia prever. Eu acho que as próprias eleições da CONTAG, e você pode-nos esclarecer sobre essas eleições, atestam um pouco esta radicalização. Venceram grupos de Ação Popular, do Partido Comunista.

J.P. – Mas é que, abrindo a comporta, no início, tem de haver algum excesso. É inevitável; não se controla. Se se quiser conter mesmo, tem-se de retroagir.

A.C. – Como foi a eleição da primeira diretoria da CONTAG?

J.P. – Os sindicatos reuniram-se e escolheram federações; as federações se reuniram e escolheram a Confederação, que foi a CONTAG. Tudo muito na base da cúpula, ainda muito na base do artificialismo.

A.C. – Ao que consta, as forças majoritárias na diretoria da CONTAG eram A.P. e Partido Comunista. Se não me engano, a A.P. teria sido vitoriosa nessas eleições.

J.P. – Disso eu não me lembro bem. Eu não participei muito diretamente dessa eleição da CONTAG. Eu tinha tantos problemas, que não me lembro; mas o que eu posso dizer honestamente é que foi muito na base do movimento de cúpula, ainda muito artificial.

A.C. – E o que eram essas cúpulas? Eram partidos, eram pessoas?

J.P. – Essas cúpulas eram pessoas filiadas a movimentos de opinião: A.P., P.C., uma parte era ligada ao movimento do Partido Trabalhista.

A.C. – Como se comportou o Partido Trabalhista, nisso tudo.

J.P. – Portou-se no sentido de que a cúpula sindical participava, se interessava pelo problema. Mas foi só. A base trabalhista mais numerosa, os soldados, e não os generais, se mantiveram mais ou menos afastados do problema. A C.N.T.I. prestava sua colaboração, procurava-se interessar, ver em que podia ajudar, tentava-se integrar no movimento de reforma. Era um pouco contra o nosso desejo porque nós não queríamos muita participação de outras entidades urbanas no problema; queríamos que fosse um movimento nítido e integralmente rural, e não um serviço de exploração política para lideranças urbanas do movimento sindical.

A.C. – E havia intenção de formar uma organização sindical diferente daquela que prevalecia nas áreas urbanas?

J.P. – Havia intenção, ao menos de minha parte, de formar uma liderança sindical mais autêntica, mais natural, mais verdadeira. Daí, como eu já falei anteriormente, por que eu sempre dizia, nas reuniões que tinha com esses sindicatos que estavam nascendo. Eu frisava sempre que queria que eles não criassem o pelego rural; que não ficassem

vinculados demais ao Ministério do Trabalho, nem sequer ao Ministério da Agricultura; que tivessem sua vida autônoma; que fossem o mais possível autênticos; que representassem o mais possível as bases; que não se repetisse o fenômeno de outorga do movimento sindical brasileiro, que houve na área urbana. O movimento sindical brasileiro foi outorgado; não é um movimento que veio de baixo para cima; não é um produto de uma luta sindical de muitos anos, de debates, de lutas. Não. É um movimento outorgado. É daí que vem toda a sua deficiência. Em qualquer oportunidade, se se conseguir liquidar a cúpula, acaba-se com o movimento sindical no Brasil, porque ele foi outorgado de cima para baixo. Nós não queríamos que se repetisse, nos campos, com o trabalhador rural, esse processo de outorga; queríamos que o trabalhador tivesse o seu processo de luta, de participação, de debate, de reivindicação democrática, pacífica e ordeira, mas com um sentido de melhor redistribuição das forças econômicas no interior do Brasil. Queríamos uma redistribuição melhor da propriedade, uma redistribuição melhor dessas forças econômicas através da sindicalização e da reivindicação sindical.

A.C. – Mas a Consolidação das Leis do Trabalho não obrigava, num certo sentido, que esse processo de sindicalização rural seguisse a mesma linha?

J.P. – Sim; formalmente seguiria. Eu mesmo assinei cartas e cartas, criando sindicatos rurais assim. Formalmente, burocraticamente, era a mesma coisa. Eu não queria que fosse a mesma coisa substancialmente. Ainda que, ao se fazer, a forma fosse a mesma, tivesse de haver o registro, etc., eu não queria que se criasse psicologicamente uma dependência paternalista do Estado face ao movimento sindical rural; queria que o movimento sindical rural tivesse mais condição de vida própria, mais autonomia, mais capacidade de caminhar com suas próprias pernas. Isso era o que eu dizia. Fala-se tanto em concentração de renda no Brasil. Concentração de renda é concentração de propriedade, basicamente, ou principalmente. Como é que se vai desconcentrar a renda sem desconcentrar a propriedade? Quem detém a renda detém a propriedade também. Então, o que se queria era desconcentrar a renda através da desconcentração da propriedade.

A.C. – Eu estou pensando que essa medida de criar uma Comissão de Sindicalização Rural é muito subversiva no sentido social da palavra. Normalmente, ninguém faz nada

para sindicalizar as pessoas; elas se sindicalizam porque forçam a sindicalização. A criação de sindicatos é de baixo para cima.

J.P. – Sim; mas no Brasil foi outorgada, no período getuliano. E, até certo ponto, esta sindicalização rural, que se iniciava através da ação do Ministério do Trabalho e da SUPRA, naquela fase, também estava sendo outorgada. Inicialmente, seria indispensável esta outorga, de tão atrasado que era o ambiente rural brasileiro. Então, tinha de haver uma comissão, como você disse, para dar ao menos os primeiros passos, mas depois o que eu sempre desejei e expliquei, era que os sindicatos adquirissem a sua autonomia de vó e descolassem da Comissão. No início, houve necessidade desta Comissão, para poder fazer com que os sindicatos dessem os primeiros passos, porque o ambiente era de pauperismo, de ignorância e de atraso totais. E não seria subversivo; ao contrário, no início, seria tutelado. Seria controlado, até com fins políticos, como você ventilou, mas fins políticos válidos. Dar a propriedade da terra a uma determinada categoria, dar-lhe acesso ao processo político pelo direito de voto, não são fatores positivos?

A.C. – Exatamente; nesse caso, a impressão que se tem é de que o Jango tinha descoberto uma área, que estava totalmente à margem e poderia constituir um potencial político muito importante.

J.P. – Talvez ele tivesse iniciado um processo político novo nos campos. Assim como o Getúlio iniciou na Zona urbana, talvez ele tivesse querido iniciar na zona rural. Nunca foi muito explícito a este respeito, mas talvez tivesse começado a querer.

A.C. – E também como uma solução para sair do impasse político, criar um novo ator que pudesse permitir uma rearticulação das forças políticas que estavam um pouco imobilizados ainda.

J.P. – E completar aquilo que não se havia completado, e não se completou ainda, que é a incorporação do meio rural ao processo de desenvolvimento brasileiro. O processo de desenvolvimento brasileiro tem sido feito, mal ou bem, através de um processo urbano. O processo de proletarianização, de urbanização, o processo do trabalhador de indústria. Talvez, como você está notando muito bem, ele quisesse completar o processo de

desenvolvimento econômico, incorporando essa faixa que ficou mais ou menos marginalizada. Bem ou mal, houve a outorga do movimento sindical brasileiro pelo Governo Vargas e inclusive da legislação trabalhista, mas essa outorga foi benéfica.

A.C. – Pelo menos suscitou muitas reações de quem se sentiu prejudicado por ela.

J.P. – É; mas, ao mesmo tempo, acredito eu que conteve uma radicalização social grave no Brasil, dando ao trabalhador aquilo que, mais tarde, ele teria querido conquistar à força. E, provavelmente, o que se poderia fazer no campo era se antecipar, dando, naquele momento, aquilo que poderá vir a ser cobrado amanhã por processos não-pacíficos.

A.C. – Quais foram as desapropriações que a SUPRA realizou? Não foram muitas, não é?

J.P. – Não; foram poucas. Eu não sei de cabeça todas, mas houve umas três ou quatro no Estado do Rio.

A.C. – Houve alguma em Goiás?

J.P. – Sim; houve também alguma coisa em Goiás; aqui no Estado do Rio umas três ou quatro fazendas, na região de Campos, na região de Cachoeira de Macacu, na região de Itaguaí; houve algumas desapropriações em São Paulo, uma ou duas. Essas todas foram na base da premência, da necessidade social eminente. Não fazia parte do nosso plano e desapropriar exatamente aquela fazenda, mas criou-se de tal maneira uma tensão social grave naquele local, que, ou o poder público ia lá e adotava medidas violentas de repressão, ou adotava medidas de cunho social maior que era desapropriar e integrar aquela gente na posse daquela terra.

A.C. – Você fez uma visita a Dourados?

J.P. – Fiz; fui com o Jango a Dourados.

A.C. – Como foi aquilo?

J.P. – Dourados é uma colônia agrícola criada por Getúlio Vargas, se não me engano, em que a grande reivindicação dos moradores, dos proprietários, era de que tivessem os seus títulos de terra regulamentados. Em tempo recorde, a SUPRA regulamentou todos aqueles títulos de terra, verificou todos os que estavam trabalhando naquela colônia agrícola, e combinou-se então que o Presidente da República iria a Dourados para fazer a entrega desses títulos de terra a esses proprietários. E nós fomos a Dourados e entregamos os títulos.

A.C. – Não era uma área de tensão?

J.P. – Não; ao contrário, ali foi uma área de distensão. Foi uma viagem muito boa, correu tudo muito bem, e esses proprietários ficaram satisfeitos, porque eles aguardavam esses títulos de terra há mais de 20 anos.

A.C. – Como você via essas transformações que se estavam operando nessa época em Pernambuco, com a administração do Arrais? Ele também foi obrigado a fazer algumas desapropriações... Houve uma série de conflitos relacionados com ocupações de engenhos e coisas deste gênero...

J.P. – É; ele teve também seus problemas, também bem sérios.

A.C. – Ele mantinha contato com a SUPRA?

J.P. – Poucos contatos; estivemos talvez juntos uma ou duas vezes. Ele tinha seus problemas bastante graves, principalmente com as Ligas Camponesas. Por incrível que pareça, no meu modo de entender, ele queria um processo político bem mais suave do que o que estava acontecendo lá; ele queria conter muito mais do que exasperar. E, contra ele, se radicalizaram aquelas forças que se encontravam em ebulição. A impressão que eu tenho da ação do Governo Arrais é de que ele procurava apagar incêndio, e não incendiar nada.

A.C. – Pernambuco foi o único estado do Brasil em que os efeitos do Estatuto do Trabalhador Rural puderam ser sentidos. Ele realmente aplicou, cuidadosamente, com um processo complexo...

J.P. – Ele tinha contra ele aquele problema das Ligas Camponesas, que não era aquela coisa absurda que se pensava; era apenas uma tentativa de dar assistência jurídica àquelas reivindicações gerais; mas uma assistência jurídica sem o controle de ninguém. Então passou-se a achar que o Estado, no caso a SUPRA, por exemplo, ou o Ministério do Trabalho, poderiam passar a dar essa assistência jurídica, no sentido de conter, e nunca de excitar e estimular a radicalização. No sentido de conter a radicalização. Agora, quem não tem nada, quando de repente tem alguma coisa, parte para um processo inicial de exasperação.

A.C. – É por isso que eu acho que as intenções do Governador Miguel Arrais eram um pouco semelhantes a essas que você está descrevendo, que presidiram a organização da SUPRA.

J.P. – Exatamente.

A.C. – Por isso é que eu me pergunto por que não houve uma aproximação maior?

J.P. – Falta de tempo, às vezes, falta de oportunidade, muita conjugação de problemas ao mesmo tempo. Mas a idéia era de conter o problema.

A.C. – É sabido que Miguel Arrais e Jango, decididamente, não estavam marchando exatamente do mesmo lado.

J.P. – Aí, ao mesmo tempo, havia desconfianças recíprocas no sentido daquela luta pelo dispositivo político, que eu já ventilei. Havia um processo de luta de Arrais, Brizola e outros, tentando minar o dispositivo político do Presidente da República. O Presidente da República, também, procurando manter esse dispositivo político, se radicalizava, às vezes, quando não queria radicalizar-se, para manter o dispositivo. Havia uma luta para dominar esse dispositivo político.

A.C. – Eu tenho a impressão de que houve um confronto entre o Arrais e o Presidente na questão do estado de sítio. O Presidente Goulart pede ao Congresso o estado de sítio, e o Arrais nega-lhe o seu apoio. O Arrais tinha sido contra o estado de sítio, solicitado pelo Presidente Goulart, quando houve aquele incidente do Carlos Lacerda, aquelas célebres declarações que ele deu ao *Los Angeles Time*, que se precipitam, porque provocam uma crise militar. O Presidente solicita, então, o estado de sítio, o Miguel Arrais aguarda, e se manifesta contra.

J.P. – Exatamente; eu não acompanhava muito o problema político, no sentido da política do cotidiano. Eu estava mais preocupado com os problemas rurais, que já me davam suficiente dor de cabeça, os problemas da SUPRA propriamente dita. Eu não acompanhava muito essa parte, mas o que eu posso dizer é que o Arrais imaginou que o estado de sítio se iniciaria para a intervenção na Guanabara e que terminaria com a intervenção em Pernambuco, que o Jango daria uma satisfação à esquerda intervindo na Guanabara e uma à direita intervindo em Pernambuco. Daí, o Arrais ter ficado contra. Isso foi o que eu ouvi falar. Confesso que não acompanhava muito bem esses problemas políticos; acompanhava muito superficialmente. Mas ele se mostrou temeroso de que viesse a ser também uma das vítimas daquele estado de sítio.

A.C. – Ao final do governo, a situação se agrava muito. Eu acredito que você, dentro da SUPRA, tenha recebido muitas sobras desse processo de tensão política. Como foi? Em dezembro, o P.S.D. vota contra a proposta de reforma agrária do governo, numa consulta, e é a partir daí que o Jango e a SUPRA encaminham essa proposta de encampação das terras à beira das estradas. Como é que surgiu isso?

J.P. – Houve uma espécie de desencanto, de desalento, com referência a se conseguir alguma coisa do Congresso. Então, começou-se a imaginar o que se poderia fazer.

A.C. – O desalento foi provocado justamente pela posição do P.S.D.?

J.P. – É; pela posição do P.S.D.. Então, começou-se a imaginar o que se poderia fazer sem a necessidade de contato especificamente com o Congresso. Daí surgiu a idéia do Decreto da SUPRA e de uma outra idéia muito importante também, que ainda não foi abordada aqui, que foram os convênios que nós fizemos com as forças militares.

A.C. – Exatamente isso eu ia perguntar.

J.P. – Isto é muito importante.

A.C. – Os levantamentos, não é?

J.P. – É; para dar cobertura militar à idéia da reforma agrária, para mostrar que era uma idéia vinculada aos interesses mais profundos do País, aos interesses das suas classes armadas, e não a interesses contrários a isso. A reforma agrária era interesse da própria segurança nacional, como se diz muito hoje.

Não sei especificamente de quem foi a idéia, mas o fato é que recebi do Presidente da República a incumbência de realizar convênios com as três Forças Armadas. A SUPRA realizaria um convênio com o Exército, no caso, diretamente, com o Ministro da Guerra, o General Jair Dantas Ribeiro, no sentido de fornecer elementos para topografia e levantamento de terras; com a Marinha, à base de oceanografia, para problemas de açudes e regiões próximas ao mar; e com a Aeronáutica, o trabalho da aerofotogrametria, para fotografias aéreas. Procurei o General Jair Dantas Ribeiro, em primeiro lugar, e expus a ele a idéia. Aí aconteceu um episódio interessante. Expus a ele a idéia, que foi muito bem aceita, e combinei de voltar lá uma semana depois. Voltei, e o Ministro Jair Dantas Ribeiro me disse: “Está tudo tranqüilo; não há problema nenhum. Apenas um general reclamou, protestou contra isso. Foi o General Castelo Branco. E, assim mesmo, não foi contra o convênio; protestou porque queria ter sido ouvido inicialmente, pois ele é o chefe do Estado-Maior do Exército, e o convênio vai ser feito diretamente com o Ministro da Guerra. Você pode dizer ao Presidente que no mais está tudo tranqüilo”.

Fui à Marinha, fui à Aeronáutica. Uns 15 dias depois realizou-se no Palácio das Laranjeiras uma solenidade em que os três ministros assinaram comigo um convênio para que as Forças Armadas dessem colaboração à SUPRA no sentido de realizar uma reforma agrária que atendesse também aos interesses da segurança nacional.

A.C. – Nesse sentido, o que se procurava era neutralizar a reação dos proprietários com uma participação tranqüilizadora das Forças Armadas.

J.P. – Exatamente; dar o respaldo das Forças Armadas, a sua tranqüilidade, a sua segurança à reforma agrária. E os três ministros assinaram comigo o convênio no Palácio das Laranjeiras.

A.C. – Quanto tempo levaram fazendo isso?

J.P. – Isso não chegou a funcionar, porque logo depois o Governo caiu; mas os convênios foram assinados.

A.C. – Mas houve um longo período entre a decisão de encampar as terras à beira das rodovias, que eu acho que foi tomada em torno de dezembro, e a queda do Governo.

J.P. – Mas o decreto só foi assinado no dia 13 de março. Não houve tempo para nada.

A.C. – Exato; dá a impressão de que houve um impasse.

J.P. – Eu não sei o que houve, mas o fato é que o Jango anunciou a idéia e depois tomou a iniciativa de protelá-la. Eu chegava com o decreto, e ele dizia: “Vamos esperar um pouco. Aguarde”. E só no dia 13 é que ele resolveu assinar.

A.C. – Quase em desespero de causa?

J.P. – É; já no final, mas ele esticou a assinatura do decreto.

A.C. – Qual era exatamente o conteúdo desse decreto?

J.P. – Eu devo ter uma cópia desse decreto. Vou ver se consigo para vocês. Há num livro em que foi publicado; talvez eu o tenha em casa. Mas o conteúdo, basicamente, era considerando de utilidade pública, para efeito de desapropriação, x quilômetros de terras não aproveitadas (não me lembro se eram 10 ou 20km) de cada lado das rodovias, das ferrovias e às margens dos açudes. Essa era o seu conteúdo fundamental. Aquilo seria considerado de utilidade pública; não se desapropriaria, porque não havia dinheiro para desapropriar; mas a terra passava a ser considerada de utilidade pública. O que aconteceria com isso? Não se poderia vender com facilidade para ninguém. Especulação

imobiliária em torno dessa terra não podia mais ser feita. O máximo que se poderia fazer era tratar de cultivá-la, para que ela não fosse desapropriada.

A.C. – Então, não foi um decreto de desapropriação?

J.P. – Não; foi um decreto considerando de utilidade pública para efeito de desapropriação.

M.H. – Uma medida de congelamento.

J.P. – É; uma espécie de congelamento. Deixava-se aquela terra sob a vigilância do interesse público e ela poderia vir a ser desapropriada, caso se encontrasse abandonada, na época em que se examinasse o problema.

H.B. – Então, havia um tempo de recomposição.

J.P. – Não; não se marcava tempo. Apenas dizia-se que as terras às margens de tais e tais lugares são consideradas de interesse público para efeito de desapropriação. E, se o governo prosseguisse, nós, então, examinaríamos quais eram essas terras que estariam abandonadas e que lugar serviria para a reforma agrária, iríamos lá e faríamos um processo de desapropriação nessas terras. Mas seriam consideradas, de início, apenas de interesse público, para efeito de posterior desapropriação.

A.C. – Isso era independente do tamanho da propriedade?

J.P. – A propriedade que estivesse situada naquela posição passava a ser de interesse público para efeito de desapropriação, desde que abandonada. Pequena ou grande, desde que abandonada e situada estrategicamente, ela poderia vir a ser desapropriada. Não estava desapropriada. Não foi uma desapropriação geral no País. Foi um esquema preparatório daquilo que viria a ser um processo desapropriatório, se necessário.

H.B. – Chegou a haver uma definição de que terras seriam desapropriadas?

J.P. – Não; não chegou, porque isto foi no dia 13 de março, durou quinze ou 20 dias. Era uma ameaça contra aqueles que possuíam terras situadas privilegiadamente, beneficiadas através de obras públicas como açudes, rodovias e ferrovias, e que não as estavam aproveitando. Essa é que era a idéia.

H.B. – E as que foram desapropriadas?

J.P. – Anteriormente?

H.B. – É.

J.P. – Essas foram desapropriadas anteriormente por motivos de tensão social grave: invasão de terras, etc. Nós íamos lá, desapropriávamos e organizávamos uma cooperativa. Isto eu já expliquei anteriormente. Mas foram muito poucas, e a maioria foi devolvida depois de 1964.

A.C. – Você discutia muito com o Darci Ribeiro esses problemas relacionados com reforma agrária.

J.P. – Um pouco; porque ele se interessava por esses assuntos, tinha grande interesse pela SUPRA e pela reforma agrária. Conversamos um pouco, no início, mas depois eram impossíveis conversas maiores, porque cada um no seu setor estava muito assoberbado, preocupado com problemas gravíssimos. Mas conversamos bastante.

A.C. – Se não me engano, ele é uma das pessoas que redige a mensagem presidencial, e nessa mensagem se faz alusão e um plano específico de reestruturação das relações da terra, que se referia mais aos posseiros, às pessoas que viviam do trabalho da terra.

J.P. – Se não me engano, havia isso sim.

A.C. – Isto estava integrado à SUPRA, ou era uma idéia paralela?

J.P. – Era uma idéia paralela, mas que viria a se integrar.

A.C. – Era a idéia de transformar o meeiro em dizimeiro, para que ele só pagasse um décimo da sua colheita.

J.P. – Havia essa idéia, e este seria um dos planos a vir a ser executado. Eu me lembro agora de que havia essa idéia do posseiro. O Darci Ribeiro tinha muito esta preocupação com o posseiro, de facilitar a vida e a situação econômica do posseiro.

A.C. – A idéia de desapropriação das terras à beira das rodovias parte do Jango?

J.P. – Partiu do Presidente da República diretamente para mim.

A.C. – Foi idéia dele, ou houve uma assessoria?

J.P. – Assessoria, se houvesse, teria sido nossa. Não sei. Não fomos consultados. Eu recebi apenas a instrução de estudar um decreto que fizesse isso e aquilo. Se foi idéia dele ou se alguém soprou para ele, se alguém imaginou e sugeriu, eu não tenho certeza. Mas partiu dele para mim, e eu não perguntei, nem iria perguntar: “Isso é idéia sua, o senhor teve essa idéia”? Apenas ele disse: “A idéia é essa, e vamos examinar”. Aí, fizemos o decreto. O decreto foi redigido na SUPRA. E há mais um aspecto interessante também: o decreto foi redigido pelos órgãos jurídicos da SUPRA, pelo departamento jurídico da SUPRA, mas como era um assunto muito controvertido, muito complexo, eu imaginei submeter o assunto a um jurista que realmente pudesse-nos orientar e dar uma palavra final sobre o problema: se aquilo era inconstitucional ou constitucional, pois era um problema da maior gravidade. E procuramos, então, o consultor-geral da Light, que era o Ministro Carlos Medeiros Silva, que é da Fundação e depois veio a ser Ministro do Supremo Tribunal Federal. Ele é que reviu o decreto para nós. Ele considerou correto e fez a revisão de certos pontos e anotou certas coisas que ele considerava que deviam ser reformuladas e finalmente nós submetemos o decreto ao Presidente da República.

A.C. – Hoje, pela primeira vez, eu estou pensando nesse problema da utilidade pública. A idéia sempre foi a de que eram terras desapropriáveis.

J.P. – Para se desapropriar uma terra, tem-se de considerá-la de utilidade pública para efeito de desapropriação; depois, faz-se um segundo decreto desapropriando aquela terra.

A.C. – Não se pode desapropriar diretamente?

J.P. – Diretamente, não; tem-se de fazer um decreto considerando de utilidade pública para efeito de desapropriação. Então, depois, você faz um outro decreto, dizendo que a fazenda tal, com os limites tal e tal, situada em tal região, está desapropriada, segundo o decreto já anterior que a declarou de utilidade pública.

M.H. – Inclusive, estipula um tempo hábil para o proprietário, se ele não tiver vontade de perder a propriedade da terra, investir nela.

J.P. – É; e a idéia do decreto era essa também, e houve muita coisa nesse sentido. Forçaria muitos proprietários a começar a trabalhar a sua terra para que ela não tivesse um sentido de terra abandonada.

A.C. – O que talvez tenha ocorrido é que na ânsia de conquistar camadas populares para dar apoio ao seu governo, que estava realmente numa situação difícil, talvez o Jango tenha-se descuidado de dar esses esclarecimentos à classe proprietária. Realmente a idéia era de que qualquer coisa podia acontecer. Então, o pequeno proprietário ficava com medo de perder a sua própria terra.

J.P. – Eu tentei muito dar esses esclarecimentos, vivia em televisão, em rádio, fui à Voz do Brasil, uma vez, em cadeia, para dizer tudo isso, mas a contra-ofensiva no sentido de envenenar aquilo que se pretendia era muito grande. Era muito difícil. Mas a idéia que você está sugerindo, naturalmente, seria a mais lógica possível: fazer um trabalho de esclarecimento ostensivo. Mas era difícil, porque o Governo já estava muito enfraquecido, minado.

A.C. – E essa região da Paraíba? Você disse que também era uma região desapropriada.

J.P. – Sapé; ali se chegou a organizar alguma liga camponesa, se não me engano.

A.C. – É. O tal do Assis Lemos, sobre quem já conversamos, mas era um grupo relativamente moderado!

J.P. – Era um grupo moderado. Eu sempre estive lá também no sentido de acalmar, de conter, mas era uma área de atrito também.

A.C. – Estava previsto que ali poderia haver desapropriação?

J.P. – Sim; estava previsto que ali haveria algum tipo de desapropriação também.

A.C. – A SUPRA pensou em cadastramento das propriedades?

J.P. – Sim; pensou em iniciar um cadastramento, que seria importantíssimo, mas que levaria muito tempo... Além disso, nós estávamos em fase de reestruturação burocrática do órgão, tratando de juntar três órgãos, que já não iam bem, em um que se estava tentando que, não fosse tão mal.

A.C. – Quais eram os recursos de que a SUPRA dispunha para fazer desapropriações?

J.P. – Recursos orçamentários, do orçamento do Ministério da Agricultura. Muito pouca coisa. Para desapropriação, não dava de maneira nenhuma.

A.C. – Então, como teriam de ser feitas as desapropriações?

J.P. – Só através de títulos da dívida pública.

A.C. – E essas desapropriações que houve, naquela época?

J.P. – Essas foram pagas. Foram muito poucas.

A.C. – Foram pagas pelo Ministério da Agricultura?

J.P. – Não; pelas verbas normais da SUPRA.

A.C. – O que ela podia jogar nesse sentido era muito pouco.

J.P. – Sim; para reforma agrária de extensão maior, era muito pouco. Vocês têm mais alguma coisa?

M.H. – Eu gostaria de fazer um retrocesso, para voltar às suas origens familiares. O senhor tinha caracterizado o seu avô como uma pessoa até certo ponto deslocada do estilo político da época dele. Era uma pessoa voltada para os problemas econômicos, com uma visão de modernização muito grande.

J.P. – É verdade; e é tido como tal até hoje. Em Minas, ele é conhecido como o homem que tentou romper a sistemática da vida política brasileira voltada para o bacharelismo, para o legalismo superficial, para o jurisdicismo, tentando dar à vida pública um sentido econômico e social.

M.H. – Eu queria saber então quais são as ligações ou quais seriam as afinidades entre João Pinheiro e Francisco Sales. Basicamente, foram dois homens que atuaram politicamente na mesma época e muito juntos.

J.P. – Se não me engano, quem se lembrou de trazer João Pinheiro ao governo de Minas foi Francisco Sales. Depois da modificação do primeiro ou segundo gabinete do Deodoro, com a saída do Cesário Alvim, João Pinheiro também saiu do governo de Minas. Foi para Caeté fazer a cerâmica. Ficou 10 anos em Caeté, quando foi trazido de volta para ser candidato ao governo de Minas por Francisco Sales. Agora, especificamente, a pessoa, a figura e as idéias de Francisco Sales eu conheço muito pouco; não conheço praticamente nada. Só sei desse episódio: ele foi o reentronizador de João Pinheiro na vida pública mineira.

M.H. – Dentro dessa área de homem público de Minas de grande notoriedade, um outro elemento é Artur Bernardes. O senhor sabe que tipo de relações teria João Pinheiro com Artur Bernardes?

J.P. – Superficiais. Que eu saiba, nunca tiveram relações de maior profundidade, inclusive porque João Pinheiro morreu muito moço. Morreu com 48 anos, a idade que eu tenho hoje. Morreu durante o terceiro ano do seu segundo governo. E Bernardes, a esta altura dos acontecimentos, em 1908, devia estar começando a vida pública. Devem ter tido contatos, é claro, mas não posso dizer que tenham tido grandes relações de amizade ou de convivência.

A.C. – A idéia é que os estilos seriam...

J.P. – Um pouco parecidos, não é?

A.C. – Seriam? A minha impressão é de que seriam justamente diferentes.

M.H. – Eu perceberia uma certa semelhança entre Francisco Sales e João Pinheiro e uma certa oposição entre João Pinheiro e Artur Bernardes, em termos até mesmo de conciliação. Parece que o governo de João Pinheiro foi um governo preocupado em atender diversos interesses econômicos, que não exclusivamente os do café. É nesse sentido que eu gostaria de ouvi-lo, se o senhor tivesse alguma informação sobre isso.

J.P. – Eu tenho pouca informação sobre isso, sobre este paralelo entre Artur Bernardes e João Pinheiro. O Artur Bernardes e João Pinheiro. O Artur Bernardes foi um representante típico do bacharelismo mineiro, do bacharelismo na política. Veio numa escala política crescente, desde deputado estadual até presidente da República. Um homem com idéias políticas mais amplas muito pouco acentuadas e conhecidas. Eu acho que, realmente, não tinha grandes afinidades com a pregação doutrinária e o exemplo prático de João Pinheiro.

A.C. – E quanto a este problema das reações de Minas ao problema agrário, eu queria voltar um pouco, àquela sessão da Câmara a que você compareceu para...

J.P. – Vejam se vocês conseguem depois aquela separata.

A.C. – Eu tinha interesse em saber mais detalhes sobre a atuação e argumentação dos líderes naquela célebre sessão do Congresso.

J.P. – Pois é; isso seria interessante se a gente tivesse aquela separata. Eu vou tentar conseguir. A argumentação basicamente era da U.D.N. mineira. O P.S.D., em respeito talvez às minhas origens pessedistas, às minhas relações de família, etc., não apareceu lá. Que eu me lembre, não havia nenhum deputado do P.S.D. criando problema nessa comissão. O estado-maior udenista é que estava presente: Bilac Pinto, Guilherme Machado, Herbert Levi, Pedro Aleixo.

M.H. – Corbisier?

J.P. – Esses foram, mas no sentido de tentar dar cobertura à reforma agrária. Permaneceram pouco tempo e se retiraram: o Corbisier, o Guerreiro Ramos, o Fernando Santana, que foi deputado pela Bahia. Mas a pregação era sempre no sentido de que não havia necessidade de tocar no Estatuto da Terra e na realidade rural brasileira sob o seu aspecto de propriedade de terra. O importante era alfabetizar o homem, dar-lhe condição de trabalho, educação, etc. A pregação era sempre neste sentido: educação fundamentalmente. Eu achava que era uma pregação imobilista, porque se não se tinha condição de educar, e mesmo que se educasse, se depois o indivíduo não tivesse a propriedade da terra para trabalhar, essa educação seria num sentido inteiramente inútil. Não se dava o instrumento de trabalho, que era a posse da terra. E nesse ponto nós ficamos. A discussão era mais ou menos deste ponto.

A.C. – Dentro do P.S.D., houve algumas lideranças que realmente foram muito contra à reforma agrária. Como reagiu a chamada ala moça do P.S.D.?

J.P. – Também contra. Parte dessa ala moça, talvez muito pouca gente, integrou-se na Frente Parlamentar Nacionalista, alguma coisa assim. E estes davam cobertura.

[FINAL DA FITA 3-A]

A.C. – O Oliveira Brito também.

J.P. – É; foi ministro de Minas e Energia, ou indústria e Comércio.

A.C. – É; foi uma coisa assim. Quer dizer que, não deu para sentir que essa chamada ala moça fosse mais sensível, ou mais interessada no encaminhamento?

J.P. – Não; porque, com exceção de alguns poucos deputados, a base eleitoral de quase todo o P.S.D. era rural. E quem mandava nessa base rural eram os coronéis, os representantes do latifúndio. O trabalhador rural propriamente dito tinha muito pouca coisa a ver com isso, dado o seu estado de atraso.

A.C. – Qual foi a reação de seu tio, Israel, que tinha sido secretário de Agricultura e que era um homem interessadíssimo por esses problemas?

J.P. – Ele foi secretário de Agricultura durante muitos anos. Era um homem muito interessado nos problemas da terra, muito ligado ao problema da agricultura. Eu tive pouco contato com ele nessa época, mas, nos poucos contatos que tivemos, recebi sugestões dele, sugestões, incentivos e estímulos. Mas ele radicalmente também não concordava com o processo de transformação da propriedade da terra; achava que o processo de colonização também poderia ser efetivo. Nós tivemos poucos contatos nessa época. E, como perguntavam sempre por mim a ele, toda vez que a imprensa se encontrava com ele perguntava pelo João Pinheiro Neto e ele respondia: “Eu tenho 100 sobrinhos, porque só me perguntam por esse?”

A.C. – Não houve uma aproximação maior?

J.P. – Não; não houve. Nem afastamento também. Não houve muito contato.

A.C. – Com tudo isso, como ficaram as suas raízes mineiras? Tudo isso foi um rompimento das raízes mineiras?

J.P. – Uma vez, falando em Belo Horizonte, na televisão, sobre este problema de raízes mineiras, da minha formação mineira, enfim, da minha família pelo lado paterno, eu dizia que estava sendo muito menos radical do que João Pinheiro, que era tão estimado, tão venerado e tão apreciado em Minas. Porque ele quis, tentou e conseguiu em parte a subversão total de um sistema para outro: da monarquia para a república. Nós não

estávamos querendo isso; não estávamos querendo a modificação total e radical de um sistema; estávamos querendo um aperfeiçoamento do sistema; estávamos querendo a melhoria de um sistema, a renovação de um sistema, a modificação pacífica e democrática de um determinado sistema. E eu acredito que Minas, dentro desse conservadorismo que existe lá, entendeu muitas dessas coisas. Na sua faixa industrial mais evoluída, nas cidades próximas a Belo Horizonte e mesmo Juiz de Fora e outras, a pregação reformista teve bastante aceitação. E eu voltaria, e voltei, a Minas outras vezes, sempre tentando dar essas explicações, mas naturalmente o maciço, o mais concentrado do poder político mineiro era radicalmente contrário a isso. Mas havia receptividade por parte de muitos setores à idéia de uma transformação democrática e pacífica de estruturas, que estão empobrecendo o Brasil há tantos anos.

A.C. – Sendo uma pessoa de família tradicionalmente política, você sentiu negativamente este peso da política mineira na sua atuação política?

J.P. – Sim; senti negativamente um peso no sentido de emperrar o prosseguimento dessa pregação e dessa ação. Sentia uma resistência passiva muito grande. Sentia, com tristeza, que ideais tão cristalinos, tão puros e tão objetivos não estivessem sendo entendidos. Mas ao mesmo tempo eu entendia muito bem por que eles não estavam sendo entendidos, porque Minas vivia, como vive ainda hoje, como grande parte do Brasil, a expensas de uma estrutura rural, de uma estrutura agrária contra a qual nós estávamos indo de encontro, e que não podia aceitar aquilo com facilidade.

A.C. – Mas talvez esta sua incompatibilidade com essas raízes mineiras seja bem anterior a todos os problemas de reforma agrária.

J.P. – Talvez.

A.C. – Porque, no fundo, quando você foi para Minas em 1936, se não me engano...

J.P. – Não; em 1936, eu estava voltando; eu fui em 1950, estudar Direito.

A.C. – Exato; você vem de Minas em 1936 e volta em 1950. E a experiência política através dos canais mineiros não foi saudável.

J.P. - Isto é verdade; a experiência mineira, através dos canais pessedistas, não foi saudável. Talvez tivesse ficado aí alguma incompatibilidade de temperamento, de estilo. O Israel costumava dizer: “Esse negócio de reforma agrária não é coisa de Pinheiro; é capaz de ser coisa de Barbará; é capaz de ser coisa dos parentes gaúchos dele; não é coisa de mineiro, não”. Talvez houvesse um pouco de incompatibilidade de temperamento, com o estilo tradicional da vida pessedista mineira.

A.C. – Aquela função que lhe foi atribuída, de “transas” municipais, que muito seduziu o Presidente Kubitschek, em tempos idos, não lhe despertou nada?

J.P. – Àquela função, eu nunca me adaptei. Nunca me despertou nada. Eu não tinha diálogo, nem afinidade, nem sensibilidade para aquele tipo de política. Considerava aquilo muito inócuo, muito improdutivo, muito maçante, muito sem sentido, muito ultrapassado, muito sem levar a nada, muito parte do processo de atraso do Brasil. Talvez por temperamento.

A.C. – Quer dizer que havia um processo, inclusive, de rejeição ideológica!

J.P. – Um processo de rejeição, não sei se ideológica, mas um processo de rejeição fisiológica. Por temperamento até, eu não gostava daquilo, não me dava bem com aquilo. Talvez eu não explicasse isso por um sentido de ideologia, mas achava que aquilo era parte de uma realidade política ultrapassada com a qual eu não poderia pactuar, com a qual eu não poderia me dar bem, da qual eu não poderia participar, a qual eu não poderia estimular, porque não é parte de alguma coisa de novo que o Brasil precisaria e precisa. Então, eu considero que tinha, e tenho, um pensamento no sentido progressista, que não se coadunaria com um estilo de política antiquado. O Juscelino se coadunou, e ele tinha um pensamento progressista também. É uma questão de temperamento. Talvez por causa de sua origem de homem de Diamantina, mais ligado aos problemas municipais do que eu, que vim da metrópole.

A.C. – Você se considera um temperamento político ou mais um temperamento técnico?

J.P. – Eu me considero mais um temperamento político, mas político com pê maiúsculo, política com sentido de projeção de idéias, de debates de idéias, de organização de esquemas de trabalho e de realização. Não política num sentido pequeno, no sentido da política do cotidiano, do diário, do cargo, da posição, do lugar. Esta não me interessa.

A.C. – A política pelo lado menor, do conchavo...

J.P. – É; para isso, nunca tive vocação, inclusive porque falo muito e não dou para conspirar.

A.C. – O seu afastamento da vida política se deu em 1964, exatamente?

J.P. – É; em 1964. No dia 2 ou 3, quando houve aquela primeira leva de cassações.

A.C. – Você vive isso como uma frustração, como um corte?

J.P. – Não; eu vivo isso como quem foi interrompido na sua realização objetiva de alguma idéia ou de algum ideal; como quem teve uma idéia ou um ideal interrompido, protelado ou talvez definitivamente interrompido. Então, vivo um pouco a angústia, a frustração de não ter realizado os planos que nós tínhamos em mente. E vivo um pouco a frustração de sentir que é uma geração que se está perdendo e que talvez não se encontre mais.

A.C. – Seus filhos têm que idade?

J.P. – Meus filhos são pequenos, pequenos em termos. A mais velha tem 17 anos, o garoto 15 e a menor 13. Mas só a mais velha tomou conhecimento desses problemas todos surgidos depois de 64. Ela tinha uns quatro ou cinco anos. Mas ficaram um pouco prevenidos contra política, contra os azares da política.

A.C. – Estão vacinados?

J.P. – Espero que estejam.

A.C. – Ou vai começar tudo de novo. [risos]

J.P. – Espero que estejam vacinados.

M.H. – E as suas relações com o resto da família Pinheiro, em Minas?

J.P. – São muito boas. Hoje, vivas, só tenho tias. O Israel era o último tio meu, que perdi há pouco tempo. Tenho quatro ou cinco tias e mais de 100 primos, com os quais eu tenho um relacionamento no melhor sentido, não tenho problema nenhum. Nem nunca tive, mesmo nessa fase. Nessa fase política, inclusive, eu contei a vocês, lá em Governador Valadares, o filho do Israel Pinheiro, meu primo, o Israelzinho fez questão de me acompanhar e de me ajudar.

A.C. – Quer dizer que a solidariedade familiar existiu?

J.P. – Funcionou.

A.C. – Tanto de um lado como do outro.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

A.C. – Uma vez cassado, em 64, como se recolocou para você o problema da atividade profissional.

J.P. – De início, mal; eu era professor da Fundação Getúlio Vargas e jornalista, e essas duas atividades eu não podia exercer de imediato, naquele momento. Mas tive oportunidade, dois anos depois, através de um grande amigo, o Embaixador James Albert – que, naquela época era embaixador da Espanha no Brasil – de receber um convite para exercer o magistério na Escola Nacional de Aperfeiçoamento de Funcionários Públicos de Alcalá de Henares, próximo de Madri, na Espanha, a convite da O.E.A. Através da Embaixada da Espanha, consegui do governo brasileiro um

passaporte e fui. Passei seis meses na Espanha, lecionando Administração Pública, e na volta me reintegrei na Fundação Getúlio Vargas.

A.C. – E os I.P.Ms.?

J.P. – Eu respondi a três I.P.Ms.: um sobre a SUPRA, um sobre o Ministério do Trabalho e um sobre a minha pessoa. O da SUPRA foi remetido à Justiça e fui absolvido na primeira instância; depois foi para o Supremo Tribunal Federal, onde fui absolvido por unanimidade também de todas as acusações por subversão. Os outros não chegaram sequer a ser julgados porque foram arquivados.

A.C. – O do Ministério do Trabalho foi arquivado?

J.P. – Foi arquivado também.

A.C. – E o seu, pessoal, também?

J.P. – Sim; e eu quero registrar inclusive que, sob o ponto de vista administrativo, sendo a SUPRA aquele verdadeiro ninho de gatos que era, com 5000 funcionários, com delegacias em todos os estados do Brasil, nós não respondemos a nenhum inquérito administrativo, a nenhum processo sob o ponto de vista administrativo. Apenas sob o ponto de vista político, com a acusação de subversão. Eu podia ter respondido a um processo sobre malversação de verbas ou qualquer coisa assim. Nada, não houve absolutamente nada disso, depois de terem sido examinados todos os problemas. Eu quero inclusive fazer justiça à atuação do diretor-administrativo, o Dr. Hélio Sabóia, que oportunamente poderá ser ouvido aqui também. A SUPRA tinha delegacias em todos os estados do Brasil, com mais de 5000 funcionários, e não tivemos uma única acusação de ordem moral ou de ordem administrativa. Apenas de ordem política.

A.C. – Que perguntas, ou que tipo de acusação era vinculada através destes interrogatórios?

J.P. – Uma delas, só para concluir, foi a do Coronel Gustavo Borges, antigo secretário de Segurança do Governador Lacerda, aqui no Estado da Guanabara, que em juízo

declarou que nós estávamos treinando guerrilheiros para envenenar as fontes de água e de abastecimento do Estado da Guanabara. Com isso, foi encerrado o processo e o juiz me absolveu. [rindo]

A.C. – Quem era o responsável pelo I.P.M. da SUPRA?

J.P. – General Moraes Barros.

A.C. – O I.P.M. foi até o Supremo e foi arquivado?

J.P. – Não; foi até o Supremo, e eu fui absolvido por unanimidade. Os outros foram arquivados.

[FINAL DA ENTREVISTA]

ÍNDICE ONOMÁSTICO**A**

- ALBERT, James (embaixador) – 109
ALEIXO, Pedro – 59, 104
ALÍPIO (padre) – 56
ALLENDE, Salvador – 47
ALMEIDA, Hélio Melo de – 44
ALMEIDA, Moacir Gomes de – 11
ALVIM, José Cesário de Faria – 102
AMADO, Gilson – 34, 35
ANDRADA, Antônio Carlos Ribeiro de – 7, 12, 87
ANDRADA, José Bonifácio Lafayette de – 22
ARANHA, Osvaldo Euclides de Sousa – 4, 11
ARANTES, Aldo – 57,
ARRAIS de Alencar, Miguel – 41, 42, 58, 59 92, 93, 94

B

- BARBARÁ (família) – 1, 8, 43, 54, 107
BARBARÁ (avó materno de João Pinheiro Neto) – 1, 2, 3, 8, 9
BARROS, Luís de Moraes e – 51, 111
BATISTA, Demistóclides – 38
BERLINGUER, Enrico – 18
BERNARDES, Artur da Silva – 23, 102, 103
BLOCH, Adolfo – 5
BORGES, Gustavo – 110
BRITO, Antônio Ferreira de Oliveira – 48 104
BRIZOLA, Leonel de Moura – 41, 42, 43, 44, 45, 54, 56, 58, 59, 93
BULHÕES, Otávio Gouveia de – 35

C

CALMON, Miguel – 44, 45
CAMPOS, Roberto de Oliveira – 35, 46
CAPANEMA, Gustavo – 23, 28
CARNEIRO, Otávio Dias – 44
CARUSO, João – 54
CARVALHO, Aluísio de – 4
CARVALHO, Último de – 74, 79
CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar – 74, 95
CAVALCANTI, Tenório – 76
CHICÃO (líder sindical rural) – 50, 51, 52
CHURCHILL, Winston Leonard Spencer – 9
CORBISIER, Roland Cavalcanti de Albuquerque – 104
CORREIA dos Reis, Hércules – 37
CRUZ, Benjamim Eurico – 40

D

DANTAS, Francisco Clementino San Thiago – 45, 48
DEODATO Maia Barreto, Alberto – 51, 57
DOURADO, Autran – 16
DUTRA, Eurico Gaspar – 36

F

FALCÃO, Armando Ribeiro – 74
FORTES, Crispim Jacques Bias – 22
FRANCO, Afonso Arinos de Melo – 11, 27
FRANCO FILHO, Afonso Arinos de Melo – 11
FRANCO, Virgílio de Melo – 28
FURTADO, Celso – 24, 31, 33, 46, 48

G

GALVÃO, Nei Neves – 45

GOULART, João Belchior Marques – 7, 31, 34, 36, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 45, 47, 48, 50, 55, 56, 59, 60, 61, 64, 71, 72, 84, 90, 91, 93, 94, 96, 99, 100

GUEDES, Carlos Luís – 57

GUIMARÃES, Ulisses Silveira – 48

GUIMARÃES FILHO, Alphonsus de – 16

J

JAGUARIBE, Hélio – 32

JANGO – *ver* GOULART, João Belchior Marques

JOFFILY Bezerra de Melo, José – 16, 17

JULIÃO Arruda de Paula, Francisco – 59, 63

K

KUBITSCHEK de Oliveira, Juscelino – 3, 14, 15, 16, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 47, 48, 81, 107

KUBITSCHEK de Oliveira, Sara – 26

KRUEL, Amauri – 43, 44, 46, 54

L

LACERDA, Carlos Frederico Werneck de – 25, 29, 94, 110

LAGE (padre) – 56

LEMOS, Assis – 63, 101

LEMOS, Clélio – 65, 66

LEVY, Herbert Vítor – 59, 104

LIMA, Hermes – 4, 11, 34, 35, 36, 43, 44, 46

LIMA, Otacílio Negrão de – 14, 15

LIMA, Renato Costa – 54, 60, 64

LIMA FILHO, Osvaldo – 60, 64

LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa – 59

LIMOEIRO, Míriam – 24, 31

LINS e Silva, Evandro Cavalcanti – 11

LIRA, Paulo Hortêncio Pereira – 11
LOPES, Luís Simões – 16
LUXEMBURGO (duquesa de) – 49, 50, 51, 62

M

MacARTHUR, Douglas – 61
MACHADO, Altino – 50, 51
MACHADO, Cristiano Monteiro – 29
MACHADO, Guilherme – 104
MAGALHÃES, Juraci Montenegro – 25
MAGNO, Pascoal Carlos – 2, 8
MARCHAIS, George – 18
MARTINS, Paulo Egídio – 11
MARX, Karl – 18
MELO, Nelson de – 43, 44
MENDES, Cândido – 32
MONTEIRO, Rego (professor) – 40
MONTORO, André Franco – 48
MORENA, Roberto – 37
MUNIZ, Luís Gonzaga de Paiva – 65, 66
MUNIZ, Paiva (agrônomo) – 66

N

NEVES, Tancredo de Almeida – 34, 48, 54
NIEMEYER, Oscar – 23

O

OLIVEIRA, José Aparecido de – 65
OLIVEIRA, Modesto Aparecido de – 65

P

PACHEDO da Silva, Osvaldo – 37
PASSOS, Gabriel de Resende – 48
PELACANI, Dante – 37
PEREIRA, Temperani – 39
PINHEIRO (família) – 1, 2, 3, 26, 107, 109
PINHEIRO, Barbará (irmão de João Pinheiro Neto) – 11
PINHEIRO, Paulo (tio de João Pinheiro Neto) – 7
PINHEIRO da Silva, Israel – 2, 6, 7, 26, 27, 28, 34, 49, 50, 105, 107, 109
PINHEIRO da Silva FILHO, Israel – 50, 51, 109
PINHEIRO da Silva, João – 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 13, 26, 49, 59, 102, 103, 105
PINHEIRO da Silva FILHO, João – 11
PINHEIRO da Silva NETO, João – 11, 35, 51, 105
PINTO, Carlos Alberto Alves de Carvalho – 45,
PINTO, Olavo Bilac – 59, 104
PINTO, José de Magalhães – 51, 75
PORTINARI, Cândido Torquato – 23

Q

QUADROS, Jânio da Silva – 24, 25, 34, 35

R

RAMOS, Alberto Guerreiro – 104
RIANI, Clodsmith – 37
RIBEIRO, Darci – 44, 98, 99
RIBEIRO, Jair Dantas – 95
ROCHA, Antônio Brochado da – 34, 35, 43, 44, 54, 64
ROOSEVELT, Franklin Delano – 9, 48

S

SÁ, Gilberto Crocket de – 38, 42
SABÓIA, Hélio – 32, 67, 110,

SALES, Francisco Antonio de – 102, 103
SALES, Mauro de Farias – 5
SALES, Valter Moreira – 45
SALGADO, Plínio – 67
SANTANA, Fernando – 104
SILVA, Albino – 42, 44
SILVA, Carlos Medeiros – 99
SILVA, Eliéser Batista da – 44
SILVA, Hélio – 63
SOARES e Silva, Edmundo de Macedo – 27
SOUSA, Nelson Melo e – 32

T

TÁVORA, Vírgilio de Morais Fernandes – 48

V

VALADARES Ribeiro, Benedito – 7, 22, 23, 25, 27, 28, 29
VALENTE, Paulo – 76
VARGAS, Darci Sarmanho – 28, 42
VARGAS, Getúlio Dorneles – 24, 28, 36, 90, 92
VELOSO, Sérgio – 56, 57
VIANA, João de Segadas – 48

W

WAINER, Samuel – 17, 32, 35
WHITAKER, Francisco – 65, 66